

FACULDADE DE HUMANIDADE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DRIELLI DUARTE DA SILVA

**FEMINISMO E PROSTITUIÇÃO:  
A PERSPECTIVA DAS “PROSTITUTAS DE LUXO” DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre  
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

DRIELLI DUARTE DA SILVA

**FEMINISMO E PROSTITUIÇÃO: A PERSPECTIVA DAS “PROSTITUTAS DE LUXO” DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Organizações, Cultura e Democracia

Orientador: Prof. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre

2021

## Ficha Catalográfica

S586f Silva, Drielli Duarte da

Feminismo e Prostituição A Perspectiva das "Prostitutas de Luxo" de Porto Alegre / Drielli Duarte da Silva. – 2020.

101.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques.

1. Prostituição. 2. Feminismo. 3. Estudos de Gênero. I. Marques, Teresa Cristina Schneider. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

DRIELLI DUARTE DA SILVA

**FEMINISMO E PROSTITUIÇÃO: A PERSPECTIVA DAS “PROSTITUTAS  
DE LUXO” DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre do Programa de  
Pós-Graduação de Ciências Sociais da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques - PUCRS – Orientadora

---

Prof. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro - PUCRS

---

Prof. Dra. Fernanda Bestetti de Vasconcellos - UFRGS

Porto Alegre

2021

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

## RESUMO

O seguinte estudo aborda a perspectiva das prostitutas de luxo de Porto Alegre sobre o feminismo. Iniciamos o trabalho discorrendo sobre as principais teorias feministas e suas vertentes ideológicas, desde o movimento sufragista até a segunda onda do feminismo. No capítulo seguinte contextualizamos a prostituição no Brasil tanto sob o ponto de vista histórico quanto institucional/ legal. Fica evidenciado que, apesar de importantes conquistas do movimento de prostitutas - como a inclusão da categoria no Código Brasileiro de Ocupações - o Estado brasileiro ainda não conseguiu superar seu viés higienista, ao reduzir as políticas públicas a essa classe social a programas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. Em seguida, apresentamos o que as feministas pensam sobre a prostituição e qual a visão que as prostitutas têm de si mesmas. A pesquisa partiu de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, por compreender que as mesmas permitem dar voz aos grupos excluídos e marginalizados na sociedade. Para chegar ao recorte da pesquisa, selecionamos três casas noturnas de Porto Alegre, consideradas de alto padrão. Conclui-se que, embora seja o feminismo seja diverso em termo de perspectivas teóricas, existem correntes do feminismo não acolhem essas mulheres. Sugere-se que a regulamentação da profissão, que garanta a essas pessoas seus direitos básicos, bem como um ambiente seguro de trabalho, e não envolto no ambiente do crime, seria o caminho assertivo para promover a redução do estigma existente em torno das prostitutas.

**Palavras-Chave:** Prostituição; Feminismo; Estudos de Gênero.

## ABSTRACT

The following study addresses the perspective of Porto Alegre's luxury prostitutes on feminism. We started the work by discussing the main feminist theories and their ideological aspects, from the suffragette movement to the second wave of feminism. In the next chapter, we contextualize prostitution in Brazil, both from a historical and institutional / legal point of view. It is evident that, despite important achievements of the prostitutes movement - such as the inclusion of the category in the Brazilian Code of Occupations - the Brazilian State has not yet managed to overcome its hygienist bias, by reducing public policies to this social class to disease prevention programs sexually transmitted. Next, we present what feminists think about prostitution and what prostitutes view of themselves. The research started from structured and semi-structured interviews, as it understands that it allows giving a voice to excluded and marginalized groups in society. In order to arrive at the survey, we selected three night clubs in Porto Alegre, considered to be of a high standard. Finally, it is concluded that, although it is diverse in terms of theoretical perspectives, there are currents of feminism that do not welcome these women. It is suggested that the regulation of the profession, which guarantees these people their basic rights, as well as a safe working environment, and not involved in the environment of crime, would be the assertive way to promote the reduction of the existing stigma surrounding prostitutes.

**Key Words:** Prostitution; Feminism; Gender Studies.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>TEORIA FEMINISTA: PRINCIPAIS LINHAS, AUTORAS E CONCEITOS..</b>	<b>17</b>
2.1	BASES TEÓRICAS DO(S) FEMINISMO(S) .....	17
2.2	O(S) FEMINISMO(S) NO SÉCULO XX .....	23
2.3	A PROSTITUIÇÃO DE ACORDO COM AS FEMINISTAS .....	30
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZANDO A PROSTITUIÇÃO .....</b>	<b>35</b>
3.1	A PROSTITUIÇÃO NA PRÉ-HISTÓRIA .....	35
3.2	UM BREVE RELATO SOBRE A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL .....	38
3.3	AÇÕES COLETIVAS, DEMANDAS DAS PROSTITUTAS E <i>PUTAFEMINISMO</i> .....	48
<b>4</b>	<b>AS PROSTITUTAS DE LUXO EM PORTO ALEGRE.....</b>	<b>61</b>
4.1	SOBRE A METODOLOGIA .....	61
4.1.1	<b>Sobre as narradoras .....</b>	<b>65</b>
4.1.2	<b>Quadro de Características das Narradoras .....</b>	<b>67</b>
4.2	AS CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	68
4.2.1	<b>Categoria: Luxo e Escolha.....</b>	<b>69</b>
4.2.2	<b>Categoria: Feminismo e Acolhida .....</b>	<b>75</b>
4.2.3	<b>Categoria: Identidade Putafeminista.....</b>	<b>79</b>
4.2.4	<b>Categoria: Prostituição e trabalho? .....</b>	<b>81</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1 .....</b>	<b>102</b>
	<b>APÊNDICE B – INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS .....</b>	<b>103</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Na última década pudemos observar o fortalecimento de diversos movimentos sociais no Brasil e no mundo. Apesar do aumento da repressão com governos autoritários, não apenas machistas como assumidamente misóginos, a internet conectou pessoas por meio das redes sociais e deu voz a minorias que antes não eram vistas ou escutadas (MALINI; ANTOUN, 2013). Pautas cada vez mais plurais – e feministas – foram ganhando tónus e começaram a provocar profundas transformações culturais na sociedade, documentadas nas peças publicitárias das maiores empresas do país, que hoje se preocupam em não apenas incluir como também em refletir a diversidade racial, social e sexual dos brasileiros.

Foi neste contexto de crescente dos movimentos sociais que conheci a ativista Monique Prada, ainda em 2014, por meio do *Facebook*. Uma “putafeminista”, como ela mesma se define em seu livro – que leva o mesmo nome – me inspirou a pesquisar mais sobre o movimento de prostitutas no Brasil. Monique escancarava o estigma<sup>1</sup>, entendido aqui a partir da perspectiva de Erwin Goffmann (GOFFMANN, 1975). Prada que sofria enquanto classe em seus textos, ao mesmo tempo em que defendia sua profissão viajando pelo país em palestras acadêmicas e mobilizando associações e organizações locais de profissionais do sexo. Quando Monique começou a denunciar as mensagens de ódio que recebia, vi que entre seus *haters*<sup>2</sup> havia mulheres feministas e me interessei pelo assunto, decidindo investigá-lo.

Monique, assim como Indianara Siqueira e Gabriela Leite, outras importantes ativistas do movimento de profissionais do sexo, vem reivindicando seu reconhecimento como feminista, alegando que a luta das prostitutas é também uma luta feminista e que essa deveria contar com o apoio de todas as mulheres (MORENA, 2015).

Sabemos que estas pessoas são historicamente perseguidas e alvo de ações higienistas por parte do Estado e da sociedade, que, ao mesmo tempo em que as condenam, as exploram – como bem ilustra a famosa música de Chico Buarque, *Geni*

---

1 Foi a partir dos textos da Monique que comecei a perceber o peso de expressões como “filho da puta” ou “puta que pariu”, absolutamente naturalizadas no vocabulário coloquial brasileiro e que na realidade apenas expressam o quão enraizado está todo o estigma e preconceito a que as profissionais do sexo estão submetidas.

2 Termo popularizado na internet, cuja tradução literal do inglês significa odiador; é usado para indicar pessoas que publicam comentários de ódio ou críticas sem fundamento.

e o Zepelim: *ela é feita pra apanhar / ela é boa de cuspir / ela dá pra qualquer um / maldita Geni*. Mas nem sempre foi assim.

A história da prostituição de mulheres não é recente<sup>3</sup>. Na Grécia Antiga, as prostitutas eram classificadas de acordo com os níveis sociais e econômicos: cortesãs de classe alta, dançarinas prostitutas, meretrizes, escravas de bordéis. No Oriente Médio, o lucro da prostituição chamou atenção do Estado, que passou a escravizar sexualmente suas “mulheres públicas” e administrar seus próprios bordéis. Na Roma Antiga, o Estado também controlava a prostituição, fazendo com que a prostituta, uma vez registrada, estivesse condenada a passar o resto de sua vida presa ao ofício.

Na Idade Média a prostituição foi abertamente condenada pela Igreja Católica, e “clandestinamente explorada pelo clero e pela aristocracia, que lucravam com os bordéis, além de buscar o prazer sexual”. (LIMA, 2011, p.17). Com a transição para o capitalismo, a prostituição se tornou socialmente aceita “(...) por manterem a ordem das cidades e a tranquilidade das esposas e mães solteiras, filhas da burguesia, que deveriam casar virgens (...)” (FARINHA, 2006, p.22).

Apesar da cultura dos séculos XVIII e XIX admitir a prostituição como uma prática inevitável, e até mesmo necessária à preservação das instituições familiares – uma vez que ela protegia as mulheres de família contra o que era entendido enquanto “uma sexualidade masculina incontrolável” – importantes autores à época<sup>4</sup> enxergavam a prostituição como fruto da desigualdade e uma afronta aos ideais de igualdade e liberdade da República.

Apesar da limitação intrínseca à divisão do feminismo em ondas, elas permitem compreender relacionar o alcance de determinadas linhas do feminismo com o contexto no qual estavam inseridas. No século XIX, no contexto do fortalecimento do discurso médico e do puritanismo, o debate se intensificou com a *primeira onda do feminismo*. John Stuart Mill e figuras importantes do movimento sufragista foram os grandes precursores na luta contra a exploração das mulheres na prostituição e ao

---

<sup>3</sup>No Brasil, autores como Magali Engel, Luiz Carlos Soares e Margareth Rago (ENGEL, 1986; RAGO, 1985; SOARES, 1992) associam a prostituição ao processo histórico, dentro do qual eventos como a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, o processo de industrialização e o surgimento das cidades (SOARES, 1992) e a Abolição da Escravatura serviram para “legitimar” a prostituição como única alternativa de emancipação para mulheres (ENGEL, 1989) na contramão do caminho da esposa bondosa e da subordinação.

<sup>4</sup>Como Rousseau na obra “Júlia ou a Nova Heloísa”, publicada em 1761; o enciclopedista e filósofo Barão D'Holbach, na obra “Do Espírito” de 1758 e Mary Wollstonecraft na obra “Reivindicação dos direitos da mulher” de 1792.

controle médico e policial sobre elas na Inglaterra, configurando a primeira grande revolta feminina no mundo ocidental (WALDRON, 2007).

A *segunda onda do feminismo* trouxe o conceito de patriarcado e uma nova visão da sexualidade no século XX. O sexo heterossexual foi tratado como representante da dominação masculina, e a prostituição se tornou o símbolo maior do patriarcado.

Nos anos 80, emerge entre os movimentos feministas uma posição identificada como “libertarianismo sexual”, em oposição às categorias consideradas *essencialistas* e *restritas* do feminismo radical, buscando “relativizar o teor político da sexualidade e discutir novas fronteiras entre desejo e poder que fossem além da ideia de dominação”.

É neste contexto que surge o movimento de prostitutas. Aos poucos, elas reivindicam voz e se altera a forma como se fala ou se pensa sobre a prostituição. Apesar de sua configuração enquanto sujeitas políticas ter se dado de maneira distinta nos diferentes países (BARRETO, 2015), de modo geral ela esteve vinculada à luta contra a violência policial e à reivindicação por cidadania.

A luta das prostitutas busca reivindicar direitos e combater o estigma que cerca a profissão. O estigma faz parte da luta constante que essas mulheres vivenciam. Em outras palavras, elas, assim como outras populações marginalizadas, são marcadas por rótulos sociais que contribuem para a existência e uma separação de dois grupos: nós e eles. O “nós” se caracteriza por todos os ideias e valores que constroem a ideia de um ser humano “normal” expressada pelas convenções dominantes em uma determinada sociedade. O “eles” seriam as pessoas que são diferentes do “nós”, e, portanto, são as estereotipadas negativamente. Goffman (1975), denominou tais grupos de “normais” e “estigmatizados”.

Ainda, Goffman (1975) afirma que os “normais” constroem a teoria do estigma, eles constroem uma ideologia para mostrar a inferioridade das pessoas que possuem estigma e para possuir o controle do perigo que essa pessoa representa, perpetuando a ideia de que alguém com um estigma não é verdadeiramente humano.

O termo estigma é utilizado “em referência a um atributo profundamente depreciativo”, são identidades deterioradas, por uma ação social, que representam algo ruim dentro da sociedade e, por isso, deve ser banido ou evitado (GOFFMAN, 1975).

As políticas e financiamentos públicos voltados a este grupo sofreram um grande aumento nos anos 90 – em combate à epidemia de HIV – e, no geral, o foco se deu exclusivamente sobre sua saúde e comportamento sexual. Ao redor do mundo, inclusive no Brasil, observamos grupos de prostitutas se aliarem a ONGs de combate à AIDS e receberem financiamentos para suas ações<sup>5</sup>.

O Brasil é considerado *abolicionista*<sup>6</sup>, tendo assinado em 1951 a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição Alheia (1949), conhecido como o tratado abolicionista internacional, da ONU. A legislação nacional entende como legal a prostituição, mas ilegais os empreendimentos vinculados a esta e também o rufianismo (BRASIL, 2002). O abolicionismo fundamenta-se na visão da prostituta como uma vítima que deve ser libertada e na criminalização dos demais envolvidos.

As percepções sobre a prostituta e a prostituição determinam as formas de agir frente à atividade (WIJERS, 2004). Poucos atores sociais buscaram olhar e debater a busca do caminho da prostituição como uma escolha autônoma e legítima da mulher.

O movimento organizado de prostitutas no Brasil, representado pela Rede Brasileira de Prostitutas, defende o reconhecimento legal da profissão, que normalmente traz com ele o regulamentarismo. Considero que é a partir desta concepção que se tem da ocupação e das mulheres que a executam que se criam formas de intervenção, políticas públicas, teorias, dentre outras, sendo fundamental um resgate do que representa cada uma dessas perspectivas que compõem o debate sobre a prostituição.

Visando oferecer uma contribuição para esse debate, a presente dissertação visa compreender a perspectiva das prostitutas sobre o feminismo. O recorte da

---

5 Neste contexto, a década de 1990 culminou no nascimento de diversas associações e grupos de prostitutas, a maior parte delas associada às ações do Projeto Previna, como GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central), a APROCE (Associação de Prostitutas do Ceará), a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas), a Davida – Prostituição, Direitos Cíveis e Saúde, o NEP (Núcleo de Estudos sobre a Prostituição) e o jornal Beijo da Rua (BRASIL, 2002).

6 Os regimes institucionais de prostituição ao redor do mundo variam entre o proibicionismo, o abolicionismo e o liberacionismo. O primeiro modelo criminaliza todas as atividades incluídas na prostituição – demanda, oferta e agenciamento. O segundo se baseia em um pacto ético e político de dar fim à prostituição, sem que haja criminalização das pessoas em situação de prostituição, buscando proibir a demanda e o agenciamento. O último modelo busca legalizar a prostituição em todas as suas atividades (ou quase todas), reconhecendo a prostituição como um trabalho.

pesquisa são as chamadas “prostitutas de luxo”. Pode-se definir a chamada prostituta de luxo da seguinte maneira:

As prostitutas de luxo, ou garotas de programa, são mulheres que encontram seus clientes em bairros de classe alta da cidade, por meio de sites, catálogos de modelos, boates, bares ou clubes de *striptease*. Muitas dessas mulheres fazem curso superior e realizam programas de duração mais longa, e não apenas sexuais, podendo ser contratadas, inclusive, como acompanhantes executivas (OLIVEIRA, GUIMARÃES E FERREIRA, 2017, p. 143).

Partindo da premissa de que o acesso ao ensino superior possibilitaria maior contato com as teorias feministas, a presente dissertação visa responder as seguintes questões: 1) Qual é a relação da prostituta com o feminismo, em particular da prostituta de luxo? 2) De que forma o acesso a recursos como educação e às leituras feministas influenciam o olhar da prostituta sobre a própria profissão? 3) A partir da perspectiva das profissionais do sexo, qual é a abertura do movimento feminista para as suas pautas e vozes? A pesquisa se justifica tanto pela carência de materiais com essa perspectiva quanto pela compreensão de que pode gerar dados interessantes para o âmbito acadêmico e para as próprias prostitutas.

Em uma pesquisa no catálogo de teses e dissertações da CAPES, colocando apenas a palavra prostituição na barra de pesquisa, aparecem 740 trabalhos realizados em todo o Brasil dentro dessa temática. Selecionando apenas as áreas de ciências humanas que defini – sociologia, história, letras, linguística, direito, filosofia, ciências sociais aplicadas, antropologia, ciência política, políticas públicas, psicologia – temos 610 pesquisas, o que demonstra que praticamente todas as pesquisas realizadas dentro da temática da prostituição foram realizadas dentro das ciências humanas.

Após definir as áreas que correspondem às ciências humanas, utilizei o filtro de localidade, selecionando apenas universidades que se localizam no Rio Grande do Sul. O filtro revelou que foram realizadas apenas 43 pesquisas nas ciências humanas sobre prostituição, indicando a absoluta carência de trabalhos sobre o tema.

Tabela 1 – Prostituição no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

<b>Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES</b>	
Prostituição	740
Ciências Humanas	610
Ciências Humanas no RS	43

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Entre as pesquisas apontadas pela CAPES dentro do tema prostituição, destaca-se que a grande maioria está relacionada a estudos sobre o HIV, enquanto outras trazem uma tônica assistencialista ao debate, tratando-as como meramente vítimas do machismo e da exploração sexual. Neste sentido, este trabalho justifica-se por estudar a prostituição a partir da perspectiva das prostitutas, dando voz a estas mulheres e se interessando pelo o que *elas* pensam sobre sua profissão. Diante disso, os objetivos desta pesquisa são: 1) Analisar a relação de um segmento marginalizado de mulheres com o feminismo. 2) Compreender o perfil e as especificidades das prostitutas de luxo. 3) Contribuir para o debate sobre o alcance e os limites das teorias feministas para a compreensão da prostituição.

A pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa. É importante também destacar que como técnica de pesquisa foi utilizado primeiramente o questionário estruturado e posteriormente o questionário semiestruturado, para o narrador ter mais liberdade para compreender a perspectiva do narrador com base em categorias pré-definidas. A pesquisa de campo foi realizada com entrevistas a seis prostitutas de luxo de Porto Alegre. Para encontrá-las, escolhi três antigas e conhecidas casas noturnas de Porto Alegre consideradas de alto padrão – onde o valor de um programa é superior a R\$300,00 reais a hora e o cliente gasta em média R\$900,00 entre a entrada, o quarto e a consumação<sup>7</sup>.

Optei por limitar a pesquisa a prostitutas que tivessem ensino superior completo e incompleto. Esse recorte parte do pressuposto que essas mulheres, por serem “elitizadas”, possuem mais acesso às leituras e debates, muito embora enfrentem o mesmo estigma da prostituta mais marginalizada do ponto de vista econômico. Além disso, o recorte se justifica pelo fato de que algumas perspectivas do feminismo –

<sup>7</sup> Importante ressaltar que uma dessas casas fechou recentemente devido a pandemia do COVID.

sobretudo as perspectivas marxista e radical – geralmente excluem essas mulheres das suas análises sobre prostituição, as tratando como exceção à regra da vitimização. As histórias de vida contadas pelas entrevistadas serão mantidas em anonimato com o objetivo de preservar suas identidades.

Nessa dissertação, também será feito o levantamento da legislação sobre o tema para mostrar mais especificadamente como é institucionalizada a prostituição no Brasil e em outros países. Para isso foi feita uma análise da legislação brasileira e da legislação internacional sobre a prostituição, incluindo uma análise histórica sobre os códigos penais que já vigoraram no Brasil; em seguida, destacamos o entendimento legal de alguns países europeus sobre a profissão e também, os projetos de lei apresentados no Congresso Nacional Brasileiro à respeito da regulamentação da prostituição.

O capítulo 1 abordará o arcabouço teórico do feminismo dividido em ondas: a primeira onda, onde nasce a corrente liberal e a corrente socialista/marxista, e a segunda onda onde nasce o feminismo radical. Ainda nesse capítulo, serão abordadas as contribuições de alguns autores que influenciaram a maneira de pensar nos diferentes feminismos.

O capítulo 2 trará a ligação do que vimos no capítulo 1 à temática da prostituição, ou seja, como os diferentes feminismos conceituam a prostituição. Nesse capítulo também veremos como começou o movimento das prostitutas no Brasil, como é institucionalizada a prostituição no Brasil e no mundo e como as prostitutas pensam a prostituição.

No capítulo 3 faremos a análise das histórias de vida conforme as categorias que foram obtidas pós a análise dos dados que foram: luxo e escolha, feminismo e acolhida, identificação com o putafeminismo e se considera a prostituição como trabalho e também serão apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

## 2 TEORIA FEMINISTA: PRINCIPAIS LINHAS, AUTORAS E CONCEITOS

A história que aprendemos nas escolas na absoluta maioria das vezes foi contada a partir do ponto de vista masculino. Por isto, não há como falar sobre a história do feminismo sem antes exaltar seu ponto de partida, quando coube à perspectiva feminista denunciar o olhar excludente da *HIStory* (como o vocábulo em inglês diz, “a história deles”) e pensar na *HERstory* (MORGAN, 1970).

Ao longo de todos esses anos de lutas das mulheres, em determinados momentos ocorrem acúmulos de reivindicações e conquistas, fenômenos ilustrados pelas figuras de “ondas”: *“Uma ‘onda’ feminista, foi um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica onde determinadas pautas e questões das mulheres se insurgiram e dominaram o debate.”* (FRANCHINI, 2017). Cumpre dizer que a utilização das ondas do feminismo cumpre meramente fins didáticos, não representando a totalidade das teorias e suas especificidades particulares.<sup>8</sup>

Assim, este capítulo pretende mostrar as diferentes perspectivas, teorias e personagens que permearam as duas principais “ondas” do movimento feminista.

Todas as teorias e discussões dos diferentes feminismos se dão até os dias atuais, principalmente os da segunda onda. Dessa forma, esse capítulo tem o intuito de dar conta de todos os detalhes que serão importantes para entendermos a temática da prostituição.

### 2.1 BASES TEÓRICAS DO(S) FEMINISMO(S)

A história ocidental foi marcada por mulheres corajosas que se rebelaram contra suas privações de direitos e liberdades, e muitas, milhares delas pagaram com suas próprias vidas para que hoje tivéssemos acesso a direitos civis básicos. A Igreja Católica, por meio da Inquisição, cumpriu papel expressivo nesse processo, tendo sido implacável com qualquer mulher que desafiasse seus dogmas. Segundo AMORÓS e COBO (2010), é no pensamento de De Gouges<sup>9</sup> que as reivindicações

<sup>8</sup> A primeira onda do feminismo, por exemplo, é marcada pelo período de 1850 a 1940. Ou seja, é impossível se debruçar sobre a totalidade das teorias criadas em 90 anos e categorizá-las todas dentro de uma “onda”. Por isso, ressalta-se a limitação de análise a partir das ondas do feminismo.

<sup>9</sup> Olympe de Gouges é autora da Declaração dos Direitos da Mulher (1791), a “mais orgânica crítica contemporânea ao pretense universalismo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada em 26 de agosto de 1789”, na França (GROPPI, 1995). Foi guilhotinada em 1793, depois de escrever em defesa da vida do rei.



das mulheres aparecem de forma mais radical e sistemática, formando um corpo teórico.

Utilizando-se da linguagem republicana, ela afirmou que a vontade geral não poderia se basear na discriminação das mulheres. Na Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, De Gouges revelou sua indignação ao constatar que as mulheres tinham sido deixadas de fora da aplicação dos ideais de liberdade e igualdade, essenciais à nova ordem política na França:

O homem escravo multiplicou suas forças, recorrendo às tuas, para romper as cadeias. Uma vez livre, tornou-se injusto para com sua companheira. Ó mulheres! Mulheres quando deixareis de ser cegas? Quais vantagens tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. (DE GOUGES, 1995, p.306-307).

No preâmbulo da Declaração, a autora reafirmou ainda que a desigualdade entre homens e mulheres era a causa da corrupção:

Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desventuras públicas e da corrosão dos governos, elas resolveram expor numa solene declaração os direitos naturais e inalienáveis da mulher (DE GOUGES, 1995, 302).

Assim como De Gouges, Mary Wollstonecraft pode ser considerada uma das principais vozes feministas do período. Pertencente ao círculo intelectual do republicanismo inglês, suas contribuições buscaram não apenas reforçar os ideais de igualdade e liberdade, mas também subverter o traço patriarcal do entendimento desses ideais. Nesse ponto, foi fundamental para ela a luta por outro modelo de educação, que possibilitasse às mulheres serem sujeitos livres, o que significava um sistema de educação público e misto. Em 1792 lança o livro "*Reivindicações dos direitos da mulher*", em que buscou construir as bases teóricas para provar que não existia nenhum traço biológico nas mulheres que as impediriam de exercer a razão e, portanto, serem pessoas virtuosas, na contramão do que defendiam os autores tradicional-naturalistas e racionalistas, que buscavam na biologia a justificativa para exclusão das mulheres.

Ela conceitua as mulheres como "criaturas humanas que, juntamente com os homens, são postas na terra para desenvolver suas faculdades" (MOTTA, 2009, p. 119), refutando a crença de que as mulheres não teriam "suficiente força mental para obter aquilo que realmente merece o nome de virtude" (MOTTA, 2009, p.140).

O debate sobre o papel das mulheres no século XVIII permitiu reconhecer como os ideais republicanos de liberdade, igualdade e cidadania constituíram o vocabulário possível para que elas pudessem, segundo Amorós e De Miguel (2010), irracionalizar a naturalizada desigualdade entre homens e mulheres e passar da identificação dos agravos para estabelecer suas reivindicações. A contribuição de Mary Wollstonecraft nesse sentido marcará toda a tradição do feminismo, ainda que a repressão e o conservadorismo a impeçam de se tornar uma referência feminista declarada ainda no século XIX.

Para Miguel (2014), o “feminismo liberal” nasce no século XVIII e tem como expoente Wollstonecraft e John Stuart Mill. Ainda que reconheça que a autora marca uma “elaboração sistemática de um entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 20), o autor não distingue o traço republicano da obra de Wollstonecraft e o traço liberal de John Stuart Mill.

A emergência do feminismo como campo de conhecimento contribuiu para um renovado interesse dos cânones do pensamento político, especialmente o lugar das relações de gênero. John Stuart Mill é, sem dúvida, um dos autores mais importantes nesse campo. Foram poucos os homens como ele que estiveram dispostos a analisar a situação das mulheres, compreendendo os privilégios que a masculinidade detinha, e ainda menos os que defenderam os valores feministas na teoria e na prática.

De acordo com Morales (2007), Mill foi o primeiro liberal a criticar a dicotomia público/ privado e, assim, advogar pelo princípio único da justiça. Para Pateman (2013), Mill demonstra no ensaio “*A sujeição das mulheres*” que os princípios liberais não poderiam ser universalizados sem questionar o patriarcado – ainda que esse termo só vá emergir na segunda metade do século XX, como dominação dos homens sobre as mulheres.

O principal argumento de Mill foi compreender a subordinação das mulheres como incompatível ou mesmo inconsistente com os preceitos do mundo moderno. Como não seria possível provar que a sujeição feminina era natural, ela seria, então, um fato isolado das sociedades modernas, e estaria baseada no fato dos seres humanos não nascerem em um lugar predestinado, mas se auto afirmarem no mundo a partir de suas faculdades. No caso das mulheres, nascer como tal significava sofrer formas de discriminação. A sujeição das mulheres seria, portanto, “uma transgressão singular daquilo que se tornou a sua lei fundamental, uma relíquia de um velho mundo de ideias e práticas, desacreditado em todo o resto” (MILL, 2006, p. 69). Além disso,

Mill faz uma analogia da situação das mulheres à escravidão, associação sempre presente nos argumentos feministas desse período.

Partindo para a perspectiva socialista, pensadores como Saint-Simon, Fourier e Owen foram os grandes precursores dos movimentos operários, baseados no tema da cooperação e associação a partir da ideia de pequenas comunidades experimentais de prática do socialismo, não tendo ainda formulado uma crítica à economia capitalista, como seriam as reflexões de Marx e Engels (ELEY, 2005).

Uma das grandes contribuições destes autores foi, sem dúvida, uma política de gênero extremamente radical (ELEY, 2005). Entre eles, já era possível perceber debates em torno do matrimônio, do divórcio, da maternidade e da moral sexual (PARADIS; DE ROURE, 2013). Como nos mostra Eley (2005), Fourier defendia expressamente a igualdade entre homens e mulheres, as liberdades sexuais e a extinção do casamento. Owen atribuía a degradação moral do capitalismo às injustiças dos homens sobre as mulheres. No entanto, a crítica dos socialistas utópicos ao patriarcado e a busca por uma reforma moral da sociedade foi perdendo força no âmbito do socialismo (ELEY, 2005), à medida que as interpretações economicistas ortodoxas do marxismo ganhavam relevância.

Entre estes autores está Flora Tristán (1803-1844), uma militante socialista que foi citada por Marx e Engels ao criticarem o socialismo utópico em “*A Sagrada Família*” (NÚÑEZ, 2009). Durante toda sua vida defendeu intensamente a emancipação da classe trabalhadora, incluídas as mulheres. Como veremos, Tristán traduziu o feminismo republicano de Wollstonecraft para a linguagem socialista, à espera de que, finalmente, as mulheres tivessem “seu 1789” (TRISTÁN, 2016, p. 114).

Mas, desde a declaração dos direitos do homem, ato solene que proclamou o esquecimento e o desprezo que os homens novos faziam delas, seu protesto tomou uma forma enérgica e violenta, que prova que a exasperação da escrava chegou a seu ponto máximo. (TRISTÁN, 2016, p. 124).

O bem-estar universal dependia do tratamento empregado pela sociedade às mulheres. Em seu texto, Tristán tenta persuadir os operários sobre os danos causados pela opressão e repressão femininas. Para ela, as mulheres eram educadas para ser “bonequinha boazinha e uma escrava destinada a distrair seu mestre e o servir” (TRISTÁN, 2016, p. 115), no entanto, desempenhavam um papel chave na comunidade, pois educavam as crianças e cuidavam dos maridos, e investir em sua

educação serviria para influenciar toda a classe operária no nível moral, intelectual e até mesmo material.

Ainda que Tristán não tenha criticado a separação das tarefas entre homens e mulheres – idealizando um lar de harmonia e colaboração mútua, onde ambos se auxiliam em todas as tarefas – sua obra “União Operária” é um dos marcos para a teoria feminista. Ao pleitear a igualdade e a liberdade das “mulheres do povo”, a autora atualiza a linguagem republicana e feminista, no sentido de pensar o capitalismo e patriarcado como articulações fundamentais à opressão e exploração das mulheres (PARADIS, 2017).

As pautas feministas permearam os debates sobre o socialismo na Alemanha, especialmente a partir do Partido Social Democrata Alemão (SPD), que foi não apenas o partido mais eminente da II Internacional como também o mais envolvido na luta pela emancipação das mulheres, advogando pelo direito ao voto, à educação e ao divórcio, e pela socialização das tarefas domésticas (ÁLVAREZ, 2010).

Sua ala mais radical reunia ativistas como Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo, responsáveis por dirigir um “clã feminista” que se reunia regularmente antes dos Congressos oficiais da II Internacional. Com a ortodoxia tomando conta do partido, as pautas feministas também foram sofrendo oposição e, no século XX, a emancipação das mulheres passou a se resumir aos programas de bem-estar familiar (ELEY, 2005).

Apesar de Rosa Luxemburgo não ter se aprofundado em análises sobre mulheres e prostituição, sua obra foi importante para um socialismo democrático que enxergasse as mulheres como parte fundamental. No ensaio sobre o direito ao voto, Luxemburgo reivindicou esse direito às mulheres, uma vez que elas assumiam não apenas tarefas fundamentais nas organizações políticas, como estavam cada vez mais nas fileiras das fábricas, sofrendo uma exploração maior do que a de seus companheiros (LOUREIRO, 2011).

A “*Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*”, última obra publicada por Engels, em 1884, um ano após a morte de Marx, representou uma análise sistemática da questão das mulheres na teoria marxista. A obra obteve uma enorme repercussão na época (TRAT, 2014) e é possível afirmar que influenciou profundamente a visão sobre a questão das mulheres no socialismo do século XX.

Nessa obra, Engels buscou explicar a origem da família e sua conseqüente opressão perante as mulheres, mostrando como as transformações familiares impactaram as mudanças no modo de produção. O advento da propriedade privada

teria provocado a derrota do patriarcado, a partir da instituição da família patriarcal monogâmica, como parte do período da civilização (ENGELS, 1984).

Se nas organizações familiares precedentes, a incerteza da paternidade levava à determinação do parentesco pela linhagem feminina, o advento da propriedade (decorrente da evolução das técnicas e instrumentos de trabalho) fez com que a preocupação relativa à herança fosse circunscrita a uma família em que o parentesco fosse determinado pelos homens (a razão dessa transição não é explicada por Engels). O advento da família monogâmica foi possível a partir da forte condenação do adultério para as mulheres e de sua submissão ao controle masculino (PARADIS, 2017, p. 234).

Nesse sentido, Engels foi contra à noção da época de que a monogamia estaria relacionada a uma forma elevada do matrimônio, e a tratou como uma “forma de escravização de um sexo pelo outro” (ENGELS, 1984, p. 70). Para ele:

o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1984, p. 70-71).

A partir deste reconhecimento, o autor buscou compreender as opressões relacionadas ao núcleo familiar e dessa forma como poderia promover a libertação das mulheres. Engels denunciou a divisão sexual do trabalho dentro das casas baseada na “escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher. [...] Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (ENGELS, 1984, p. 80). Para ele, uma das únicas formas de alcançar a igualdade entre homens e mulheres era justamente extinguir a noção de “família”.

Segundo Paradis (2017), a transformação dos meios de produção para Engels necessariamente levaria ao fim da família burguesa: “as mulheres seriam incorporadas à indústria, os filhos seriam educados publicamente, o matrimônio perderia indissolubilidade – sendo enfim o triunfo do amor sexual – e a igualdade entre homens e mulheres seria plena” (PARADIS, 2017, p. 236).

Além disso, o fim da monogamia representava também o fim da prostituição: “estamos caminhando presentemente para uma revolução social, em que as atuais bases econômicas da monogamia vão desaparecer, tão seguramente como vão desaparecer as da prostituição, complemento daquela” (ENGELS, 1984, p. 82).

Como afirma Carole Pateman (1988), em “*O contrato sexual*”, a fascinação exercida pelas histórias de gênese política da “derrota histórica mundial do sexo feminino” está associada à própria ideia da ficção política do contrato original para explicar o advento da ordem política moderna que, para a autora, é a história do patriarcado moderno. Além disso, para Vinteuil, Engels e outros marxistas do período subestimaram a função da família para o capitalismo (VINTEUIL, 1989) e as diferentes formas de opressão sobre as mulheres, que sobreviveram mesmo com a incorporação delas ao trabalho remunerado.

Além disso, a visão de Engels sobre a liberdade sexual merece algumas considerações. Foi, sem dúvida, uma grande contribuição para a teoria marxista, trazer temas do mundo privado e sobre a sexualidade para o centro das explicações sobre as transformações econômicas e sociais ao longo da história. Para o autor, o fim da propriedade privada, a entrada das mulheres na produção e a socialização do trabalho doméstico operariam uma verdadeira revolução sexual.

A breve análise aqui apresentada permite verificar a diversidade das bases teóricas do feminismo. No século XX, ele se torna ainda mais diverso, como veremos no próximo tópico.

## 2.2 O(S) FEMINISMO(S) NO SÉCULO XX

O século mais sangrento da história assistiu a duas guerras mundiais, a uma nova onda colonialista sobre os países periféricos, à emergência de nacionalismos e autoritarismos e a um debate profundo da esquerda sobre caminhos alternativos depois da Stalinização da União Soviética e as críticas ao marxismo. Nesse contexto, vemos uma importante ascensão no processo de libertação das mulheres. O fortalecimento da cultura de massas trouxe consigo novas representações do feminino, contrapondo um ideal de esposa dedicada e recatada com uma mulher moderna e consumidora (HOBBSAWN, 1995).

A primeira onda do feminismo foi precedida por um movimento conhecido como “a querela das mulheres”, uma corrente de pensamento que se desenvolveu entre os XV e XVIII e deixou reminiscências nos séculos seguintes. As querelas surgiram como uma resposta ao lastro de misoginia que se arrastou na Europa na Idade Média e Moderna, a qual menosprezava o conhecimento das mulheres e as reportava como intelectualmente inferiores, defendendo que as mesmas se ocupassem de tarefas

domésticas, enquanto aos homens caberiam as funções intelectuais e produtivas (NERI, 2013).

A suposta inferioridade das mulheres fez com que a elas fosse relegado o espaço público, sem direito à voz (falar) e à palavra (escrever). Algumas mulheres que tiveram acesso à educação, por pertencerem a famílias nobres e que puderam refletir sobre a condição das mulheres, se rebelaram contra essas ideias e simplesmente escreveram, dando origem assim à *Querela das Mulheres* (NERI, 2013).

As sufragistas marcaram a primeira onda do feminismo, que aconteceu no final do Século XIX até meados do Século XX, quando as mulheres passaram a se organizar para reivindicar direitos – o primeiro deles foi o voto político (GONZÁLEZ, 2009).

Na verdade, o sufrágismo representou uma luta política muito mais ampla do que apenas a reivindicação ao voto. Nesse período, as demandas econômicas e de direito à propriedade, a problematização da sujeição no casamento e da imposição de noção de feminilidade, da liberdade sexual e luta pelo acesso à educação fizeram parte de suas pautas ao longo dos vinte e um anos que lutaram até a conquista pelo voto (1887-1918), em meio ao cenário da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (GONZÁLEZ, 2009). Hobsbawn (1995) classifica o período correspondente à primeira onda do feminismo como a Era da Catástrofe:

Ele começa com a Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o material e moral (HOBSBAWN, 1995, p.10).

Seguida pela Grande Depressão (a crise de 1929), até mesmo as economias mais robustas foram postas em xeque. À medida que a crise aumentava, mais fracas ficavam as instituições da democracia liberal, e o fascismo e os regimes autoritários avançavam. Segundo Hobsbawn (1995), esse fenômeno causou um paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo:

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras, esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo — sobretudo as décadas de 1930 e 1940 — constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento

decisivo. De muitas maneiras, esse é um momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século — com exceção do breve período de antifascismo — ocuparam posições de antagonismo inconciliável. (HOBSBAWN, 1995, p. 11).

A necessidade de derrotar o fascismo inspirou a adoção de princípios liberais. Segundo Pateman (2013), esse foi “um dos mais importantes exemplos teóricos e práticos de ataques feministas à dicotomia entre o privado e o público” (PATEMAN, 2013, p.65). Para González (2009), o sufrágio não apenas transpassou a fronteira sexuada entre o privado e o público, mas também entre uma individualidade subalterna e isolada, para uma coletividade orgânica, “[...] em que as mulheres adquirem 'nome', funções, sentido social e visibilidade” (GONZÁLEZ, 2009, p.79, tradução nossa).

De acordo com González (2009), esperava-se que com a conquista do direito ao voto, outras reformas sociais, políticas e culturais fossem desencadeadas. Para Walby (1990), a primeira onda do feminismo possibilitou uma mudança significativa do patriarcado, que passou de uma forma mais familiar e direta (considerada privada) para uma forma mais difusa e mediada pelas instituições (públicas). Além disso, a conquista do voto foi crucial para que no pós-guerra as mulheres tivessem acesso ao trabalho assalariado e aos benefícios do Estado de Bem-Estar (WALBY, 1990).

Herdeiras das lutas políticas dos dois últimos séculos, as mulheres ganharam um espaço sem precedentes na esfera pública: avançaram na constituição da maternidade como escolha, se profissionalizaram, construíram novas formas de laços afetivos e sexuais e novos vocabulários de reivindicação e resistência. No entanto, essa evolução não se deu de maneira linear, e sim, por meio de uma trajetória dura e sinuosa, esbarrando na reativação de ideologias patriarcais e no fortalecimento das formas de subjetivação da exploração capitalista (PARADIS, 2017).

Beauvoir lançou em 1949 o livro “*O Segundo Sexo*”, considerado um marco na retomada do feminismo no século XX, após o movimento ter se debilitado com os efeitos da II Guerra. Segundo Amorós (2010), a obra representa o efeito reflexivo da primeira onda do feminismo e, não por acaso, foi editado na “ressaca” desse processo e na antecipação do que seria o neofeminismo dos anos 70 (AMORÓS, 2010).

Beauvoir alegou que quando produziu o livro ainda não havia formado uma consciência feminista. Suas motivações sobre o tema das mulheres, naquele momento, estavam relacionadas a investigar como o contexto social impactava os



limites da liberdade individual, assim como ao desejo de falar sobre si mesma (ASCHER, 1991) – e foi então que descobriu que para falar sobre si, deveria antes discorrer sobre a condição das mulheres em geral.

Para Paradis (2017), em *O Segundo Sexo*, Beauvoir pode ser considerada uma herdeira do feminismo republicano de Wollstonecraft e do feminismo marxista de XIX:

Seu conceito de liberdade possui paralelos fundamentais com o conceito de liberdade como autonomia, isto é, como autoafirmação da identidade, formulado pelo republicanismo, especialmente a partir da concepção de Wollstonecraft e também uma conexão fundamental entre liberdade e igualdade, comum às duas autoras. (PARADIS, 2017, p. 268).

Assim como Wollstonecraft, Beauvoir procurou entender a opressão sobre as mulheres como um modo de pensar a liberdade, admitindo que sua emancipação estaria relacionada a um processo de emancipação de toda a humanidade. Para Amorós (2010), Beauvoir retomou a crítica sobre a naturalização da desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, ao afirmar que “não nascemos mulher, mas nos tornamos”, Beauvoir elabora “a desqualificação mais radical de toda possível interpretação da condição feminina como derivação da determinação biológica” (AMORÓS, 2010, p. 13).

Inspirado pelos pensamentos de Beauvoir e pelos debates da esquerda sobre o marxismo, surge o feminismo radical nos anos 60, em meio a uma grande efervescência política e cultural em todo o mundo: de um lado, as guerras do Vietnã e da Coreia trouxeram consigo a emergência de movimentos pacifistas e o surgimento dos *hippies*. Além disso, tivemos o movimento pelos direitos civis dos negros nos EUA, o sonho da revolução socialista nos países europeus – com destaque ao maio de 68 na França – e também a luta armada em resistência à ditadura militar nos países da América Latina. Para Grossi, todo esse cenário favoreceu a criação de um ambiente propício para se discutir também gênero, trazendo reflexões sobre a liberação sexual e as fontes de opressão das mulheres, entre elas a heterossexualidade, o amor e o papel da reprodução. (GROSSI, 1998).

Para Puleo (2010), os debates desta corrente foram marcados pela utilização dos conceitos de gênero e patriarcado, pela crítica ao androcentrismo, pela análise da sexualidade e da violência sexual e pela compreensão da opressão como um fenômeno para além das esferas econômicas, assim como uma visão de poder e política que abrangesse também as micro relações.

Douglas (1990) identificou divergências nos debates internos no feminismo radical: algumas correntes acreditavam que as mulheres deveriam confrontar seus opressores, os homens, enquanto outras defendiam a criação de uma sociedade separada; outra discussão importante foi se a opressão das mulheres estaria hierarquicamente acima de outras opressões significativas como as de classe e raça.

Em 1970, Kate Millet publica o livro “*Sexual Politics*”, considerada a segunda obra mais importante para o feminismo após “O Segundo Sexo”, de Beauvoir. É nesta obra que vemos pela primeira vez o termo “patriarcado” sendo utilizado com um viés feminista: ao estabelecer a conexão entre sexo e política, a autora mostra como ele – o patriarcado – se efetiva nos âmbitos *ideológico* – considera que a política sexual é (re)produzida por meio da socialização; *biológico* – separando gênero de sexo e também refutando o pretexto biológico à desigualdade entre homens e mulheres; *sociológico*, onde examina o papel da família e das instituições na reprodução da exclusão das mulheres e, por fim, *psicológico*, em que a ideologia patriarcal e a negação da liberdade sexual são internalizados pelas mulheres.

Paradis (2017) aponta paralelos entre *Sexual Politics* e *O Segundo Sexo*:

Assim como Beauvoir, Millet buscou organizar seu livro analisando a opressão das mulheres nos vários âmbitos e níveis da sociedade. Enquanto “O Segundo sexo” é uma obra filosófica, “Sexual Politics” é uma obra de sociologia política. Se em Beauvoir, o fio condutor é a condição das mulheres como o Outro e o caminho é o da liberdade, em Millet o fio condutor é a noção de patriarcado, entendida como dominação masculina e o caminho é uma verdadeira revolução sexual. É possível perceber que o sentido de liberdade como autonomia, organizado do feminismo oitocentista até Beauvoir, vaisendo subsumido na noção de sexualidade, no feminismo radical. (PARADIS, 2017, p. 296).

Como veremos mais adiante, estas obras trouxeram um importante subsídio ao debate sobre a prostituição. Miller partiu do conceito de que as relações sexuais são permeadas por valores e, portanto, seria preciso entender de que forma sexo e política estariam relacionados. Para a autora, as relações sexuais são permeadas por uma relação subordinação/ dominação, e nesse sentido ela traça um paralelo com o sistema patriarcal enquanto “ser” dominante e o poder econômico como a via indutora dessa autoridade.

Desta forma, o patriarcado é visto como o sistema “constante” – porém mutável – que permite aos homens dominarem as mulheres, bem como aos homens adultos dominarem homens mais jovens. Um dos grandes legados de Miller está em pensar

o caráter desta dominação, associada às várias esferas de opressão, convertendo as mulheres em classe subordinada.

Cumprir reconhecer que a contribuição do feminismo radical foi extremamente libertária, pois possibilitou às mulheres formularem uma visão de sua própria sexualidade sem o viés dos valores patriarcais sobre seus corpos e suas relações afetivas.

O feminismo radical dá espaço a um novo feminismo que se formou a partir dos anos 80 – segundo Fraser (2007), pode ser considerado como uma segunda fase do feminismo de segunda onda – com o avanço da indústria pornográfica/ erótica e as transformações políticas e culturais na conjuntura geral, trazendo novos debates sobre sexualidade ao movimento. Por um lado, uma corrente denunciava a violência e o traço patriarcal da pornografia; por outro, um grupo denunciava a repressão e a censura às práticas sexuais tidas como “anormais” ou “irregulares”. Os debates sobre amor e sexo, marca da revolução sexual dos anos 70, foram sucedidos por temas como sadomasoquismo e funções de gênero nas relações lésbicas (DOUGLAS, 2008; DE MIGUEL, 2011).

Esse novo momento no feminismo foi marcado pelo fim das reivindicações igualitárias e a favor de uma agenda sobre o reconhecimento das diferenças. Paradis (2017) destaca que esse processo refletia as mudanças políticas e econômicas que ocorriam ao redor do mundo:

Esse processo não se deu apenas no campo do feminismo e refletiu uma transformação histórica mais ampla, marcada por um novo impulso das ideologias do livre mercado. Diante do fim da União Soviética e da crise de rumos da social democracia, a gramática da redistribuição se viu enfraquecida, dando espaço para a reabilitação do neoliberalismo, que combinou um forte ataque ao ideal igualitário e uma reativação das ideologias conservadoras. (PARADIS, 2017, p. 303).

Ainda segundo Fraser (2007), o foco da agenda sobre o reconhecimento do campo feminista permitiu a inclusão de novas vozes no movimento, porém fortaleceu o conceito de que a subordinação das mulheres era um problema exclusivamente cultural, desconectado da economia política. Assim, o feminismo ficou desarmado contra os ditames do livre mercado, e passou a se acomodar frente ao avanço do neoliberalismo econômico.

Em 1981, Dworkin publica "*Pornography: menpossessingwomen*", em que argumenta que uma das formas de dominação masculina é a "colonização sexual" do corpo das mulheres, uma vez que os homens controlam seu uso sexual e reprodutivo por meio da "lei, casamento, prostituição, pornografia, assistência médica, economia, religião e pela sistemática agressão física contra as mulheres (por exemplo, no estupro e agressão)" (DWORKIN, 1989, p. 203).

Essa discussão permeou o movimento feminista e alguns grupos críticos argumentaram que o desejo por poder estava permeado nas experiências eróticas, que o feminismo radical havia caído em uma posição puritana do sexo e que o âmbito da experiência sexual dependeria da interpretação de cada mulher, não cabendo a ninguém mais dizer o que seria válido ou não.

Em 1984, Gayle Rubin, uma das expoentes do libertarianismo sexual, publica o artigo "*Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas de sexualidade*", em que expõe que o controle moral sobre a vida sexual das pessoas, sob o preceito de proteção às mulheres, se aproximava ao pensamento conservador do cristianismo e da nova direita americana; além de produzir uma retórica excludente, essa corrente marginalizava uma série de expressões sexuais ao associar liberação sexual a privilégio masculino.

O debate feminista sobre a sexualidade é mais amplo, complexo e polifônico do que o reproduzido aqui. Ainda assim, as autoras analisadas demonstram que a esfera da sexualidade é fundamental para a construção das categorias de igualdade e liberdade das mulheres. A politização do espaço privado e da esfera sexual buscou reconhecer que de nada adiantaria os direitos de cidadania, se eles não servissem para pensar as práticas de dominação que acontecem nas esferas consideradas pelas teorias *mainstream* como não políticas.

Todos os feminismos vistos até aqui são importantes para podermos discernir sobre cada uma das diferentes faces do movimento feminista, as diferentes linhas do feminismo têm uma forma própria de ver determinado assunto. Com a prostituição não é diferente, cada linha do feminismo tem suas próprias concepções sobre a prostituição, conforme veremos no próximo capítulo.

### 2.3 A PROSTITUIÇÃO DE ACORDO COM AS FEMINISTAS

Paralelamente ao surgimento de movimentos por direitos das prostitutas, vemos emergir também iniciativas de forte cunho proibicionista e discriminatório a essas profissionais, que partem não apenas dos setores mais conservadores, como também de teóricas feministas que se fundamentam no conceito do patriarcado, segundo a perspectiva de que a dominação dos homens sobre as mulheres parte do controle sobre sua sexualidade e se reflete nas dinâmicas sociais.

Rago (1991) indica o abolicionismo e o regulamentarismo como as principais perspectivas apresentadas nos debates sobre a prostituição. A primeira se manifesta contrária a qualquer interferência estatal sobre o tema, por considerar constranger a liberdade individual dos cidadãos. Já o regulamentarismo, procedente de debates jurídicos, trata a questão de modo pragmático (RODRIGUES, 2010), como um “mal necessário”: na impossibilidade de acabar com a prostituição, que ameaça os códigos morais da sociedade, cumpre adotar medidas regulatórias que imponham limites.

O fenômeno da prostituição tem dividido o campo do feminismo, suscitando diversas abordagens e posicionamentos distintos. Para algumas protagonistas do movimento das prostitutas, as feministas acabam por adotar um discurso ambivalente que não agrega nem colabora em suas lutas, tornando-se assim alvo de críticas.

No início do século XX, o feminismo acreditava que a identificação com o sexo pelas mulheres seria um obstáculo ao seu reconhecimento social e político enquanto sujeitas civis, na medida que as aproximavam ao estereótipo de objeto sexual:

A condição feminina é discutida nos marcos de um pensamento liberal, preocupado em garantir a igualdade social entre os sexos, o direito de cidadania, e a integração da mulher no mundo dos negócios e da política, espaços considerados exclusivamente masculinos, mas sem alterar profundamente a ordem social vigente. (RAGO, 1991, p. 77).

Pateman (1988), relaciona o fato de os homens conseguirem comprar sexo à prevalência de seu poder dominante sobre as mulheres, tendo na relação sexual (heterossexual) uma importante afirmação de masculinidade e feminilidade. No entanto, é sua natureza pública do mercado sexual que torna isto problemático:

Quando os corpos das mulheres são vendidos como mercadorias no mercado capitalista, os termos do contrato original (que é sobre o poder civil dos homens) não pode ser esquecido; a lei do direito sexual masculino é

publicamente afirmada, e os homens ganham reconhecimento público como proprietários sexuais das mulheres. (PATEMAN, 1988, p. 208, tradução nossa)

Lerner e Rubin (1986; 1975 apud SEP, 2007) argumentam que tanto a prostituição – vista como a venda de serviços sexuais – como o tráfico de mulheres – entendido como o controle sexual de uma parte sobre outra - são fenômenos transculturais que atravessam a história em diferentes formas e contextos. Segundo Lerner (apud SEP), é presumível que a prostituição advenha:

[...] diretamente da escravização de mulheres e à consolidação e à formação de classes. A conquista militar levou, no terceiro milênio aC, a escravidão e o abuso sexual das mulheres cativas. Como a escravidão se tornou uma instituição estabelecida, proprietários de escravos alugavam as suas escravas como prostitutas, e alguns mestres criaram bordéis comerciais compostos por escravos (1986, p. 133).

Scambler e Scambler (1997) contrariam essas autoras afirmando que o grau de continuidade entre a prostituição no período matriarcal, na Idade Média e na prostituição contemporânea é discutível, pois o nível de estigma sofrido é particularmente distinto.

Sullivan (1995) realiza um estudo dos feminismos de primeira e segunda onda, em que destaca que muitas das feministas da primeira onda que estudavam a “economia sexual” relacionavam a prostituição a outras atividades realizadas por mulheres, como no casamento, que também previa uma troca econômica-sexual. De acordo com esta perspectiva, a combinação da dependência econômica dos maridos, da demanda sexual dos homens por um sexo que não envolvesse principalmente responsabilidades, e da baixa remuneração pagas às mulheres, tornava-as mais suscetíveis a “cair” na prostituição (RODRIGUES, 2010):

O feminismo de segunda onda frequentemente situava a prostituição em um modelo de economia sexual, considerando que em todas as áreas da sociedade as mulheres eram obrigadas a servirem os homens em funções sexualizadas e serviços (doméstico e sexual) em uma ordem sustentada por elas mesmas. Dentro desta perspectiva, era simplesmente o grau de clareza que separava as prostitutas de outras mulheres. (RODRIGUES, 2010, p. 8).

Nesse sentido, segundo Sullivan, algumas feministas da segunda onda chegaram a afirmar que o casamento era também uma forma de prostituição, pois as

mulheres não possuíam autonomia sobre suas vidas, eram mal “remuneradas” e ainda estavam mais vulneráveis à violência (dos maridos) do que as prostitutas.

O enfoque se centra na mulher e na questão de gêneros, problematizando a prostituição, nos marcos das discussões sobre o papel da sexualidade na opressão feminina, e domina o debate das mulheres na “segunda onda” do feminismo, no final do século XX (RODRIGUES, 2010, p. 8).

Por um lado, esta perspectiva representou um importante marco no sentido de reconhecimento das prostitutas, por uma parcela significativa das feministas, como mulheres “inerentemente más”. Por outro lado, suscitou um dilema: como promover uma defesa das prostitutas, a curto prazo, sem deixar de lado a oposição ao mercado sexual a longo prazo? (RODRIGUES, 2010).

A partir dos anos 80, a emergência dos debates sobre prostituição no movimento feminista acirrou uma disputa ideológica bastante hostil entre as ativistas (CHAPKIS, 1997).

Enquanto alguns setores, para os quais o sexo está na origem da opressão das mulheres, entendem a prostituição como a forma mais literal de escravidão sexual, outros destacam a positividade invariável do sexo, que é entendido como nada mais que a origem do prazer e do poder na vida das mulheres. A prostituição nessa perspectiva se coloca como a mais subversiva das práticas sexuais dentro da ordem social sexista (RODRIGUES, 2010, p. 10).

Chapkis (1997) destaca três pontos dentro do chamado Feminismo do Sexo Radical: o primeiro considera o sexo uma prática benigna; para o segundo, o sexo é “potencialmente opressor” e, para um terceiro, com a qual a autora sugere se identificar, e que parece mais abrangente, o sexo é entendido como uma “prática cultural aberta ao exercício subversivo e à ressignificação. Nesse sentido, ele não é nem inerentemente fortalecedor, nem opressivo, mas um terreno sujeito à contestação, no qual as mulheres devem se organizar e demandar seus direitos (CHAPKIS, 1997).

Sullivan (1995), feminista australiana, assume posição semelhante criticando as abordagens de algumas feministas que adotam o ponto de vista da “maldade” universal da prostituição, se mostrando incapazes de compreender e explicar as diferenças existentes, por exemplo, entre os problemas enfrentados pelas prostitutas de rua e aquelas que atuam em bordéis ilegais. Como destaca Sullivan, porém, enquanto a maior parte das feministas que consideram a prostituição ao mesmo tempo exploradora e humilhante para as mulheres, ainda que simpáticas à proteção das trabalhadoras do sexo,

acabam por defender a abolição da indústria da prostituição. Há outras feministas, entretanto, destaca a autora, que contestam os argumentos usados para condenar a prostituição por considerá-los sem fundamento, alegando que a prostituição não se distingue facilmente de outros tipos de trocas econômico-sexuais. (RODRIGUES, 2010, p. 11)

Para Overall (1992), a ideia de que a prostituição seria errada pelo fato de as mulheres serem coagidas a se prostituir é inválida, uma vez que todos os trabalhadores, ao se verem sem alternativas, acabam por aceitar postos menos “dignos”, e que:

A presença da coerção e a ausência de consentimento eram características de muitas atividades das mulheres sobre o capitalismo e a dominação masculina. [...] Ainda segundo a autora, a alegação segundo a qual a falta de reciprocidade característica das relações estabelecidas via o exercício da prostituição eliminam qualquer possibilidade de reconhecer alguma positividade à atividade é contestável, pois a venda a varejo de intimidade é uma característica comum da vida moderna e de outros trabalhos pagos como a terapia e massagem. (RODRIGUES, 2010, p. 11)

Autoras como Jackson & Otto (1984, apud SULLIVAN, 1995) apontam que a oposição entre feministas e prostitutas é também uma forma de controle da sexualidade feminina.

Nessa perspectiva, a defesa das prostitutas por outras mulheres é um problema de interesse das próprias mulheres em vez de um imperativo moral. Esta abordagem envolve, entretanto, um “dilema” significativo para as feministas, na medida em que a prostituição continua sendo o que elas consideravam como a forma mais óbvia de exploração sexual. Essas questões apontam, segundo essas autoras, para problemas que tem a ver com os direitos de autodeterminação de todas as mulheres coletivamente. De acordo com essa argumentação, se as leis que controlam a prostituição são realmente leis sobre a propriedade, as quais impedem as mulheres de venderem seus corpos, algo que diz respeito somente aos homens (Bacon, 1976 apud SULLIVAN, 1995), as feministas não poderiam adotar uma posição que advogasse a supressão legal da prostituição mesmo que esta seja considerada uma exploração sexual inerente. (RODRIGUES, 2010, p. 11).

No feminismo de terceira onda, muitas autoras defendem que a focalização da prostituição como trabalho sexual seria uma bela alternativa para resolver este conflito.

Nessa perspectiva, a prostituição passa a ser defendida como uma pré-condição necessária para a melhoria das condições de trabalho das trabalhadoras do sexo sem abandonar suas metas de abolição da indústria do sexo, a longo prazo. As feministas se restringem então à defesa de áreas de preocupação imediatas para as mulheres prostitutas, como salários e



condições de trabalho. Ou seja, esta abordagem não significa o abandono da oposição feminista à prostituição ou a meta de abolir a indústria do sexo, à longo prazo. Tais questões são simplesmente “deixadas de lado”. (RODRIGUES, 2010, p. 11).

O feminismo segue dividido em suas teorias sobre a economia sexual da prostituição, o status moral do mercado do sexo e as estratégias de descriminalização da atividade. No entanto, Rodrigues (2010) observa que desde os anos 80 a “defesa feminista da descriminalização da prostituição parece ter declinado”. (RODRIGUES, 2010, p. 12).

Para Pateman (1988) a prostituição está longe da escravidão sexual, apesar de ser recorrentemente representada – podendo evidentemente em alguns casos ser experienciada – como tal. No entanto, o foco está muito mais direcionado aos efeitos da sexualidade nos indivíduos do que nos contratos de prostituição.

Sullivan (1995) associa o estigma sofrido pelas prostitutas como “mulheres más”, sobretudo após a epidemia de HIV, ao aumento da violência institucional – e até mesmo da violência masculina – para com as mesmas, fato que fica evidenciado.

no número claramente desproporcional de mulheres prostitutas detidas em relação aos clientes - quase inexistente - no aumento da violência masculina e na impossibilidade real de poderem contar com o sistema de segurança ou de saúde, quando por exemplo são vítimas da violência dos fregueses. (RODRIGUES, 2010, p. 13)

O movimento feminista e suas diferentes vertentes vem ao longo dos anos mostrando que todas as abordagens teóricas sempre conseguem acompanhar a complexidade social e as demandas dos atores, mas o debate resiste. A prostituição é um assunto que gera muita discussão dentro do movimento feminista, tanto por parte das feministas não prostitutas quanto as feministas prostitutas. Para as feministas prostitutas, e o feminismo e suas diferentes faces não dão conta de acolhê-las dentro do movimento.

A partir destas considerações sobre o feminismo e como o feminismo se configura e se posiciona diante da prostituição, no próximo capítulo faremos o esforço de tentar analisar a prostituição pela lógica do Estado e das próprias prostitutas, com o intuito de tornar o feminismo cada vez mais plural e inclusivo, para que todas as mulheres se sintam representadas.

### 3 CONTEXTUALIZANDO A PROSTITUIÇÃO

A prostituição desperta profundos questionamentos e extensos debates no seio da sociedade, que se divide não apenas no âmbito político, como vimos no primeiro capítulo da presente dissertação, mas também no campo ético/filosófico.

É importante ressaltar que a falta de dados estatísticos sobre a prostituição voluntária é um problema bastante sério para fins de pesquisas nessa temática. A maioria dos dados disponíveis sobre prostituição na verdade tratam de exploração sexual de criança e adolescentes ou tráfico internacional de pessoas e não especificamente sobre o objeto dessa pesquisa. Logo não sabemos ao certo o universo de mulheres que se prostituem voluntariamente no Brasil, mas sabemos que elas existem.

Estudos recentes apontam a ampliação das vozes das prostitutas, em parte, em virtude dos novos canais de comunicação abertos na era da globalização (PISCITELLI, 2016; SOUSA, 2017; CAMINHAS, 2016). Atualmente as prostitutas reivindicam tal identidade em livros, blogs, site entre outros.

Com o objetivo de contextualizar o cenário da prostituição atual, neste capítulo falaremos sobre a prostituição na história. O capítulo também aborda a prostituição no Brasil, tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista jurídico. De forma sintética, busca-se abordar as demandas das prostitutas organizadas em associações. Por fim, o capítulo também analisa os relatos das prostitutas em redes sociais para apresentar suas demandas. Visto que as ativistas utilizam quase em sua totalidade as redes sociais para expor suas ideias e organizar a militância, analisarei por meio da metodologia qualitativa fontes dessas redes nessa dissertação.

#### 3.1 A PROSTITUIÇÃO NA PRÉ-HISTÓRIA

Não existe um consenso sobre quando exatamente surgiu a prostituição na história, porém é importante ressaltar as diferentes moralidades que envolvem o tema, tanto na antiguidade quanto na modernidade.

A prática da prostituição nem sempre foi vista como algo degradante e vergonhoso para quem a pratica. Na pré-história, em diversas regiões da antiga Mesopotâmia, as prostitutas eram endeusadas e seu ato sexual era ligado à fertilidade: a prática era nada mais que uma oferenda, um ato de fé, em que as

mulheres teriam relações sexuais com quem as procurasse com o intuito de serem abençoados com fertilidade, seja para si, para a esposa, terras ou animais. O pagamento recebido por essas relações sexuais era oferecido à divindade ou ao templo<sup>10</sup> (ROBERTS,1998). Oliveira, Guimarães e Ferreira citam um rito como exemplo:

Um dos ritos mais lembrados é a alegórica história relatada por Heródoto no ano de 500 a.C., a qual descreve como todas as mulheres nascidas no país deveriam ir ao menos uma vez na vida até o templo da cidade e, em adoração à deusa Afrodite, ter relações sexuais com um homem estranho. (OLIVEIRA, GUIMARÃES & FERREIRA, p.145, 2017)

Em algumas culturas antigas, como os Fenícios de Heliópolis, mulheres eram oferecidas a forasteiros como um presente de “boas-vindas”; por vezes eram oferecidas as próprias filhas (OLIVEIRA, GUIMARÃES & FERREIRA, 2017). É possível observar que os valores morais em que eram pautadas as relações na Antiguidade são diferentes dos valores morais que pautam as relações na atualidade.

Assim, a prostituição já foi vista de maneira diferente nas culturas antigas, de uma maneira menos estigmatizada e inclusive respeitada, relacionada a rituais sagrados. Na verdade, pode-se dizer que a mulher, de forma geral, já teve um lugar de destaque na sociedade. Ocorre que nas sociedades pré-históricas os homens não se preocupavam com seu papel de procriação, não tinham nenhuma responsabilidade com a paternidade e foi essa responsabilidade com a prole que mais tarde originou o surgimento das sociedades patriarcais e com elas a submissão da mulher.

Conforme Muraro (1991), vemos essa passagem do matriarcado para o patriarcado nas diferentes concepções religiosas. Segundo a autora, tais concepções até os dias atuais influenciam a nossa sociedade e a forma das pessoas verem e perceberem a prostituição:

Na primeira etapa, o mundo é criado por uma deusa mãe sem auxílio de ninguém. Na segunda, ele é criado por um deus andrógino ou um casal criador. Na terceira, um deus macho ou toma o poder da deusa ou cria o mundo sobre o corpo da deusa primordial. Finalmente, na quarta etapa, um deus macho cria o mundo sozinho. (MURARO, 1991, p. 8).

---

<sup>10</sup> É importante ressaltar que a “prostituição sagrada” não é consenso entre pesquisadores da antiguidade; alguns chamam essa prática de sexo ritualístico, pois o termo “prostituição” está carregado de valores modernos ocidentais (LOPES, 2017).

Com efeito, na Antiguidade, a prostituição passou a assumir nova faceta. Foi com Sólon, Governador e legislador de Atenas, que aconteceu a grande virada do Século VI a.C, quando surgiu pela primeira vez a "cafetinagem". Sólon percebeu os lucros que poderiam vir a partir da prostituição - tanto a "comercial" quanto a sagrada – e criou bordéis oficiais do Estado, gerando uma grande exploração "pública" de mulheres (CARVALHO, SILVA, 2017).

Segundo Roberts (1992), a prostituição na antiga Roma era vista como uma profissão natural – não havia vergonha na sua prática e as mulheres eram associadas a mulheres trabalhadoras. Já na Idade Média, após a queda do Império Romano, a dinâmica das cidades foi alterada e a economia voltou a se concentrar em torno de aldeias agrícolas, o que não favorecia a prostituição como a vida urbana (CARVALHO, SILVA, 2017).

Tendo em vista que a sociedade foi se tornando mais militarizada, as regras sociais ficaram mais rigorosas. Na Mesopotâmia, entre os anos 600 a 900 a.C., elaborou-se uma lei que tem influência em algumas culturas orientais até os dias de hoje, que é o uso do véu (atualmente o uso da burca). O uso do véu tinha o intuito de distinguir as mulheres que estavam sob proteção de um homem das mulheres que eram consideradas "públicas". As mulheres que podiam utilizar o véu eram mulheres respeitáveis, enquanto as que não podiam utilizá-lo eram "não-respeitáveis" (GUIMARÃES & FERREIRA 2017).

Sobre a mudança do papel social das prostitutas durante a Idade Média, cabe destacar o papel da Igreja Católica no processo de construção da condenação moral da prostituição. Nesse período a Igreja Católica passou a condenar a sexualidade e determinou-se que o sexo apenas não seria pecado se fosse praticado após o casamento (FARINHA, 2006). Além disso, o ato sexual para os cristãos tinha como fim estrito a reprodução, e não o prazer sexual.

Na antiguidade, as prostitutas eram admiradas por sua beleza, arte de sedução, danças, cantos e massagens e a essa mulher era dada uma conotação divina, que a ligava ao sagrado... A extinção dessa cultura se deu mais fortemente a partir do fortalecimento do Cristianismo, já no auge da Idade Média, sob imposição da igreja católica que considerava a prática sexual como uma praga social. (BORGES, PETRILLI, 2013, p. 123)

Contudo, mesmo com a forte repressão religiosa na Idade Média, a atividade crescia nas cidades, devido às guerras entre os senhores feudais, o que gerava êxodos rurais em direção às cidades (CARVALHO, SILVA, 2017).

A Lei do Véu abre espaço à construção social de que a mulher que não teria ao seu lado um homem que a protegesse e legitimasse, fosse seu pai, na infância, ou marido, na idade adulta: é pública, indigna, prostituta. Dessa forma, cada vez mais a prostituição sagrada foi sendo substituída pela prostituição comercial, que tinha seu desenvolvimento sobretudo a partir da exploração sexual de escravas e tráfico de crianças (OLIVEIRA, GUIMARÃES & FERREIRA, 2017);

O intuito deste subcapítulo foi mostrar que já houve diferentes concepções acerca da prostituição, que essa atividade nem sempre foi vista como algo degradante e que em diferentes momentos na história da humanidade a prostituição foi considerada algo sagrado, em que as mulheres que realizavam essa prática eram respeitadas. Conforme Roberts (1992), a existência da "prostituição sagrada" tem um papel político importante para as prostitutas e mulheres no geral, pois remete à valorização do feminino em suas buscas e lutas diante de seus estigmas.

No entanto, ao decorrer do processo histórico, a visão sobre a mulher foi se transformando e, conseqüentemente, a visão sobre a prostituição aos poucos foi se firmando aos alicerces culturais de uma cultura patriarcal. Nele, a mulher, antes relacionada às deusas da fertilidade, passa a ser submetida ao controle masculino (GUIMARÃES & FERREIRA, 2017).

É muito nítido que na modernidade a prostituta passou a ser usada como contenção para as mulheres que não se prostituem (RAGO, 2008), através do estigma as mulheres que se prostituem são mantidas cada vez mais à margem da sociedade, e cada vez mais submetidas a cultura patriarcal. A partir dessas reflexões, cabe compreender a história da prostituição no Brasil.

### 3.2 UM BREVE RELATO SOBRE A PROSTITUIÇÃO NO BRASIL

Faz-se necessário compreender como a prostituição é vista pelo Estado brasileiro. Interessa analisar como a ligação dos movimentos de prostitutas e a busca por um reconhecimento estatal está interligada, quais foram até agora os projetos de lei que buscaram reconhecer a prostituta como uma agente dotada de cidadania e direitos.

O início da prostituição no Brasil não poderia ter outra origem que não no período colonial: após muitos meses de viagem em alto mar, os europeus” chegaram à costa brasileira e, muito distante daquilo que a história oficial nos mostra, a interação com os povos originários não foi nada romântica: centenas de mulheres indígenas foram estupradas e engravidaram dos portugueses. A Igreja Católica, preocupada em preservar a “composição social” e evitar a miscigenação, interveio junto à Coroa Portuguesa, que enviou embarcações com mulheres prostitutas, órfãs e ladras para satisfazer o desejo sexual dos desbravadores e assim consolidar a colonização lusitana (ALBUQUERQUE, 2008; RIBEIRO, 1996).

A vinda dos navios negreiros, a partir de 1540, marcou a prostituição de mulheres negras no Brasil. As “negras de tabuleiro”, como ficaram conhecidas, vendiam seus doces nas ruas e passaram a oferecer também serviços sexuais. Boa parte delas era explorada pelos seus senhores, enquanto uma minoria conseguiu utilizar os ganhos da prostituição para comprar sua alforria (ALBUQUERQUE, 2008; RIBEIRO, 1996).

No século seguinte, a exploração do ouro em Minas Gerais configurou um importante processo de urbanização no Sudeste, à medida que este se apresentava como rota de passagem dos trabalhadores do ouro. A multiplicação de prostíbulos na região está conectada a esse processo. Assim, à medida que o Sudeste se urbanizou, o número de prostíbulos expandiu, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente.

Tal ampliação também é resultado do estigma da suposta inferioridade intelectual – herança dos colonizadores europeus –, que fez com que as mulheres fossem consideradas inadequadas a ocupar postos de trabalho. Com a expansão das cidades no século XIX, o aumento da pobreza e o constrangimento à profissionalização, a prostituição se mostrava como a alternativa mais vantajosa – quando não a única – que as mulheres poderiam ter (ALBUQUERQUE, 2008).

As casas de prostituição começaram a se espalhar no território brasileiro e o Rio de Janeiro, a capital do Brasil e maior metrópole até então, se constituía como o coração do mercado sexual no século XIX. Entre as prostitutas havia muitas imigrantes que fugiam das condições complicadas da Europa naquele período – conhecidas como “polacas” e que vinham ao Novo Mundo atrás de promessas por uma vida melhor. Além delas, havia mulheres negras que, após a Abolição da

Escravidão, se viram sem “ofício” – e com ainda menos acesso a postos de trabalho do que as mulheres brancas.

As prostitutas nesse período eram classificadas em três categorias sociais: as *aristocratas*, mantidas por políticos e fazendeiros e que vivam em casas luxuosas; as prostitutas *sobradinho*, que trabalhavam nas ruas e atendiam seus clientes em hotéis, e, por fim, as prostitutas *escória*, que contemplava todo esse leque de mulheres negras ex-escravas e também outras mulheres que viviam em condições precárias.

No século XX, o mercado imobiliário se viu prejudicado com a desvalorização de áreas nobres em decorrência do mercado sexual, e se deu início ao primeiro movimento pedindo a abolição da prostituição. Os principais jornais da época faziam campanhas apelativas às autoridades para que elas trouxessem de volta a moral e os bons costumes e combatessem a libertinagem. O período foi marcado por forte repressão e muitas mulheres foram presas e ameaçadas ao serem vistas nas ruas. Segundo Leite (2005), havia uma espécie de coação sem critérios definidos.

Ainda nesse período, a medicina ganhou voz e passou a nortear as políticas higienistas do Estado. Com um viés conservador e fortemente alicerçado nos princípios cristãos, os médicos relacionavam a prostituição às doenças venéreas e morais, ao considerar a infecção do paciente uma punição divina. Para eles, as prostitutas eram vistas como pessoas “despudoradas” e preguiçosas – não queriam “trabalhar” – além de viver para satisfazer sua perversão em um ambiente repleto de *luxúria*. Neste sentido, ela seria o oposto de uma mulher casada (RAGO, 1991):

Representando a sexualidade como força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras da civilização, Cândido Motta, assim como os regulamentaristas em geral, justificavam a necessidade de um espaço de alívio das tensões libidinosas na geografia urbana. “Mal necessário”, a prostituição deveria ser tolerada, porém controlada e subjugada ao império da razão e da violência policial. Para tanto, o regulamento propunha uma série de normas de vigilância das áreas do prazer, tentando impedir a emergência de múltiplas condutas desviantes no submundo. (RAGO, 1996, p. 112).

As ações higienistas do Estado, inspiradas pelo que já vinha sendo praticado nos países da Europa, principalmente na França e Inglaterra, obrigavam as prostitutas à realização de exames rotineiros – caso elas se recusassem, seriam penalizadas com sanções ou multas.

A adoção destes procedimentos tinha como cunho ideológico estabelecer um cenário de disciplina sexual que contivesse a depravação das prostitutas. As ações

foram conduzidas pela polícia e com isso muitas mulheres deixaram de trabalhar nas ruas, passando a se prostituir “clandestinamente”, pois preferiam operar na ilegalidade a ter sua identidade exposta nos registros policiais. Com a Era Vargas e o controle ainda mais rígido dos espaços urbanos, muitas casas de prostituição foram forçadas a encerrar seus trabalhos (Rago, 1996).

Em 1950, a conjuntura brasileira foi influenciada pela Convenção das Nações Unidas com um marco normativo à questão do tráfico de pessoas, estabelecendo que a exploração sexual de mulheres feria os princípios da dignidade humana. Em 1951, o governo brasileiro assinou o protocolo da Convenção e promulga o seguinte decreto:

Considerando que a prostituição e o mal que a acompanha, isto é, o tráfico de pessoas para fins de prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor de pessoa humana e põem em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade, as Partes na presente Convenção convêm em punir toda pessoa que, para satisfazer às paixões de outrém:

Artigo I: Aplicar, induzir ou desencaminhar para fins de prostituição, outra pessoa, ainda que com seu consentimento; explorar a prostituição de outra pessoa, ainda que com seu consentimento.

Art. II: Mantiver, dirigir ou, conscientemente, financiar uma casa de prostituição ou contribuir para esse financiamento. Conscientemente, der ou tomar de aluguel, total ou parcialmente, um imóvel ou outro local, para fins de prostituição de outrem. (BRASIL, 1959).

Como resposta, a repressão tomou conta das cidades e as casas de prostituição foram fechadas. O cenário piorou após o Golpe de 64, quando as prostitutas foram perseguidas de forma truculenta pelos militares e mandadas às cadeias por “vadiagem”. Não raro, nas instituições penitenciárias muito eram abusadas e torturadas pelos policiais; enquanto outras eram exploradas e condicionadas ao trabalho mediante o pagamento de propina.

Cansadas do histórico de abusos, extorsões e violências, surgiu o movimento das profissionais do sexo no Brasil, que ganhou repercussão após uma passeata organizada em 1979 em protesto ao assassinato de duas travestis. O ato ocorreu em São Paulo e contou com nomes famosos da classe artística. O governo respondeu alterando o quadro de policiais, o que culminou na queda da violência contra as prostitutas e travestis.

No final dos anos 70, o elo fundamental no feminismo era a questão da ditadura, da Anistia, do trabalho, aquelas questões de mais consenso, a sexualidade estava meio submersa. Mas, você percebe o interesse. No Primeiro Concurso da Fundação Carlos Chagas, Cida Adair, do Nós Mulheres, propôs a realização de um filme, que redundou num documentário,



Mulheres da Boca. Acho incrível a abordagem desse filme, não há uma dupla moral, a puta e a outra. Não tem essa coisa da sexualidade da prostituta como desgraçada. Aquelas Mulheres da Boca tinham uma coisa de autonomia, de domínio do corpo, de gozar. É o que lembro como mais revolucionário. Outra figura inestimável era a Ruth Escobar, o espaço do teatro Ruth Escobar era um espaço de transgressão, e uma das mesas da Ruth foi sobre prostituição. Lembro também de uma passeata extraordinária, nós todas fomos e dizíamos “somos todas prostitutas”. Tudo isso é antes de 80, era um estado de espírito, definitivamente libertário, criativo, inventivo, depois, já vem a institucionalização. (PSICITELI; 2011).

Em 1987, ocorreu no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas no Brasil, organizado por Gabriela Leite com o tema “Fala, Mulher da Vida”. O Encontro culminou na Rede Nacional de Prostitutas, que tinha como objetivo reivindicar o reconhecimento legal da prostituição e pautar políticas de saúde e de combate ao estigma às trabalhadoras sexuais. Além da Rede, o Encontro de 1987 também gestou a criação da primeira associação de prostitutas, na Vila Mimosa no Rio de Janeiro, uma referência do mercado sexual no país pela sua constituição histórica (PSICITELI; 2011).

Com a redemocratização e a Constituição de 88o país assistiu a uma verdadeira explosão de ONG's e movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Movimento Negro, o Movimento Indígena e o Movimento das Mulheres. Esse cenário abriu espaço para práticas participativas nas políticas públicas e favoreceu a criação de outras associações ao longo do Brasil. Entre elas destacamos: a Damas da Vida do Estado do Rio de Janeiro, a Associação Sergipana de Prostitutas em Aracaju e o Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central de Bélem do Pará (GEMPAC)(BRASIL, Ministério da Saúde;1996). Hoje, a Rede Brasileira de Prostitutas possui pouco mais de 30 organizações credenciadas.

Ainda na década de 1990, a Rede Brasileira de Prostitutas apresentou um projeto junto ao Departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde para enfrentamento à epidemia. Foi a primeira campanha de enfrentamento ao HIV promovida pelo Estado e a primeira vez que as prostitutas foram contempladas por políticas públicas – muito embora a campanha não direcionasse um tratamento específico a elas, consideradas “grupos de risco” (PSICITELI; 2011).

Em 2002, a Rede Brasileira de Prostitutas alcançou uma de suas maiores conquistas: o reconhecimento da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações:

Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo). Descrição Sumária Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão. (Classificação Brasileira de Ocupações, Ministério do Trabalho, acesso em 15 de março de 2020) <sup>11</sup>

A inclusão da ocupação não regulamentou a profissão, mas serviu para dar aos profissionais do sexo um espaço dentro da arena política, reconhecendo-os como atores sociais.

Do ponto de vista jurídico, o Estado brasileiro adotou diferentes posturas sobre o tema ao longo da história, tendo já considerado a prostituição um crime no Código Penal do Brasil Império, no século XIX. Em 1940, durante o governo Vargas, foi promulgado o novo Código Penal, vigente até os dias atuais, que reserva uma sessão especial à prostituição, o capítulo V, intitulado “Do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual”.

Ainda que a prostituição represente a subversão da conduta moral, a legislação não condena a prostituição em si, de forma que qualquer pessoa que queira prestar serviços sexuais, sem afetar o pudor público, não estará infringindo a lei (RODRIGUES, 2004). O conceito de lenocínio diz respeito ao amplo sentido da atividade de mediação, ou seja, tanto quem oferece ajuda para uma outra pessoa se prostituir quanto quem tira proveito da mesma, e está tipificado nos artigos 227 a 231.

O artigo 227 especifica que uma das atividades do lenocínio diz respeito a “induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem” (Art.227). Caso a vítima seja menor de idade, a pena de reclusão é de a 1 a 3 anos; caso exista algum tipo de parentesco da vítima com o mediador, a pena passa para 2 a 5 anos. Se for comprovado que o agente de lenocínio possua fins lucrativos, além de cumprir pena, terá também que pagar uma multa (ANGELO,1996).

O artigo 228 admite que favorecer a prostituição é um delito ainda mais grave: “induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”. A pena para esse delito é de 2 a 5

---

<sup>11</sup> Disponível em:

<<http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>

anos de reclusão. Sendo a vítima um indivíduo na idade entre 14 e menor de 18 anos, a pena será aumentada de 3 a 8 anos. Silva (2017) discorre sobre o artigo 228:

A ideia de persuasão ou convencimento de alguém a se prostituir está ligado a presença de um agente que condutor ao meretrício. Já ao facilitar compreende ao exercício da prostituição, como o auxílio na obtenção da clientela, de agenciar alguém na prostituição. O impedimento trata-se de qualquer constrangimento à saída desta atividade, ainda que não exista violência para qualificação do crime (SILVA, 2017, p. 32).

Já o artigo 229 veta o funcionamento das casas de prostituição: “Fica proibido manter, prover qualquer local que tenha a habitualidade para fins libidinosos” (Art 29). A pena para quem mantiver um estabelecimento como ponto de prostituição vai de 2 a 5 anos, juntamente com multa a ser estabelecida (ANGELO,1996).

O artigo 230 discorre sobre o rufianismo, ou aqueles que tiram vantagens sobre a prostituição de outrem: “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça.” O rufianismo pode ser denominado como uma tipificação acessória do lenocínio. A pena neste caso varia de 1 a 4 anos de reclusão, e, se a vítima tiver menos de 18 anos, a pena vai para 3 a 6 anos (ANGELO,1996).

Enfim, o artigo 231 combate ao tráfico de pessoas: “promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro” (Art.231). No final de 2016, foi promulgada a Lei nº 13.344, alterando alguns dispositivos do Código Penal referentes ao tráfico de pessoas. A nova legislação tem como intuito a prevenção ao tráfico de pessoas em território nacional e internacional, que não seja voltado apenas às mulheres:

A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (BRASIL,2004.).

Como dito anteriormente, o Código Penal não criminaliza a prostituição individual, mas todo seu entorno: as casas noturnas onde as prostitutas trabalham são proibidas por lei, e por isso operam na clandestinidade, o que acaba por determinar um ambiente de trabalho absolutamente marginalizado, observado e investigado pela polícia. Tais fatos aumentam o estigma sobre as prostitutas que, apesar de não estarem infringindo a lei, se veem envoltas em um ambiente de crime.

Ainda que a postura do Estado sobre o tema tenha se modificado ao longo de todos esses anos, a primeira tentativa de alteração do Código Penal se deu apenas em 1997, com o PL 3436/1997 do Deputado Federal Wigberto Tartucce (PP/DF), que tinha a ementa “Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor.” (BRASIL, 1997). Apesar da repercussão na mídia, o projeto foi arquivado em seguida.

Em 2003, fruto de uma inédita articulação do movimento de prostitutas com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Deputado Federal Fernando Gabeira (PV/RJ) publicou o PL 98/2003, que retirava do Código Penal a criminalização de qualquer atividade relacionada à prostituição, bem como regulamentava a prestação de serviços sexuais. O projeto chegou avançar na Câmara, mas teve poucos debates e foi arquivado com o fim do mandato.

No mesmo período, o Deputado Eduardo Valverde (PT /RJ) apresentou o Projeto de Lei de nº 4244/2004, instituindo a profissão dos trabalhadores do sexo:

Art.2º - São trabalhadores da sexualidade, dentre outros:

1 – A prostituta e o prostituto;

2 – A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, dancing's, cabarés, casas de “strip-tease” prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela;

3 – A garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço, em boates, dancing's, cabarés, prostíbulos e outros estabelecimentos similares que tenham como atividade secundária ou predominante o apelo a sexualidade, como forma de atrair clientela; 4 – A atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas exibidas em estabelecimentos específicos;

5 – A acompanhante ou acompanhante de serviços especiais de acompanhamento íntimo e pessoal de clientes;

6 – Massagistas de estabelecimentos que tenham como finalidade principal o erotismo e o sexo;

7 – Gerente de casa de prostituição.

(BRASIL, 2004).

Na contramão dos Projetos anteriores, em 2011 o deputado João Campos (PSDB/GO) apresenta o PL 377/2011 que pune as pessoas que contratarem serviços sexuais, sob a justificativa de que o comércio de um corpo não pode ser algo tolerado, sendo uma prática nociva à saúde e à moral social. O PL propunha a seguinte alteração no Código Penal:

Art. 231-A. Pagar ou oferecer pagamento a alguém pela prestação de serviço de natureza sexual:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito a remuneração. (BRASIL, 1940).

Em dezembro de 2016 o relator do projeto, Deputado Marcos Rogério (DEM/RO), aprovou o mérito e a constitucionalidade do PL, que hoje tramita na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC).

Outro Projeto de Lei que tramita hoje no Congresso é o PL 4211/2012, do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), nomeado por ele como “Lei Gabriela Leite”, pois o PL fora proposto pela ativista. A proposição consiste em distinguir, na legislação, “profissionais de sexo” de “exploração sexual”, inserindo a denominação da última na matéria e suprimindo assim a falta de uma definição concisa na legislação:

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro; II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado; III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência. (BRASIL, 2012)

O objetivo do PL é descriminalizar as casas de prostituição e a ocupação dos “cafetões” para proporcionar às prostitutas um ambiente seguro de trabalho. Para o deputado, a ilegalidade traz consigo aspectos nocivos como a promoção da exploração sexual, a insalubridade e um ambiente que muitas vezes está inserido no contexto do tráfico de drogas e da corrupção policial.

Além disso, a proposição também previa a aposentadoria especial aos profissionais do sexo a partir de 25 anos de trabalho. A sua tramitação que chegou avançar, mas encontrou oposição dos movimentos feministas contrários à regulamentação e da bancada conservadora.

É importante salientar que a tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais através de um regime democrático pautado na justiça social (SILVA, 2011). Na discussão internacional sobre a regulamentação da prostituição existem quatro modelos basicamente, vinculados ao estatuto legal da prostituição, eles são: 1) regulamentarista, 2) trabalhista, laboral, 3) proibicionista e o 4) abolicionista (PISCITELLI, 2011).

No modelo regulamentarista a prostituição é aceita, ela é regulamentada pelo estado e controlada com o intuito de garantir a ordem, a saúde, a moral, pagamento de impostos. Porém nesse modelo as prostitutas não são consideradas trabalhadoras nem possuem direitos legais.

No modelo trabalhista/ laboral a prostituição seria regulamentada como trabalho, o foco desse modelo está nos direitos laborais. Nesse modelo reivindica-se o reconhecimento da prostituição como trabalho e como atividade legítima de despenalização, requerente que ela seja regida por leis civis e laborais e não por leis penais.

No modelo proibicionista a prostituição é considerada um delito e é penalizada, entre os modelos esse seria o mais repressivo. É importante ressaltar que nesse modelo todas as partes são penalizadas, não somente a prostituta.

O modelo abolicionista é o modelo que existe no Brasil, no qual é penalizado todos que recrutam, organizam e se beneficiam da prostituição, as prostitutas são consideradas vítimas. Parte-se do entendimento de que a prostituição em si não é crime, mas qualquer tipo de intermediação é penalizada.

Visto os modelos acima e retornando para a discussão no Brasil, quando o assunto é prostituição, essas mulheres continuam a margem de uma regulamentação estatal, com uma legislação que não atende a realidade delas, pois grande parte das mulheres trabalham em casas noturnas que operam de maneira irregular, pois essas casas são classificadas como casas de show's e não como bordéis. Tal situação poderia se configurar conforme a nossa legislação em exploração sexual, em virtude das suas características. Por exemplo, não raro essas casas têm gerentes e seu funcionamento é clandestino. Porém, para muitas trabalhadoras sexuais é mais seguro trabalhar em casas noturnas do que na rua por conta própria, sujeitas a todos os tipos de violências.

Em suma, as prostitutas permanecem sem um amparo legal que as proteja, e apesar de terem sido – e serem – contempladas com políticas públicas de prevenção

às DST's, é preciso que o Estado vá além do viés higienista e reconheça essas pessoas como donas de direitos em sua plenitude.

### 3.3 AÇÕES COLETIVAS, DEMANDAS DAS PROSTITUTAS E *PUTAFEMINISMO*

O movimento de prostitutas no Brasil é marcado pelo enfrentamento a epidemia de HIV/Aids e democratização do Estado, mas foi dentro da temática da saúde que o movimento de prostitutas começou a se organizar em prol do Estado. Essas experiências organizativas que tiveram seu início no enfrentamento da Aids foram cruciais posteriormente quando as associações de prostitutas se tornaram independentes e passaram a articular demandas que transcendem o campo da saúde.

No Brasil, as prostitutas começam a se organizar em várias associações, primeiramente associações em nível municipal, logo depois estadual e, por fim, em nível nacional com a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP). Existem duas principais redes que articulam os ideais do movimento de prostitutas que são: a Rede Brasileira de Prostitutas e a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS). A Rede Brasileira de Prostitutas é formada por diversas associações de diferentes estados do Brasil e teve sua fundação em 1987, a missão da RBP é promover a articulação política do movimento de prostitutas, organizando as demandas e articulando a visibilidade delas, já a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS) teve sua fundação em 2015 e sua missão é luta por direitos e cidadania de todos os trabalhadores sexuais do Brasil, sua luta principal é pela regulamentação profissional das prostitutas.

O movimento de prostitutas no Brasil teve seu início apenas na década de 1970, conforme vimos acima, muito relacionado ao enfrentamento da pandemia do HIV/Aids e à luta pela democratização do Estado. No período o Brasil vivenciava a ditadura militar, enquanto que no resto do mundo, conforme Piscitelli (2012), as feministas se digladiavam na conhecida "Guerra do Sexo":

Quando, no mundo anglo-saxão, as feministas se debatiam nas “guerras do sexo” em torno da pornografia e prostituição (Rubin, 1984), a organização dos grupos feministas no Brasil girava em torno de outras questões (Piscitelli, 2008). Levando em conta depoimentos de diversas ativistas, durante as décadas de 1970 e 1980, a prostituição não parece ter integrado o leque de principais inquietações no movimento. Esse momento, identificado como uma “segunda onda” do movimento no país, é vinculado à oposição ao regime militar, a lutas pela democratização e pela anistia e também às “lutas

específicas”, contra a dominação masculina, a violência contra as mulheres e pelo direito ao prazer (PINTO, 2003, MATOS, 2010; CORRÊA, 1984; SHUMAHAR, 1993, APUD, PISCITELLI, 2011, p. 14).

No final da década de 1970 no Brasil, o movimento de prostitutas começou a ganhar visibilidade. O movimento foi se organizando e ganhando corpo. Segundo Sousa (2017) as redes de solidariedade entre prostitutas e travestis foi fundamental para tal processo. Há tempos essas mulheres enfrentam a repressão policial e a perda de direitos no período da ditadura militar. Segundo Souza "essas mulheres se organizaram para denunciar uma onda de violência e assassinatos perpetrada às pessoas que exerciam trabalho sexual no local." (SOUSA, 2017, p. 1).

Gabriela Leite em seu livro “*Eu, mulher da vida*” cita a importância de organizar as prostitutas para o enfrentamento da violência policial do período, conforme vemos abaixo:

Na passeata percebi que, se nós conseguíamos realizar aquilo com o centro de São Paulo, é porque dava para fazer outras coisas mais. No auge da excitação com a passeata, algumas perguntas brotaram na minha cabeça: “Por que nós não nos organizamos de uma maneira mais permanente?” “Por que a gente não se organiza contra a violência policial?” Comecei a ver nisso um trabalho político seriíssimo, concreto, que faz parte do dia a dia da prostituição. (LEITE, 1992, p. 86).

Segundo Barreto e Mayorga (2016), no Brasil é impossível falar sobre prostituição e movimento de prostitutas sem mencionar a trajetória de ativismo de Gabriela Leite. Gabriela Leite era filha de uma família de Classe média de São Paulo, cursou ciências sociais na Universidade de São Paulo, porém não concluiu o curso. Gabriela se tornou prostituta e escolheu o nome de Gabriela, nome pelo qual ficou conhecida no Brasil inteiro. Ela gostava de ser identificada como Puta, falava que o uso dessa expressão reduzia o estigma sobre a própria palavra e tornava a expressão menos carregada e impactante.

Gabriela, uma das mais fortes lideranças do movimento de prostituta no Brasil, foi responsável por diversas ações. Entre elas, destacamos a ação na Boca do Lixo em 1979. Naquele episódio "prostitutas e travestis convocaram a sociedade civil a se manifestar em oposição às arbitrariedades cometidas por um delegado contra essa população, o que gerou a organização de uma manifestação na Praça da Sé." (BARRETO E MAYORGA, 2016, p. 295)



O movimento foi se tornando uma referência e se consolidou através de diversas ações. Em 1987 ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas no Rio de Janeiro e em 1988 houve a primeira ocupação na Vila Mimosa. A partir disso, na década de 1990, ocorreu a criação do jornal Beijo da Rua, onde o editor era o viúvo de Gabriela Leite, Flávio Lenz.

Gabriela tornou-se destaque em todos esses momentos e começou a ganhar visibilidade na mídia. Articulou junto com atrizes uma parceria com a Coordenação Nacional de DSTs/Aids, do Ministério da Saúde através da qual conseguiu recursos para campanhas como a "sem vergonha!". A campanha contava com materiais de divulgação com a frase "Sem Vergonha, garota! Você tem profissão!". (BARRETO E MAYORGA, 2016, p. 296)

A Organização não Governamental (ONG) Davida Prostituição, direitos civis e saúde, que tinha por objetivo a promoção da cidadania das prostitutas, aliada ao combate do estigma, foi fundada por ela. (BARRETO E MAYORGA, 2016, p. 296):

A luta foi se consolidando em torno da Rede Brasileira de Prostitutas que inclui prostitutas e grupos de prostitutas de diversos estados. Foi adquirindo como bandeiras principais o reconhecimento legal da profissão, a identificação das prostitutas como sujeitas capazes de autodeterminação e o fim da criminalização do entorno da atividade, que abrange os donos de empreendimentos, agenciadores e intermediários. Uma das lutas do movimento de prostitutas é por dissociar estigma e prostituição ao enfatizar a valorização da identidade profissional, se alinhando ao eixo laboral de reconhecimento da atividade. O movimento no Brasil, caracterizado em grande medida pela Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) e tendo Gabriela Leite como uma das figuras de maior destaque, tem gerado alterações em visões das prostitutas como violentadas ou oprimidas, que predominaram durante longo período. A luta principal da RBP é pela percepção da prostituição como uma forma de trabalho e não como meio de escravidão ou submissão, sendo um exemplo do modelo laboral, que, ao invés de discutir sobre as prostitutas, as inclui no debate relativo a qualquer tipo de política voltada ao trabalho do sexo, por vezes questionando o poder do Estado para regular a sua atuação. (WIJERS, 2004, apud BARRETO E MAYORGA, 2016, p. 297)

Conforme Souza (2017), a Rede Brasileira de Prostitutas nasceu a partir da união com outras trabalhadoras sexuais e em decorrência do I Encontro Nacional de Prostitutas que foi realizado em 1987 no Rio de Janeiro:

Essa rede agrega associações de prostitutas que partilham princípios comuns, tais como a defesa da regulamentação do trabalho da prostituta, a promoção da auto-organização da categoria e o repúdio à vitimização e controle sanitário das prostitutas, dentre outros. Se inicialmente, a organização social de prostitutas foi motivada pela denúncia da violência e

reivindicação de segurança e proteção social, em um cenário marcado pela repressão militar, com o fim da ditadura e a consequente abertura política, essas mulheres foram criando associações da categoria, ocupando novos espaços e tecendo novas demandas, as quais se diversificaram em função da pluralidade de contextos e sujeitos em interação. (SOUZA, 2017, p. 2).

As demandas centrais do movimento de prostitutas são: a) a regulamentação, central para a discussão da prostituição como trabalho; b) o acesso a saúde, tanto a preventiva quanto a curativa; c) a redução da violência nas casas de prostituição, nas relações com os clientes e diante das forças policiais; d) a transformação de representações sociais das prostitutas e os padrões de desrespeito (CAMINHAS, 2016).

Cada uma dessas demandas principais desencadeia diversas reivindicações que estão relacionadas a problemas particulares enfrentados pelas prostitutas no seu cotidiano.

Até o presente momento, as principais conquistas do movimento de prostitutas foram a inclusão da Categoria "profissionais do sexo" na Classificação Brasileira de Ocupações no ano de 2002, bem como a construção de redes com políticos para propor projetos de Lei para regulamentar a atividade e melhorar o acesso aos direitos básicos. Merece destaque o projeto de Lei 98/2003 do Fernando Gabeira. Segundo o próprio Jean Willys, em entrevista para Barreto e Mayorga, tal projeto de Gabeira, arquivado anteriormente, serviu como base para o projeto elaborado pelo deputado do PSOL que deu origem à Lei Gabriela Leite, a lei 4.211/2012.

O PL 4211/2011, de Jean Willys, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), baseou-se no projeto de Gabeira e visa regulamentar a atividade de profissionais do sexo, diferenciada da exploração sexual (essa sim sendo penalizada e vedada), estabelecendo que não pode ser forçada, sem pagamento ou ocorrer lucro dos agenciadores de mais de 50%. O projeto ainda possibilita o trabalho autônomo e em cooperativas. (WYLLYS, 2012, apud BARRETO E MAYORGA, 2016, p. 297).

Com o objetivo de firmar as demandas e lutas, as trabalhadoras sexuais cada vez mais vêm ocupando espaços na política, na mídia, aproximação com pesquisadores, palestras, estão em toda parte buscando dar cada vez mais visibilidade para a prostituição. A título de exemplo, a própria Gabriela tentou se eleger

como congressista no ano de 2010. Ela se candidatou a deputada federal do Partido Verde, no entanto não conseguiu se eleger<sup>12</sup>.

Para além dos canais institucionais, as trabalhadoras sexuais vêm desenvolvendo maneiras de desmistificar esse feminismo através de diferentes canais. Segundo Sousa, as associações desempenham um importante papel nesse sentido. As associações, além de efetivar demandas ao congresso, promovem ações educativas diversas, tais como as rodas de conversas. Para essa autora, tais ações são fundamentais tanto do ponto de vista político, uma vez que abrem espaço para que elas sejam respeitadas como cidadãs, e também do ponto de vista identitário (SOUZA, 2017, p.3). Destaca-se ainda a importância das associações para a construção e manutenção de redes de solidariedades entre as prostitutas.

Quanto às redes de prostitutas, cabe destacar que a participação e a aproximação das trabalhadoras sexuais com pesquisadores extremamente importante para combater o estigma. O estigma é uma das coisas que mais atinge as mulheres que exercem a prostituição.

Conforme a autora Dolores Juliano citada no livro de Monique Prada, a divisão das mulheres, beneficia a estabilidade do sistema. O estigma da prostituição nada tem a ver com o que as trabalhadoras sexuais são ou fazem. Ela representa um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo. O modelo de esposa e mãe abnegada exige muito sacrifício. Ainda que se diga que mulher é a rainha do lar, sabemos que não é, que é uma pessoa a serviço de todo mundo. É um modelo tão pouco atraente e com tão pouca recompensa e reconhecimento que a única forma de conseguir que as mulheres se adéquem a ele é assegurar a elas que a outra possibilidade é pior.

Em contraponto com a perspectiva feminista abolicionista, que relata a prostituição como exploração da mulher e a pior forma de dominação patriarcal e retratam as prostitutas como vítimas, que não tem capacidade de escolher e não possuem agência, "esse desvelamento requer a problematização do estigma que recai sobre a prática da prostituição, exigindo das mulheres que se dedicam a essa atividade que se assumam enquanto sujeitos e se afirmem como prostitutas." (SOUZA, 2017, p.3) As manifestações públicas de prostitutas não raro abordam a

---

<sup>12</sup> Ela é autora dos livros: Eu, mulher da vida, no ano de 1992 e Filha, mãe, avó e puta de 2009.

questão do estigma apontada por Souza e a sua relação com o debate sobre cidadania e direitos.

Monique é trabalhadora sexual, feminista, ativista pelos direitos das prostitutas. Co-editora do projeto MundoInvisível.org, uma das fundadoras da CUTS - Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais, hoje faz parte do Grupo Assessor da Sociedade Civil de ONU Mulheres no Brasil e escritora do livro PUTAFEMINISTA.

As vozes que a sociedade considera dignas de ouvir: ou se dá espaço a uma ideia festiva, glamorosa e fantasiosa da prostituição, ou a uma visão dramática da prostituta, como mulher sofrida e vitimizada. Não é possível ou desejável fugir do clichê, abrir mão do estereótipo e ouvir as prostitutas como se fôssemos pessoas. Em geral, as pessoas não conseguem perceber que a prostituta pode ser a vizinha que cria os filhos sozinha, a universitária que mora ao lado, a moça independente e discreta da casa da frente. Almoçamos, jantamos, consumimos. Existimos, por mais que existirmos também fora do gueto seja inconveniente em uma sociedade profundamente hipócrita e conservadora - uma sociedade que nos alimenta, mas não quer que sentemos a mesa. (PRADA, 2018, p.67)

Monique Prada mostra nesse trecho o estigma que as mulheres prostitutas vivenciam, são vistas de diversas formas pela sociedade, mas nunca como pessoas.

É importante mencionar a importância da internet e das redes sociais para a expansão da luta de grupos minoritários na sociedade. Através de sites, blog's, perfis pessoais nas redes, as ativistas do mundo todo expõem suas demandas. Se antes havia uma certa hegemonia nos meios de comunicação, atualmente vemos diferentes minorias expondo e organizando suas pautas de luta.

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) garantem aos segmentos minoritários suportes de visibilidade para reivindicação de suas demandas, de seus estilos de vida e de comportamentos que fogem aos padrões tradicionais da sociedade. Essa visibilidade tornou estratégica nas mobilizações, que muitas vezes começam com simples post nas redes sociais e acabam ganhando milhares de adeptos, chegando às ruas e mexendo com estruturas do poder. São as novas arenas de luta que se reconfiguram no dia a dia, repercutindo uma diversidade de manifestações em prol da cidadania. (FERREIRA, 2014, p. 25)

Portanto as redes sociais têm sido fundamentais para as trabalhadoras sexuais possamm se expressar, dar opinião, falar sobre prostituição e lutar por um espaço dentro da sociedade. Segundo Souza (2017) o fenômeno da internet e das redes sociais abre um cenário onde a representação da prostituição cede lugar a novas

narrativas em primeira pessoa, as quais se contrapõem com a imagem abolicionista da prostituta que é vista sempre como vítima, delinquente ou escravizada. Essa prostituta é sempre narrada por terceiros e agora o que muda é que ela fala por si mesmo

As redes sociais tiveram um importante papel para que as perspectivas das prostitutas sobre seus direitos ganhassem mais visibilidade. Não apenas no Brasil, mas em todo mundo pode se registrar a importância das redes sociais para a organização política das prostitutas. Na Espanha, merece destaque o blog “*La mala mujer*” e a rede social de *MontseNeira* (SOUSA, 2017, p.5). No Brasil, os blogs e perfis de prostitutas também tem importante visibilidade de suas demandas e reivindicações. Atualmente a internet é o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, principalmente por se configurar como uma possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance (MACHADO, 2007).

Dentro da temática do estigma, Aline Lopez, feminista e puta ativista destaca a importância da narrativa das próprias prostitutas. Na página do [MundoInvisivel.org](http://MundoInvisivel.org) ela aponta:

A verdade é que grande parte da violência contra a mulher tem como base isso: a pior coisa que uma mulher pode ser/fazer. A rédea perfeita e talvez a mais bem elaborada para manter as mulheres em seus lugares e os homens no topo. Demonizar a prostituição e calar prostitutas tem sido a arma mais bem usada, assim não se torna necessário que se pense a fundo em questões mais humanas no que nos diz respeito, não de forma clara ou fugindo da superficialidade que dão para as discussões. É sempre mantido o mesmo tom, ora para acusação, ora para manter o título de salvação para mulheres como nós, sem se dar conta que isso também reforça a violência contra nós e contra todas as outras. (LOPEZ, acesso em jun. 2019).

As trabalhadoras sexuais têm contribuído para um maior conhecimento sobre a prostituição, ao lutar por um reconhecimento da prostituição voluntário como trabalho e do direito da prostituta falar sobre ela mesma e sobre a sua condição. Tal posicionamento complementaria o feminismo, pois as trabalhadoras sexuais estão reivindicando um feminismo que acolha as suas demandas; porém a perspectivas feministas marxista e radical não acreditam em prostituição como um trabalho, como já citado aqui anteriormente. Para Fabiana Sousa uma perspectiva que entenda a prostituta como sujeito autônomo é necessária:

Essa reivindicação configura-se como mais um passo no processo de construção da autonomia e do protagonismo político das prostitutas, por meio

do qual elas vão se percebendo como mulheres, putas e sujeitos de sua história, positivando a si e a sua prática. Cabe ressaltar que o putafeminismo apresenta-se, pois, como uma das múltiplas faces do movimento feminista, não estabelecendo com esta relação de negação/oposição, mas sim de complementariedade e pluralidade. (SOUSA, 2017, p. 4)

Ao Tentar buscar um lugar dentro do feminismo as prostitutas avançam em sua própria autonomia como movimento político, de forma que elas vão se percebendo sujeitas de sua história. O putafeminismo surge como uma das muitas faces do movimento feminista, que conforme já vimos no capítulo anterior não havia até então nenhuma face que acolhesse as demandas dessas mulheres.

O mercado editorial também foi um canal utilizado pelas prostitutas. Como vimos anteriormente, Gabriela Leite publicou livros visando expor a perspectiva das prostitutas. São livros de cunho político, que possibilitam pensar a prostituição para além do estigma. Gabriela Leite enfrentou essa luta sobre reconhecimento do lugar de fala da prostituta há algum tempo. Ela como teve diversas discussões com as feministas abolicionistas devido ao posicionamento contra a regulamentação da prostituição, ou do reconhecimento da prostituição enquanto um trabalho.

As feministas podem não concordar com o que falamos, mas não podem ignorar que hoje somos sujeitos políticos da nossa própria história. Têm que nos ouvir; não podem achar que sabem o que é o melhor para nós. Não podem ignorar o nosso discurso, nós temos o nosso movimento. Gabriela Leite, em entrevista à revista Democracia Viva (LEITE, 2006).

Também há o livro da Bruna Surfistinha intitulado “O Doce veneno do escorpião” publicado em 2005. Trata-se de uma obra biográfica sobre a vida dela e suas vivências como prostituta. Muito embora Bruna Surfistinha não seja uma ativista da regulamentação da prostituição, o livro dela mostra a prostituição como uma escolha voluntária da mulher, sem o estigma de vítima, sujeita sem ação ou qualquer uma dessas características que são reproduzidos diariamente quando se trata de prostitutas (SURFISTINHA, 2005).

Por sua vez, há os livros de Monique Prada, o livro mais recente publicado nos últimos anos foi o “Putafeminista” da Monique Prada em 2018. Assim como os livros autoria de Gabriela, os livros de Monique são livros que mostram as demandas das prostitutas como trabalhadoras. Monique (2018) fala sobre essa ousadia de falar o oposto do que a sociedade sempre falou, e vai além. Para ela, a sociedade não tem

interesse que a puta saia do lugar que sempre esteve, muito pelo contrário, a sociedade quer a puta fique excluída como sempre foi (PRADA, 2018).

Eu não sei que putas são essas, que putas temos sido nós, que ousamos tanto. Mas uma coisa eu sei: essas não são as putas que a sociedade quer ouvir. Ou ler, no caso. São putas que não combinam com o que o imaginário popular criou: mulheres miseráveis, que fazem qualquer coisa por um prato de comida e que não tiveram nenhuma outra oportunidade na vida a não ser realizar os desejos de homens maus e perversos. A sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência (PRADA, 2018, p. 35).

Monique Prada vem tendo destaque entre as ativistas do movimento das trabalhadoras sexuais "No Brasil, os escritos de Monique Prada também desvelam esse tipo de ativismo digital. Nos textos veiculados em sua página do Facebook, no Mundo Invisível ou no Coletivo Mídia Ninja (rede descentralizada de jornalismo e ativismo)" (SOUSA, 2017, p. 4). Ela vem debatendo diferentes assuntos extremamente importante para as trabalhadoras sexuais e reivindicando direitos e reconhecimento das prostitutas como feministas "o reconhecimento das prostitutas como militantes feministas, afirmando as categorias 'putafeminismo' e 'putafobia', sendo que esta designa a opressão e o estigma social que recaem às mulheres que exercem prostituição." (SOUSA, 2017, p. 4)

As prostitutas também buscam visibilidade em outros canais que lhes garantem visibilidade, tais como o Coletivo Mídia Ninja. Amara Moira, travesti, feminista, trabalhadora sexual e autora do livro "E se eu fosse puta", cita no Coletivo Mídia Ninja.<sup>13</sup>

Por ora estamos nos mobilizando, há mais de 30 anos aliás, para fazer frente à truculência da polícia, para diminuir os efeitos do estigma, para poder trabalhar em melhores condições, para termos participação efetiva nas decisões que nos afetam. Não há feminismo sem prostitutas, não há esquerda sem prostitutas. (MOIRA, 2016).

O Putafeminismo é resultado dessa mobilização em diversos canais. É o feminismo das trabalhadoras sexuais que complementa as diversas faces do movimento feminista, porém por não se encaixar em nenhuma das faces já existentes

---

<sup>13</sup> Rede de comunicação livre que busca novas formas de distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativo de trabalho. A Mídia Ninja foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões de pessoas nas ruas do Brasil.

resolveram criar sua própria face. O Putafeminismo nada mais é que o feminismo que busca empoderar as trabalhadoras sexuais em suas reivindicações e problemas do cotidiano, e principalmente busca construir um espaço de diálogo para todas as mulheres que se consideram putas e feministas (PRADA, 2018).

O Putafeminismo tem uma característica afrontosa, pois normalmente toca em pontos que já estão consolidados na sociedade como verdade absoluta e também enfrenta dogmas já bem engessados dentro das linhas dos feminismos abolicionistas. Vencer a visão cultural de que o estigma que recai sobre as prostitutas afeta todas as mulheres como um todo é algo que leva muito tempo. Diante desse contexto, as ativistas do movimento de prostitutas vêm se organizando com e o objetivo de transformar essa visão estigmatizada. Podemos dizer que estão conseguindo fazer com que a sociedade pelo menos escute-as:

A ironia, a irreverência e o desejo de 'incomodar' – pela disponibilidade de debater temas polêmicos e sobre os quais ninguém quer falar - são marcas recorrentes nos textos veiculados pelas putafeministas, possibilitando uma ampla divulgação de visões, saberes e leituras diversas sobre a prática da prostituição. No mundo todo, verifica-se uma crescente ocupação desses espaços de ativismo digital por parte de prostitutas militantes o que tem propiciado outras formas de luta pelos seus direitos. (SOUSA, 2017, p. 5).

O ativismo das prostitutas encontra opositoras dentro do próprio movimento feminista. Segundo Sousa (2017) é necessário analisar detalhadamente a oposição entre feminismo e movimento de prostitutas levando em conta a diversidade de temas que permeia esse debate dentro dos feminismos.

Em investigação realizada com objetivo de entender esses diversos posicionamentos acerca da prostituição dentro do ativismo feminista nacional, a pesquisadora argumenta que o debate feminista no Brasil se transforma em dois sentidos opostos. De um lado, entre as grandes articulações feministas verificasse o fortalecimento do discurso abolicionista; de outro, observa-se o crescimento de articulações locais e regionais entre pequenos grupos feministas e associações de prostitutas na luta por direitos e no reconhecimento da prostituição como trabalho. Como exemplos dessas articulações locais entre coletivos feministas e associações de prostitutas têm-se as parcerias entre a Associação Mulheres Guerreiras e a Marcha das Vadias em Campinas/SP e entre a Associação Prostitutas de Minas Gerais (APROSMIG) e a Marcha das Vadias de Belo Horizonte/MG, entre outras. (SOUSA, 2017, p. 7).



Conforme Piscitelli (2011) "As vozes feministas de prostitutas têm se ampliado e ganhado visibilidade, por meio de ativismo digital, de ações culturais e educativas (Putas dei, desfiles de moda, Miss Prostituta, peças de teatro, jornal Beijo da Rua, Corrida da Calcinha, etc), desafiando o feminismo desde “dentro” (PISCITELLI, 2016, p. 84). Tais ações garantem a possibilidade de questionar o senso comum já enraizado na nossa sociedade sobre as representações de prostitutas e mulheres. Para Souza, "suas vozes não apontam para um discurso homogêneo e estático acerca de si e de sua prática, já que são produzidas em diferentes contextos e condições de exercício do trabalho sexual" (SOUZA, 2017, p. 6). Muito pelo contrário, elas mostram as infinitas possibilidades "de ser e estar no mundo e clamam por autodeterminação e pelo direito de falar de si!" (SOUZA, 2017, p. 6):

Essa autodeterminação ancora-se no protagonismo político que as prostitutas vêm construindo, ao refutar visões preconcebidas que projetam a prostituta como vítima ou 'coitadinha'. Seleciono um depoimento de Luza – presidente da APROS-PB, pois sua fala traz algumas metáforas que nos permitem apreender como vai se tecendo a autonomia da prostituta. Não acredite que ninguém vai chegar aqui oferecendo espaço para você não! Você tem que ir buscar isso. É isso aí, porque enquanto a gente ficar embaixo do tapete, ninguém vai ver a gente, né? A gente tem que sair é de cabeça erguida mesmo! Tem que levantar a cabeça, tem que dar a cara à tapa, não tem essa não. Porque se a gente for sair de coitadinha também não vai adiantar! (SOUZA, 2017, p.7).

O termo usado na fala de Sousa "não ficar embaixo do tapete", mostra a busca das trabalhadoras sexuais por uma maior visibilidade e lugar de fala, assim como demonstra o sentimento de marginalização e exclusão social que essas mulheres vivem.

Sair desse lugar reservado pela sociedade, é enfrentar o estigma e forçar ser ouvida por setores que não querem ouvir. É dar a cara à tapa. É enfrentar o medo. É colocar em risco a família (importante citar que a maioria das trabalhadoras sexuais são mães solteiras). Às vezes significa voltar para casa machucada.

A autonomia das prostitutas vai sendo fiada por todas as putas que se movimentam de ponto em ponto, “dando a cara à tapa”, na noite, na batalha, nas ruas, nas praças, nos bregas e nos calçadões. Foi na vida que elas aprenderam que “mulheres boas vão para o céu, mulheres más vão para qualquer lugar”. Ir para qualquer lugar, não é o mesmo que não ter para onde ir, mas representa a possibilidade de criar múltiplos caminhos, de construir “novos modos de expressão subjetiva, política e social” (RAGO, 2013). Ir para qualquer lugar requer a ousadia de ocupar novos espaços, tecer novas leituras, olhares, saberes e compreensões sobre as condições existenciais

vivenciadas pelas mulheres e, sobretudo, de forjar coletivamente novas práticas de liberdade. (SOUSA, 2017, p.)

É possível perceber que as prostitutas estão conseguindo se posicionar e falar por si as suas demandas, sobre o seu trabalho, sobre as lutas. Pouco a pouco elas estão conquistando seus espaços, através das redes sociais, através de pesquisas que dão um viés diferente do que era costumeiro, escrevendo livros, participando de debates e rodas de conversas. No alinhamos à Prada quando afirma que elas estão revolucionando os espaços, pois os espaços que antes não eram espaços para prostitutas hoje são obrigados a ouvi-las.

Mas se essa revolução acontecia - e de fato acontecia, podíamos sentir na pele -, também vinha um questionamento: como seguir escrevendo a história da prostituição a partir desse ponto? A partir do momento em que a puta deixa de ser aquela sombra na esquina e passa, ela mesma, a escrever sua própria história, a contestar o que lê, a complementar relatos e rejeitar outros, tudo isso dispensando intermediários, ruídos e cortes? Ela se desnuda, para além das roupas e clichês, a mulher, a pessoa. Por quais caminhos isso nos levará? (PRADA, 2018, pág. 81).

Aline Lopes no site [Mundoinvisivel.org](http://Mundoinvisivel.org), reforça o debate que foi apresentado nesse capítulo e contribui para o entendimento do que as trabalhadoras sexuais pensam a respeito da prostituição. Obviamente que essa visão não é unânime, porque cada mulher é uma mulher com suas diferenças, suas próprias ideias, suas lutas, angústias e desejos, cada mulher é uma.

É necessário para a manutenção do patriarcado que a prostituição seja sempre vista como a pior ocupação para uma mulher. Se fosse diferente cada vez mais mulheres estariam do lado de cá, negando aos homens algo que eles sempre exigiram de graça, com sorriso no rosto, casa limpa e comida pronta. Isso quando não tomam de nós à força. O sexo sempre foi um tabu para mulheres e então alcançamos uma falsa liberdade sexual baseada em seguir uma ideia muito bem comprada pela sociedade misógina: a de que precisamos fazer tudo no sexo para nos provar livres. (LOPEZ, acesso em jun. 2019).

A prostituição através das ideias e pensamentos das ativistas e trabalhadoras sexuais não vem sendo uma profissão fácil. Ao contrário, é uma profissão exercida através de muita luta e espaço de troca para o enfrentamento do estigma. Se um dia essa profissão foi vista como algo sagrado e as mulheres que a exerciam eram

tratadas com respeito, atualmente essa profissão luta para ser vista como uma profissão e enfrenta um forte preconceito por parte da sociedade.

As mulheres que escolhem a prostituição voluntária por entender que entre as profissões precárias a prostituição é uma das menos precárias, enfrentam diversas questões diariamente. Entre elas, destacamos a falta de regulamentação da profissão, o que torna o termo "profissão" discutível e fortalece a negação de direitos, o estigma e a luta constante por um lugar de fala.

Apesar dos tímidos avanços que a luta das prostitutas teve no Brasil, eles existem. A inclusão da categoria na CBO e mesmo os projetos de lei que não avançaram, representam maior participação desse grupo na arena política. No Brasil, como vimos, a legislação não acompanha a realidade da prostituição no país, colocando essas mulheres cada vez mais a margem do Estado Democrático de Direito.

## 4 AS PROSTITUTAS DE LUXO EM PORTO ALEGRE

O presente capítulo buscar compreender a relação das prostitutas ditas de luxo de Porto Alegre, mais especificamente mulheres que se prostituem em uma das três casas noturnas melhor conceituadas na capital Gaúcha, com o feminismo, compreender qual o alcance e os limites das teorias feministas quando falamos de prostituição. Para tanto, a pesquisa se concentrou em entrevistas com seis mulheres atuantes como prostitutas em casas noturnas de Porto Alegre - RS. A utilização dessa metodologia se fez necessário por entender que essas mulheres são excluídas socialmente, então a ideia inicial era dar voz a elas para compreender as suas narrativas sobre prostituição, feminismo, putafeminismo.

Também a partir dos dados obtidos foi selecionado as categorias que mais faziam sentido para dialogar com o que o trabalho estava se propondo a mostrar. As categorias são as seguintes: Luxo e escolha, feminismo e acolhida, Identidade putafeminista e se considera a prostituição como um trabalho ou não.

### 4.1 SOBRE A METODOLOGIA

Com o objetivo de buscar um maior conhecimento de como as "prostitutas de luxo" se constroem e definem suas experiências frente ao estigma desse trabalho, suas perspectivas e relação com o feminismo, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa.

A caracterização do estudo, como de cunho qualitativo se dá em função da importância de explicitar que a proposta desta pesquisa foi de dar voz a essas mulheres que fazem parte de um grupo marginalizado na nossa sociedade em um contexto específico, no caso, casas noturnas na cidade de Porto Alegre– RS. É de suma importância que para um maior entendimento das experiências de cada indivíduo se faz necessário analisá-los considerando o contexto social em que estão inseridos. Mas para que isso seja possível é necessário que o social seja percebido pelo pesquisador, para uma compreensão mais abrangente.

Devido ao estigma, são extremamente céticas com pessoas que não fazem parte daquele contexto social. Sendo assim, para compreender como funciona uma casa noturna e as visões das próprias prostitutas foi necessário a apropriação do

contexto para que os dados desta pesquisa fossem interpretados adequadamente e produzissem resultados condizentes com a realidade desses indivíduos.

Conforme Fonseca (1998), a observação do social, do conjunto como um todo é extremamente importante para poder contextualizar as histórias de cada indivíduo. Não raro, as pesquisas acadêmicas na área de ciências humanas normalmente têm a tendência de ressaltar as particularidades, porém o enquadramento social do indivíduo é de suma importância para uma pesquisa qualitativa<sup>14</sup>. Para Haguette, é necessária a compreensão de várias dimensões da vida social:

[...] tantos as estruturas quanto os micro-processos de ação social devem ser reconhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia apropriada, a metodologia que melhor se adequa ao problema que pretende investigar. (HAGUETTE, 2003, p. 20).

Como técnica de pesquisa, partiu-se do uso de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. É importante ressaltar que o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas é conhecido por possibilitar que grupos marginalizados e excluídos socialmente possam ter suas falas ouvidas, é dar voz para quem nunca teve a possibilidade de falar e contar a sua história. Nesse caso não deixa de ser a metodologia que melhor se encaixa ao objeto dessa dissertação, as prostitutas são desde sempre excluídas e marginalizadas pela sociedade.

Com efeito, a pesquisa foi realizada no município de Porto Alegre/RS, mas especificadamente em três conceituadas casas noturnas da capital do Rio Grande do Sul. As casas noturnas aqui pesquisada têm um público semelhante, homens de meia idade, casados, normalmente frequentam as casas como “happy hour” em dias de semana e após o trabalho, o valor do programa ele varia de acordo com a profissional mas nesses três locais o valor mínimo da hora é de R\$300,00 (trezentos reais), sem contar os custos dentro do próprio local, com bebida, comida, quarto e entrada na casa.

É importante destacar que devido a pandemia do COVID uma dessas casas acabou fechando, o que coloca as mulheres que exercem essa atividade em uma situação bastante complicada, já que algumas acabam tendo que exercer a atividade na rua, visto que os locais de trabalho estão fechados.

---

<sup>14</sup> Sobre pesquisa qualitativa, ver: HAGUETTE, , 2003.

A seleção das mulheres para a pesquisa foi o mais abrangente possível dentro dos seguintes critérios: jovens e de meia idade, branca e negra, com ensino superior completo ou ensino superior incompleto. Justifica-se a última escolha por entender que o contato com o feminismo se dá no ensino superior e dificilmente em níveis abaixo de escolaridade.

Conforme já colocado, esta pesquisa é um estudo sobre as perspectivas dessas mulheres em relação a prostituição e ao feminismo. No Brasil existem tensões entre algumas linhas do movimento feminista, mais especificamente o movimento conhecido como feminismo Marxista ou como é conhecido pelas prostitutas o feminismo radical, e as ativistas que se auto definem “puta feminista”, como já vem sendo apontado por Gabriela Leite, que foi uma das ativistas mais importante do movimento de prostitutas no Brasil. Como já foi visto no capítulo anterior a prostituição no Brasil não é regulamentada. O movimento de prostitutas conseguiu em 2002 incluir a categoria na Classificação Brasileira de Ocupações.

5198-05 - Profissional do sexo - Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo). Descrição Sumária Batalham programas sexuais em locais privados, vias públicas e garimpos; atendem e acompanham clientes homens e mulheres, de orientações sexuais diversas; administram orçamentos individuais e familiares; promovem a organização da categoria. Realizam ações educativas no campo da sexualidade; propagandeiam os serviços prestados. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam as vulnerabilidades da profissão. (BRASIL, 2002).

A prostituição no Brasil não é crime, porém as casas noturnas funcionam na ilegalidade, normalmente sendo chamadas de "danceterias", conforme podemos ver no artigo 229 do Código Penal:

Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente:  
Pena – reclusão, de dois a cinco anos, e multa. (BRASIL, 1940)

Por se tratar de um local de difícil acesso, principalmente por se tratar de uma pesquisadora mulher, sem ter nenhum contato, inicialmente comecei o campo com as prostitutas através do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP). No NEP conheci

mulheres que foram me apresentando à outras até que conheci a Narradora 1. Foi a Narradora 1 que me inseriu no evento mais importante dessa pesquisa, que foi um chá de fraldas de uma colega de trabalho dela que iria ocorrer dentro de uma das casas noturnas que pesquisei ao longo do mestrado. Lembro que em um primeiro momento achei que fosse loucura ou que eu iria parecer invasiva, indo em um local que eu não conhecia quase ninguém e que na verdade não havia recebido convite formal da pessoa que estava fazendo o chá de fralda. Depois de muito pensar, decidi que iria e foi a melhor decisão para essa pesquisa, pois foi a partir desse dia que essa dissertação se tornou possível.

No chá de fraldas que ocorreu dentro de uma das casas noturnas, no turno da tarde, ou seja, fora do horário de trabalho, consegui entrar livremente, sem ser questionada o porquê que estava lá. Ao informar que participaria do chá de fralda, os seguranças me levaram até o local onde o evento estava acontecendo. Naquele dia muitas das mulheres que estavam ali por curiosidade vinham me perguntar se eu era “nova” na casa, então eu explicava o que o propósito da pesquisa. Durante o chá algumas das mulheres vinham conversar mais comigo sobre a pesquisa e inclusive se colocam a disposição para conversar mais comigo, trocamos whatsapp e consegui manter contato com elas. A partir desse dia as próprias mulheres me indicavam outras mulheres que elas conheciam e que trabalhavam nas outras casas. Dessa forma eu entrava em contato pelo whatsapp e marcava uma conversa que normalmente ocorria em alguma cafeteria ou lanchonete que ficasse de fácil acesso para elas. Eu primeiramente iniciava utilizando a entrevista estruturada, depois marcava um outro encontro e utilizava uma entrevista semiestruturada a fim de permitir que elas falassem mais abertamente.

O caminho percorrido para alcançar os objetivos dessa pesquisa foi longo, nem sempre os encontros fluíram. Às vezes as narradoras cancelavam ou até mesmo desistiam de ir ao meu encontro. Outras vezes eu fui bloqueada no whatsapp e nunca mais conseguia contato com alguma delas. Em conclusão sobre a entrada no campo, posso afirmar que houve muito desencontro, porém houve muitos encontros também, muita procura e muita troca.

É importante ressaltar que com o objetivo de manter o anonimato nessa pesquisa não será usado nomes fictícios. Tal escolha se faz importante diante do caráter significativo dos nomes fictícios para essas mulheres e também das questões éticas implicadas nas pesquisas em Ciências Sociais. Será utilizado o termo

"narradora" para citar as falas. As narrativas das mulheres da pesquisa foram coletadas através de entrevistas, estruturadas e semiestruturadas, gravadas e transcritas posteriormente. São analisadas seis histórias de vida nessa pesquisa, duas narradoras de cada casa noturna.

#### **4.1.1 Sobre as narradoras**

Primeiramente serão apresentadas as biografias das trabalhadoras sexuais que participaram dessa pesquisa para que seja possível distinguir suas diferentes trajetórias de vida. Posteriormente serão apresentadas e discutidas as categorias que surgiram no desenvolvimento do processo de análise dos dados. São estas: 1) Luxo e escolha; 2) feminismo e acolhida; 3) Identidade Putafeminista; 4) Prostituição e trabalho.

##### **Narradora 1**

Possui 25 anos, se classifica como branca, possui ensino superior incompleto, é casada, entrou para a prostituição quando tinha 16 anos. Sobre sua trajetória profissional, afirma que aos 18 anos, ela conseguiu um trabalho como secretária de um consultório médico, onde trabalhou por 4 meses e voltou a se prostituir. Se prostituiu em diferentes locais, inclusive na rua. Porém, devido à insegurança e falta de estrutura, ela optou pelas casas noturnas. Atualmente trabalha em uma casa noturna em Porto Alegre. Pensa em terminar o curso de assistente social que começou a cursar, porém, afirma não ter se adaptado muito bem ao ambiente de uma faculdade. Como se sentia deslocada, acabou trancando a faculdade. Se considera feminista e conta que seu contato com o feminismo foi a partir de uma cadeira da faculdade que fez sobre gênero.

##### **Narradora 2**

Possui 36 anos, se classifica como parda, possui ensino superior completo, solteira e tem um filho. Trabalhava em um salão de beleza, possui ensino superior em Estética e Cosmética. Passou a atuar como prostituta após a proposta de um cliente



para trabalhar como "acompanhante". A narradora 2 se afirma grata à prostituição e não se considera feminista.

### **Narradora 3**

Possui 24 anos, se classifica como preta. Seu nível de estudo é ensino superior incompleto e é solteira. Conta que suas primeiras experiências com a prostituição foram através do "sexo virtual", porém não ganhava muito dinheiro e sua mãe tinha depressão e não trabalhava, logo ela precisava sustentar a casa. Conta que sua mãe era prostituta também e que nunca soube quem era o seu pai. Morava no litoral gaúcho e veio um dia para a Capital e foi direto falar com alguém em uma casa noturna de Porto Alegre. Em entrevista, a narradora 3 afirma que considera a prostituição como algo passageiro e não exatamente como um trabalho. Ela afirma que gostaria de ser atriz e que a prostituição consegue ajudar ela a sustentar a mãe e a pagar a faculdade de cinema. fala que quando está se prostituindo ela interpreta diferentes atrizes e que pra ela é como se estivesse em um teatro. Ela diz que não sabe muito sobre o feminismo, mas que aprendeu muito na prostituição sobre solidariedade entre as mulheres

### **Narradora 4**

Possui 30 anos, se classifica como parda, possui ensino superior completo, tem duas filhas. Sobre a sua trajetória no mundo do trabalho, afirma que sua experiência é diversificada: já trabalhou como atendente de *call center*, secretária e professora, porém desde os 15 anos, idade que iniciou na prostituição, descobriu que gostava de satisfazer as pessoas sexualmente.

Em entrevista, a narradora defende a regulamentação da prostituição e luta contra o estigma. Ela indica que conhece textos feministas ao contar que concorda com Gabriela Leite que dizia que se auto-declarar puta quebrava estigmas e preconceito. Assim, ela se auto-declara puta e putafeminista. Ela diz que teve contato com o feminismo na universidade, porém ela não se identificava com ele. Apenas começou a se identificar quando começou a ler e acompanhar as entrevistas com a Gabriela Leite e depois com a Monique Prada.

### **Narradora 5**

Possui 34 anos, se declara branca, possui ensino superior completo, é casada com uma mulher, tem um filho. Quanto à sua trajetória profissional conta que já exerceu funções distintas: já foi secretária, já foi vendedora e trabalhou na noite fazendo drinks em bares. Em sua entrevista, relata também que ela faz apresentações sensuais e já ganhou concursos de beleza no Rio Grande do Sul. Atualmente ela trabalha em uma casa noturna da capital, mas já passou por diversas outras casas na Capital e inclusive na serra gaúcha. Em entrevista, a narradora afirmou que se considera putafeminista e que considera que a apropriação do feminismo pelas prostitutas é importante e que a pior coisa na prostituição é a falta de direitos e o preconceito.

### **Narradora 6**

Possui 56 anos, se classifica como branca, ensino superior completo, tem dois filhos, atualmente tem um namorado. Quanto à sua trajetória profissional: trabalhou em empregos formais com carteira assinada, como vendedora, assistente administrativa. Para complementar a renda, começou a fazer shows temáticos em boates, shows com fogo, shows com dança. Segundo a narradora, ela começou a interagir mais com as meninas que se prostituíam nos locais onde ela fazia apresentações. Em entrevista, ela afirmou que após tal convivência repensou seus valores e pediu demissão do seu trabalho para se dedicar somente aos shows e programas. Já fez apresentações e programas em diversos locais da capital e em outras capitais, e cidades diversas. Também atuou apenas acompanhante. Ela conta atualmente atua de forma fixa em um local em virtude da sua idade. Sobre a sua relação com o feminismo, em entrevista, ela informou que não teve contato e que não se considera feminista, se considera puta.

#### **4.1.2 Quadro de Características das Narradoras**

Após a breve apresentação das entrevistadas, foi elaborado um quadro de características. Abaixo apresentamos tal quadro com um panorama sobre algumas características das narradoras e suas perspectivas. Assim, é possível visualizar de

forma rápida breves informações a respeito das mulheres que foram sujeitas dessa pesquisa.

Quadro 1 – Perfil das entrevistadas

<b>Classificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>A favor da regulamentação da prostituição</b>	<b>Já teve contato com as teorias feministas?</b>	<b>Se considera feminista?</b>
Narradora 1	25 anos	Branca	Ensino superior incompleto	Sim	Sim	Sim
Narradora 2	36 anos	Parda	Ensino superior completo	Sim	Sim	Não
Narradora 3	24 anos	Preta	Ensino superior incompleto	Não	Não	Não
Narradora 4	30 anos	Parda	Ensino superior completo	Sim	Sim	Sim
Narradora 5	34 anos	Branca	Ensino superior completo	Sim	Não	Sim
Narradora 6	56 anos	Branca	Ensino superior completo	Sim	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A pequena amostra composta pelas seis entrevistas para a presente pesquisa nos permite fazer algumas reflexões, com base na literatura debatida nos capítulos anteriores. Nota-se que a maioria das entrevistas possui graduação completa ou ao menos cursou parcialmente um curso em alguma instituição de ensino superior, tal como destacado por Oliveira, Guimarães, & Ferreira (2017, p.143). Em sua maioria são jovens e se dividem quanto à identificação com o feminismo.

No próximo tópico, analisaremos as entrevistas coletadas, destacando quatro categorias: 1) Luxo e escolha; 2) feminismo e acolhida; 3) Identidade Putafeminista; 4) Prostituição e trabalho.

## 4.2 AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias escolhidas para análise, foram criadas após a observação dos dados produzidos na pesquisa. esses dados se destacaram após inúmeras leituras das entrevistas e também das anotações no diário de campo. São elas: luxo e escolha, feminismo e acolhida, identidade putafeminista e se considera a prostituição como um trabalho.

#### 4.2.1 Categoria: Luxo e Escolha

A prostituição costuma ser dividida em duas categorias: luxo e baixo meretrício. Na prostituição de baixo meretrício é comum que o ingresso na prostituição ocorra em função da sobrevivência básica, como alimentação, sustento dos filhos. Por vezes realizam a atividade nas zonas mais pobres dos centros das cidades. Já as prostitutas de luxo, são mulheres que encontram os clientes em “bairros de classe alta da cidade, por meio de sites, catálogos de modelos, boates, bares e clubes de *strip-tease*” (OLIVEIRA, GUIMARÃES E FERREIRA, 2017, p.143).

Muitas das prostitutas de luxo fazem curso superior, no entanto apesar de aparentarem possuir uma boa condição financeira a maior parte dessas mulheres são de famílias pobres e muitas vezes mesmo cobrando um valor alto pelos programas empregam muito dinheiro em procedimentos estéticos para manter a boa aparência (OLIVEIRA, GUIMARÃES E FERREIRA, 2017).

Muito se ouve falar que as mulheres que se prostituem nessas casas noturnas conceituadas, como as que foram selecionadas nessa pesquisa, fazem isso em busca de uma vida de luxo e não somente pela sobrevivência. Gabriela Leite, já dizia que o problema na verdade não é onde nem quanto você ganha com a prostituição, e sim o problema é trabalhar com sexo.

[...] O maior preconceito é porque trabalhamos com sexo. Sexo é o grande problema, é o grande interdito das pessoas. E nós trabalhamos fundamentalmente, com fantasia sexual, esse é o verdadeiro motivo da existência da prostituição. É um campo imenso (Leite, 2009, p. 14).

Ainda com base na fala da Gabriela Leite o grande problema é o tabu acerca do trabalho sexual, do sexo, existe um preconceito muito forte em relação a quem vende serviços sexuais, mas não existe esse mesmo preconceito com quem compra

esses serviços. A prostituta que é taxada como prostituta de luxo frequenta locais de padrão socioeconômico alto, seja pelo fato de seus clientes se encontrarem nesses ambientes, ou mesmo por trabalharem também como acompanhantes em eventos e festas (ARAÚJO, BANDEIRA & SILVA, 2015).

Eu já trabalhei em tudo que é lugar, já trabalhei na rua, já fui convidada pra acompanhar ricoço em evento chique, tanto faz o lugar que tu ta, tu sofre preconceito de qualquer jeito, tu sempre é a puta. (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porta Alegre).

As mulheres que trabalham nas casas noturnas de alto padrão, como as pesquisadas aqui, em relação às mulheres que se prostituem na rua sofrem baixa vulnerabilidade, pois as casas têm uma grande estrutura, higiene, segurança, logo a possibilidade de sofrer alguma violência ou contrair doenças é muito menor e por essa razão muitas mulheres que trabalham ou que iniciam na rua com o tempo começam a cogitar ir para alguma casa noturna ou para alguma sala que funciona em horário comercial, como as que tem nas galerias no centro da capital.

Comecei na rua porque era mais fácil, não precisava ta arrumada nem nada, nem da satisfação pra ninguém, podia ir a hora que eu queria, mas com o tempo começou a ficar perigoso principalmente quando começou os "bala na cara" ali na Farrapos, eles começaram a cobrar das meninas uma porcentagem e te ameaçavam de morte caso tu se recusasse a pagar, por isso falei com um parceiro meu que era garçom no La Barca e fui pra lá, é bem mais seguro, limpo também, corro menos risco. (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porta Alegre.).

Conforme Silva (2018) tratando-se de pesquisas com foco na prostituição, é frequente a literatura abordar a prostituição como uma alternativa ligada à falta de oportunidade de sobrevivência, trazendo à tona a identificação da prostituta com o papel de vítima. Muitos outros trabalhos que têm como tema a prostituição buscam instituir o discurso de que a profissional é incapaz de optar pela prostituição, sendo sua atividade apenas um reflexo da falta de opções (GUIMARÃES, 2007; LEITE, 2009 & BOURDIEU, 2012).

Portanto a existência de mulheres que estão satisfeitas com a prostituição (inclusive as que se prostituem nos locais de baixa renda), encontram prazer nesse trabalho e inclusive abandonam oportunidades de empregos formais para se dedicar

ao trabalho sexual, são totalmente ignoradas, como se essas mulheres não existissem.

To satisfeita com a prostituição, já larguei trabalho de carteira assinada para estar no puteiro (risadas), não acredito que exista vocação pra ser puta mas eu gosto do que faço, me tratam bem, eu ganho bem, me divirto e as vezes ainda consigo até sentir prazer, como muitas mulheres não sentem em seus relacionamentos amoroso. (Entrevista com a narradora 4 concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí).

A escolha pela prostituição é citada tanto pela narradora 4 quanto pela narradora 5. Não raro, tal escolha foi justificada nos depoimentos com base em comparação com as suas experiências profissionais anteriores, conforme destaca a narradora 2:

Eu escolhi ser puta, eu podia ser cabeleireira de algum salão chiquezinho, mas não, eu escolhi ganhar dinheiro com sexo e não me arrependo, mesmo não tendo carteira assinada, nem nenhuma garantia de porcaria nenhuma eu ainda prefiro aturar os clientes do inferninho [risos] do que madame que reclama que ficou alguma "pontinha" no cabelo. (Entrevista com a narradora 4 concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí).

Todavia, a vinculação dessa escolha com o luxo, é questionável. O depoimento abaixo mostra que a expressão "vida de luxo" é bem discutível, pois porque seria errado alguém trabalhar para adquirir coisas que qualquer outra pessoa em outro emprego teria a mesma pretensão, adquirir casa, carro, poder viajar, não seria exatamente uma vida de luxo e sim o que qualquer indivíduo de classe média deseja como fruto do seu esforço.

Não sou rica nem nada, mas com o que eu ganho na noite eu consegui comprar uma casa na região metropolitana, tenho meu carro, pago a escola do meu filho e as vezes conseguimos fazer uma viagem nas férias dele da escola, nada de luxos e eu também não sou de esbanjar dinheiro, como sou eu pra tudo eu controlo muito bem o que ganho, mas consigo viver bem... (Entrevista com a narradora 5 concedida à autora. Data da entrevista: 09/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

As relações sociais na nossa sociedade são definidas pelo modelo econômico de produção, ou seja, pelo sistema capitalista. Para Marx e Engels "até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes" (2012, p. 30). Os autores fazem uma crítica ao novo modelo de produção instaurado após o feudalismo. Os valores

idealizados que permeiam o sistema capitalista é o da liberdade, igualdade e individualidade e esses valores se mantêm até os dias atuais.

As relações sociais recebem grande influência dos valores e também da forma desse modelo de produção, que é dividido entre quem produz e quem tem os meios de produção, do rico e do pobre, do opressor e do oprimido, do proletariado e da burguesia. Esses valores contribuem para a manutenção do sistema e uma falsa ideia de que é algo natural e que sempre foi assim.

É necessária uma percepção profunda para compreender que, com as condições de vida das pessoas, com suas relações sociais e com sua existência em sociedade, modificam-se também suas representações, seus pontos de vista e seus conceitos — ou, numa palavra, sua consciência? O que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se reconfigura com a produção material? As ideias dominantes em todas as épocas sempre foram aquelas da classe dominante. (MARX E ENGELS, 2008, p. 46)

Conforme o modelo econômico em que vivemos - o capitalismo -, estudar, fazer uma faculdade, ter uma profissão é extremamente importante pois resulta em prestígio, status e dinheiro. Em virtude disso, esse capital bastante valorizado nesse modelo econômico e colocado de forma natural, como se todas as pessoas tivessem as mesmas condições e capacidades para alcançar tais objetivos, alcançados normalmente pela classe dominante. Conforme podemos ver em Ana Bock:

O homem, colocado na visão liberal, é pensado de forma descontextualizada, cabendo a ele a responsabilidade por seu crescimento e por sua psicológica. Um homem que “puxa pelos seus cabelos e sai do pântano por um esforço próprio”. Um homem que é dotado de capacidades e possibilidades que lhe são inerentes, naturais. Um homem dotado de uma natureza humana que lhe garante, se desenvolvida adequadamente, ricas e variadas possibilidades. A sociedade é apenas o lócus de desenvolvimento do homem. É vista como algo que contribui ou impede o desenvolvimento dos aspectos naturais do homem. Cabe a cada um o esforço necessário para que a sociedade seja um espaço de incentivo ao seu desenvolvimento. As condições estão dadas, cabe a cada um aproveitá-las. (BOCK, 1999, apud BOCK, 2004, p. 27).

Dessa forma os indivíduos vivenciam essa pressão social de ter a obrigação de "ser alguém na vida", pois conforme os valores estabelecidos a partir da visão liberal, todos tem plena capacidade só é necessário se esforçar. Logo cada um tem condições de escolher ser o que quiser, ignorando as determinações sociais que influenciam diretamente os indivíduos nessas escolhas. Em outras palavras, a realidade social de cada pessoa interfere diretamente nas escolhas que ela pode ou não fazer. Uma

criança negra de periferia não tem as mesmas condições de uma criança branca de classe alta, logo elas não têm as mesmas possibilidades de escolha. A criança negra de periferia vai escolher entre as possibilidades da realidade social dela enquanto a criança branca de classe alta vai ter um leque muito maior de escolhas devido também a realidade social em que ela está inserida.

Falar de escolha na prostituição é também refletir sobre essas questões da sociedade capitalista. Todos queremos ter uma vida razoavelmente boa e poucos nascem em uma família considerada privilegiada por ter acesso à direitos básicos, como saúde, educação, bem como outras possibilidades ainda mais restritas à grande parte da população. Logo, cada um faz a "escolha" conforme a realidade social em que está inserido e os valores que norteiam essa sociedade.

Portanto ter uma formação superior é algo bastante citado nas narrativas das mulheres objeto dessa pesquisa, entre as seis mulheres entrevistadas quatro delas possui ensino superior completo e, duas, incompleto.

[...] é através da prostituição que estou conseguindo fazer uma faculdade, pra mim a prostituição é só passagem, quando conseguir me formar vou seguir outro caminho... (Entrevista com a narradora 3 concedida à autora. Data da entrevista: 05/07/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Aqui vemos que a prostituição é vista como um degrau para poder ter outra profissão, ou nesse caso, alguma profissão que seja reconhecida e regulamentada pelo Estado. A prostituição diferente de outros trabalhos precários paga relativamente bem, o que abre a possibilidade das mulheres poderem pagar uma faculdade.

Eu já tinha faculdade quando comecei a me prostituir, porque sabe como é, é importante ter uma formação, levei muitos anos pra me formar porque eu trabalhava em salão e tinha filho ainda, mas terminei, não sei se um dia vou voltar pra essa vida não, mas pelo menos tenho um plano B pra quando ficar mais velha, porque tu sabe né, nem sempre vou ser bonita e desejada. (Entrevista com a narradora 2 concedida à autora. Data da entrevista: 10/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Aqui percebemos que a narradora 2, mesmo com ensino superior, preferiu se prostituir ao invés de trabalhar na sua área de formação. Porém, percebemos que a prostituição, assim como qualquer outra atividade laboral, trata-se de uma ocupação que não se pode exercer para sempre. Todavia, diferente das outras profissões, a



prostituição não tem amparo nenhum do Estado. Diante desse fato, essas mulheres se preocupam em como vão sobreviver quando não for mais possível se prostituir.

Eu descobri na prostituição que queria ser assistente social, porque eu sempre gostei de orientar e ajudar as pessoas, com os clientes não é diferente, as vezes somos contratadas apenas pra ouvir seus problemas e tentar ajudar de alguma forma, não sei se um dia vou chegar a trabalhar de fato nisso, mas é aquilo né, se tudo der errado pelo menos tenho pra onde fugir... (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Nessa narração é possível perceber que a narradora acabou descobrindo sua vocação a partir da prostituição. Como a prostituição ainda oferece um salário superior ao de assistente social, ela ainda opta por se prostituir, porém quando quiser ou precisar ela tem uma profissão reconhecida para exercer.

A partir dos relatos acima percebemos que a escolha por fazer um ensino superior para algumas trabalhadoras sexuais é para alcançar um "status" profissional e sair da prostituição. Para outras é visto como uma segunda opção para quando envelhecerem. Além do estigma, não é uma profissão regulamentada e a análise das entrevistas nos permite verificar que isso pesa nas reflexões das entrevistadas sobre a sua ocupação.

Importante destacar que as entrevistas indicam que a escolha pelo trabalho sexual gira em torno de ser um trabalho que paga relativamente bem. Indica ainda que as entrevistas consideram o fato de que tal ocupação não exige ter uma rotina determinada como a de um trabalho formal. Diante disso, podemos perceber a influência dos valores capitalistas nas escolhas dos indivíduos a partir de diferentes realidades.

Trabalhar 44 horas semanais batendo ponto pra ganhar um salário mínimo não é pra mim não, enquanto eu puder estar ganhando mais trabalhando com sexo vou continuar trabalhando com sexo, pelo menos tenho mais liberdade com minha carga horária. (Entrevista com a narradora 5 concedida à autora. Data da entrevista: 09/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Além de oferecer uma remuneração bastante significativa entre os trabalhos precários, a prostituição também possibilita que seja possível ter alguma flexibilidade com horários e dias de trabalho. Isso é possível em virtude do fato que a incumbência pela organização dos horários e dias de atuação cabe às próprias prostitutas. Logo,

esses pontos são vistos como pontos positivos na ponderação entre a prostituição e um trabalho formal celetista.

#### 4.2.2 Categoria: Feminismo e Acolhida

Conforme já mencionado ao longo do trabalho, existem uma tensão entre a corrente conhecida como feminismo radical e as ativistas que defendem a prostituição. Essa tensão é antiga e já foi relatada inclusive por Gabriela Leite:

As feministas ortodoxas não ouvem a gente. Elas falam tanto em ser livre, mas elas não querem que a gente tenha liberdade. Eu quero ser livre para, inclusive, ser puta. Certo? A liberdade me dá o direito de ser puta também. (LEITE, 2012, apud BARRETO E MAYORGA, 2016, p.14)

Monique Prada em seu livro também fala sobre a relação das feministas da corrente do feminismo radical com as trabalhadoras sexuais:

Era janeiro e as entranhas do movimento feminista ferviam: a Globo, maior rede de televisão do país, decide levar ao ar um programa de auditório sobre feminismo. Entre as convidadas, inclui uma puta. Por dois minutos e quinze segundos, tempo cuidadosamente cronometrado por uma jornalista insatisfeita com o fato, falei de prostituição e de feminismo. Algumas poucas palavras foram o suficiente para atizar a ira dos setores mais conservadores do movimento feminista: como um programa assistido por sei lá quantos por cento da população brasileira pode deixar uma prostituta falar? (como se não fizéssemos parte da população brasileira.) É interessante: embora boa parte dos ataques em posts de facebook falasse do quanto é problemático que a mídia se aproprie do feminismo como pauta e do que isso significa, para algumas feministas o grande problema era mesmo a presença de uma puta. (PRADA, 2018, p. 79).

Conforme visto anteriormente no capítulo anterior desta dissertação que essa linha do feminismo vê a prostituição como uma forma de exploração sexual e dominação patriarcal a partir de diferentes autoras e perspectivas. Nos textos feministas ora a prostituta é vista como uma vítima sem nenhuma agência sobre suas ações e ora ela vista como um ser perverso, mas nunca como uma mulher como qualquer outra.

Um problema relacionado ao ocultamento dos movimentos de prostitutas/trabalhadoras do sexo, é que para os movimentos feministas transnacionais abolicionistas, quando se fala em prostituição no “Terceiro Mundo”, noções de mulheres como vítimas de sistemas intensamente patriarcais são mais comumente difundidas. (RIBEIRO, 2015, p.24)

As narradoras dessa pesquisa também relatam em suas falas essa tensão entre feministas e prostitutas. Algumas das narradoras mesmo muitas sem entender sobre o feminismo teórico e suas linhas, relatam esse preconceito ou "pena" por parte de mulheres que se apresentam como feministas, conforme as ativistas do trabalho sexual vêm relatando a algum tempo. A narradora 4 destaca tal questão em sua fala:

Eu sou formada em sociologia na UFRGS né, então eu sempre via aqueles coletivos fazendo propaganda e tal, movimento de mulheres, um dia eu cheguei mais cedo e fui participar de um coletivo que estava ocorrendo e coincidentemente elas estavam falando que prostituição era estupro pago, fiquei tão chocada com aquilo que sai meio desnorteada pelo campus, nem consegui assistir aula aquele dia e nem atender nenhum cliente, me sentia horrível, fiquei com pena de mim mesma (pausa), mas passou uns dias e eu pensei: mas como essas gurias sabem sobre a minha profissão se nenhuma delas ali tinha ido na zona ou se prostituído? Como podiam falar do meu trabalho sem nunca ter trabalhado como puta? Conversei com algumas colegas de trabalho sobre isso e nenhuma delas se sentia estuprada, por isso eu te digo que essas feministas da universidade só servem pra fazer o estigma aumentar pra nós e nos atacar." (Entrevista com a narradora 4 concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí).

Em outra narração, tal questão também aparece. De acordo com a narradora 1 em entrevista para a presente dissertação:

Meu contato com feministas foi um dia esperando o ônibus na faculdade, elas me abordaram para falar sobre um coletivo de mulheres, fiquei bastante interessada e tinha achado a ideia bem legal, elas me adicionaram no grupo de e-mail onde trocavam materiais sobre feminismo e marcavam reuniões, um dia recebi um texto que falava que prostituição e tráfico de pessoas era a mesma coisa, fiquei curiosa né sobre o assunto e fui em uma das reuniões delas (risos) claro que não falei em nenhum momento que eu era prostituta e ouvi o que elas falavam sobre, só ouvi coisas absurdas, falavam que as prostitutas de luxo eram tudo universitárias, que a gente não tinha nenhum poder de escolha, que éramos exploradas, essas pessoas certamente nunca entraram em um puteiro, elas não tem ideia do que tão falando (suspira). (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porta Alegre).

Monique cita em seu livro o conceito de "puta imaginada" que foi criado pela jornalista e escritora Melissa Gira Grant. Tal conceito é usado para se referir a essa imagem totalmente estereotipada da prostituta, "aquela que é, ao mesmo tempo, a trapaceira a enganadora, a traficada, a oprimida, a louca, a andarilha, a cortesã e a dominatrix. Nunca uma mulher como as outras" (PRADA, 2018, p.35). A autora fala que essa imagem é usada para manter as mulheres, e aqui se incluem as mulheres que estão fora da prostituição, "na linha: não aja como uma puta se não quiser parecer

uma puta" (PRADA, 2018, p. 35). O estigma reforça a dominação patriarcal e é mais uma questão que divide o feminismo em diferentes feminismos.

A falta de diálogo e acolhimento do feminismo relatada pelas prostitutas é um dos fatores de divisão do feminismo. É notável que gera uma visão negativa do feminismo dentro das casas noturnas, um ambiente que precisa que as mulheres conheçam e sejam cada vez mais feministas, não só devido ao ambiente extremamente masculino, mas porque o sexo sempre foi um tabu para todas as mulheres.

É importante ressaltar que das seis mulheres entrevistadas nessa pesquisa, três já tinham conhecimento sobre o feminismo e um conhecimento negativo desse feminismo devido ao contato que tiveram. Por outro lado, três mulheres não tinham nenhum conhecimento sobre o feminismo, apenas preconceitos que ouviram falar ou que alguém já comentou. Na fala da narradora 3:

Já ouvi falar sobre feminismo mas nunca me interessei para saber sobre, sempre ouvi as pessoas falarem mal de feminista então sempre tive o pé atrás né?! Já ouvi falar que elas não gostam da gente e nem de nada que envolva sexo, de gente que não gosta do que eu faço pra viver eu já to legal, tem a sociedade inteira pra apontar o dedo." (Entrevista com a narradora 3 concedida à autora. (Entrevista com a narradora 3 concedida à autora. Data da entrevista: 05/07/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Por sua vez, em sua fala a Narradora 1 evidencia que falta um espaço onde se possa falar sem medo de ser humilhada sobre a prostituição, assim como um feminismo que tenha como pretensão ouvi-las.

Quando entrei na faculdade achei que as pessoas eram mais mente aberta sabe, não achei que as mulheres seriam tão conservadoras em relação a prostituição, te digo que quando vi pela primeira vez sobre o movimento de mulheres, fiquei animada pensando que iríamos debater sobre diferentes assuntos, que sempre me fez falta falar com pessoas que não fora da prostituição, mas me enganei, lá fora ninguém quer ouvir puta não, nem as tais feministas, só se for pra sentir pena. (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

A fala da Narradora 1 é semelhante ao que Gabriela Leite fala em seu livro sobre o dia em que ela falou sobre a prostituição em um debate onde haviam diferentes mulheres e lutas:

Meu nome é Gabriela, eu sou prostituta da Vila Mimosa. (Pausa.) Aqui do lado.” Aí foi um rebu. A prostituta falou. Parece incrível, mas o tabu perdurava mesmo ali, entre mulheres conscientes: prostituta não fala. Falei. Seguindo o modelo das outras mulheres, expliquei como eram as condições da prostituta na Vila, nossas dificuldades, os problemas que costumávamos enfrentar. Mas não falei muito, fui rápida. A Beth Lobo imediatamente me convidou para o seu programa de rádio e desde então comecei a responder às mesmas perguntas que me fazem há vinte anos. Por que você entrou nessa vida? Você foi abandonada pela família? Você entrou na profissão por necessidade? E, a melhor de todas, a pegadinha: O que você acharia se sua filha fosse puta? Essa sempre acontece. Há pouco tempo, dei uma palestra numa faculdade e essa pergunta ainda não tinha sido feita. No finalzinho, já me despedindo da platéia, me aparece uma moça bem jovem, tímida, lá atrás. Ela levantou o dedinho e mandou a pérola. Me dá arrepios a carette dos jovens de hoje. Onde é que nós vamos parar? (LEITE, 2008, p. 114).

É possível compreender através desse capítulo que há de fato uma tensão entre o feminismo radical e as ativistas que defendem o trabalho sexual. Essa tensão respinga até mesmo nas prostitutas que estão fora do ativismo. As narradoras que tiveram contato com o feminismo, como podemos ver dentro das universidades, logo desistiram de tentar participar de qualquer grupo por não se sentirem representadas e até mesmo por ouvirem discursos que as trabalhadoras sexuais não concordam e inclusive reforçam o estigma que elas vivem diariamente. Contudo é possível dizer que falta acolhimento dentro do feminismo com as trabalhadoras sexuais.

Me tornei feminista porque comecei a ler sobre na internet e sobre as mulheres como nós, como a Gabriela Leite, Monique Prada, Amara Moira, Aline Lopez, assisti uma entrevista da Gabriela Leite na internet e pensei que PUTA mulher! (risos) depois dai entendi que nós podemos sim ser feministas, porque existem muitos feminismos e alguns não enxergam as putas dessa forma que vi na faculdade, hoje em dia não tenho problema em falar que sou, mas se dependesse do contato que tive na época de faculdade eu tava fudida. (Entrevista com a narradora 4 concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí).

A Narradora 4 reforça a ideia de falta de acolhimento dentro do feminismo e também reforça ideia de segmentação dentro do movimento e criação de novos feminismos em busca de uma identificação. É possível perceber que as entrevistadas se sentem acolhidas pelas falas das ativistas a favor da prostituição. É nas falas de Gabriela Leite, Monique Prada, Amara Moira, entre outras, que essas mulheres encontram uma ideologia pra chamar de sua e enfim se sentirem parte desse grande quebra-cabeça que é o feminismo.

### 4.2.3 Categoria: Identidade Putafeminista

O putafeminismo é o termo que vem sendo usado pelas mulheres do movimento de prostitutas no Brasil para afirmar primeiramente que as trabalhadoras sexuais podem também ser feministas. Conforme Monique:

Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão do nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o putafeminismo pode ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela. (PRADA, 2018, p. 37)

O putafeminismo luta por um espaço onde todas as mulheres não só cisgênero, como trans por exemplo, que exercem o trabalho sexual possam se sentir parte da luta por direitos, da luta do combate ao estigma e também possam dizer que são feministas mesmo exercendo o trabalho sexual, sem sofrer qualquer tipo de julgamento ou ataque.

Afinal, quem explora quem quando a prostituição é exercida sem risco de violência, sem o peso do estigma, com pagamento justo? Fico imaginando o dia em que a palavra "puta" não for mais xingamento, o dia em que as pessoas nem consigam mais imaginar porque um dia ela o teria sido. Mas esse dia está longe. Hoje, a única coisa que vemos é um feminismo que se diz radical andar de mãos dadas com a Pastoral da Mulher e a bancada evangélica na luta contra os direitos de profissionais do sexo. Hora de lutarmos por um feminismo que não deslegitime nossas pautas, que leve a sério a nossa luta, o putafeminismo quem sabe." (MOIRA, 2016, p. 30).

Das seis mulheres entrevistadas nessa pesquisa, apenas duas sabiam o que era o putafeminismo e inclusive se identificam com ele. Porém, todas as seis mulheres demonstraram atitudes que se alinham à perspectiva putafeministas. Durante a pesquisa, as vezes quando não estavam falando apenas sendo observadas, demonstraram tais atitudes, mesmo sem nem saber o do que se trata.

Conforme Fernandes (2006), a identidade é construída através do movimento próprio das alteridades que transformam o meio a partir das diferenças. "Nas diferenças estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio." (FERNANDES, 2006, p.2):

Tudo aquilo que não é idêntico ao convencional passa a ser alvo de críticas, discriminações e não-reconhecimento. Há uma necessária ruptura com o velho conceito de identidade atrelada à igualificação e à ausência de movimento e mutação. Um traço histórico que traz como consequência uma série de práticas preconceituosas e segregatórias, como se constata, por exemplo, na situação das pessoas portadoras de deficiência. (FERNANDES, 2006. p. 2)

Essas mulheres através das alteridades estão transformando o meio em que elas estão inseridas. Mesmo sem se declarar putafeminista, as atitudes delas já demonstram esse rompimento com o convencional, construindo dessa forma uma identidade, uma identidade que surge das diferenças. De acordo com a narradora 4, essa identidade é importante:

Eu me enxergo como putafeminista sim, acho importante ter um espaço onde não batam a porta na nossa cara, nem digam que nosso trabalho é estupro pago, o putafeminismo nos permite ter um pouco mais de dignidade da prostituição e nos dá a chance de ter uma ideologia pra chamar de nossa. (Entrevista com a narradora 4 concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí).

Podemos ver nas falas das Narradoras 4 e 5, que além da identificação com essa nova vertente feminista, o putafeminismo, essa vertente possibilitou que elas pudessem questionar o senso comum e o convencional, o que antes era dado como uma verdade absoluta, hoje é enfrentado e questionado por elas.

O putafeminismo me fez ver o meu trabalho de uma forma menos preconceituosa comigo mesma, antes a minha autoestima era um lixo, se um cliente falasse que eu era uma merda eu acreditava que eu era uma merda, porque a sociedade inteira me diz que sou uma merda o tempo inteiro, como vou pensar diferente né?! Foi o putafeminismo e a Monique que me ajudaram a ver as coisas de outro jeito, hoje se a sociedade diz que eu sou uma merda eu olho pra ela e digo "eu não acho, eu sou uma trabalhadora como qualquer um de vocês, a única diferença é que meu trabalho é relacionado com sexo!" Hoje se um cliente me fala algo que eu sinto que é ofensa eu me defendo porque eu não sou qualquer coisa, eu sou mulher também e eu mereço ser respeitada, eu podia ficar aqui falando a noite toda sobre como o putafeminismo me salvou dessa sociedade lixo. (Entrevista com a narradora 5 concedida à autora. Data da entrevista: 09/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Por fim, através das entrevistas com as narradoras concedidas para a presente pesquisa, é possível dizer que existe uma identificação com o putafeminismo. As atitudes e as falas dentro das casas noturnas demonstram uma identidade com os

ideais feministas, por mais que algumas não tenham conhecimento sobre a vertente, na prática elas demonstram o feminismo, mais especificamente: o putafeminismo.

Nessa caminhada para identificar onde o feminismo se encaixava na nossa luta, e vice-versa, um dos momentos que mais me marcaram foi quando Célia Gomes, mulher, prostituta, negra e nordestina, uma das fundadoras, e hoje presidenta, da CUTS, me mandou a arte da nossa primeira camiseta, que ela criou com Diana Soares, presidenta da Asprorn (Associação de Prostitutas e Congeneres do Rio Grande do Norte), e que na época fazia parte da coordenação central. A imagem era de um armário, do qual saíam, escritas e em letras alegres, as palavras: "Tirando o nosso feminismo do armário". A frase, escolhida por elas em conjunto com outras ativistas da Aprospi (Associação de Prostitutas do Piauí) e da Articulação Norte-Nordeste de Prostitutas, falava de um direito que nenhuma pessoa, nenhuma mulher, nos tiraria a partir dali: o direito de sermos putas e feministas. (PRADA, 2018, p. 71).

Devido ao estigma, as mulheres que exercem a prostituição sentem-se cada vez mais à margem da sociedade. Neste sentido, a identificação com um movimento que as acolha e as represente faz toda a diferença para o próprio exercício da prostituição.

#### **4.2.4 Categoria: Prostituição e trabalho?**

O movimento de prostitutas há anos luta por condições menos precárias de trabalho para as trabalhadoras sexuais. Conforme já vimos em capítulos anteriores, a regulamentação da prostituição ainda é algo muito distante da nossa atual realidade, a tramitação do projeto de lei Gabriela Leite encontra-se parada. Apesar do avanço com a inclusão da categoria na CBO, a prostituição ainda é marcada pelo estigma e pela falta de direitos, pois a dificuldade dessa legalização passa por interditos na relação com o corpo produzindo sentidos na atualidade (FERNANDES E SOUZA, 2013).

É importante destacar que considerar a prostituição como um trabalho é bastante complexo devido a questão moral de utilizar o corpo para a sobrevivência ou apenas para ganhar dinheiro. O corpo para a prostituta é seu instrumento de trabalho, mas para a moral religiosa o institui como "templo sagrado". Dessa forma esse sentido faz com que as prostitutas sejam transgressoras da moral social cristã. Essa situação produz problemas em relação aos direitos e deveres das prostitutas e coloca em funcionamento toda uma memória onde a prostituição é marcado por algo negativo



(FERNANDES E SOUZA, 2013). Portanto, considerar a prostituição como um trabalho é um esforço que essas mulheres fazem todos os dias, pois pela moral cristã a atividade delas é um desvio.

Nesse capítulo procuramos compreender se as Narradoras consideram a prostituição um trabalho ou não. Como foi um assunto bastante marcado nas falas delas, achei importante incluir esse capítulo final.

Prostituição é trabalho sim, eu tenho responsabilidade, eu desenvolvo uma atividade, eu tenho hora marcada, eu invisto no meu material de trabalho. Não é porque não temos direito algum ou não somos reconhecidas pelas outras pessoas que deixamos de existir, nosso trabalho existe e deveria ser regulamentado pra gente sair dessa ilegalidade." (Entrevista com a narradora 2 concedida à autora. Data da entrevista: 10/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Conforme fala da narradora acima é possível perceber que ela considera a prostituição como trabalho, porém admite que é uma profissão sem reconhecimento algum e que é um trabalho sem nenhuma garantia de direito.

Nosso trabalho é um dos únicos trabalhos que são questionados se são ou não trabalho, ninguém pergunta para um pintor se ele é considerado aquilo trabalho ou não, ou para uma diarista, ou lixeiro, ou cabeleiro, mas pra puta sempre. Eu estou prestando um serviço, mas o motivo que todo mundo questiona é porque esse serviço é sexual, é uma hipocrisia. Prostituição é trabalho sim, é o trabalho mais antigo do mundo, mesmo que digam que não é, a gente que exerce e sabe como funciona, vamos dizer que é sim! (Entrevista com a narradora 6 concedida à autora. Data da entrevista: 17/09/2018 Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

Na fala da Narradora 6 é possível perceber essa dúvida diária sobre se prostituição é trabalho ou não. Essa dúvida tem muito a ver com a questão moral de utilizar o corpo como um meio de trabalho.

É importante ressaltar que das seis entrevistas cinco afirmaram que prostituição é trabalho e que deveria ser regulamentada. Entre os pontos negativos da prostituição os mais citados foram: falta de direitos e preconceito, preconceito bastante relacionado ao estigma da prostituição, ao estigma de utilizar o corpo como um instrumento de trabalho. Como falamos acima, utilizar o corpo como um instrumento de trabalho vai contra a cultura moral cristã a qual todos os brasileiros foram doutrinados na modernidade.

Apenas uma narradora não considera a prostituição como um trabalho e é contra a regulamentação da prostituição. De acordo com as palavras da narradora 3:

Eu tô aqui de passagem, meu objetivo na prostituição é alcançar algo melhor, conseguir um emprego e viver normalmente, não acho que prostituição seja trabalho, acho que deve ser sempre algo passageiro que tu faz por um tempo pra alcançar alguma coisa que tu queira, mas não vejo como as meninas aqui, vejo como um degrau, mas eu respeito quem defende que é trabalho, muitas realmente encaram assim, mas acho que isso aqui não é vida pra ti ficar pra sempre. (Entrevista com a narradora 3 concedida à autora. Data da entrevista: 05/07/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

A Narradora 3 não acredita que prostituição seja um trabalho. Em entrevista para a presente dissertação, ela argumenta que a ocupação para ela possui um caráter passageiro e é voltado para o alcance de algo melhor, ou algum emprego que ela reconheça como trabalho.

Monique (2018), fala em seu livro que algumas pessoas exercem a prostituição como um atalho para profissões menos precárias. A Narradora 3 se encaixa nessa definição, ela exerce a prostituição como um atalho, um atalho para um trabalho menos estigmatizado e socialmente aceito. Mas é importante destacar que a grande maioria não vê a prostituição dessa maneira, a grande maioria defende que prostituição é trabalho. Vale a pena destacar um trecho da entrevista concedida pela narradora 1 sobre essa questão:

Eu cresci desde pequena com minha mãe dizendo que sexo era só depois do casamento, perdi minha virgindade com 12 anos com um menino da igreja, depois que minha mãe faleceu precisei me virar e então passou pela minha cabeça me prostituir, eu sentia uma mistura de medo e vergonha, medo que alguém me visse ali e vergonha de ir contra ao que eu sempre aprendi como errado, hoje pra mim a prostituição é um trabalho como qualquer outro, já fiz outras coisas na vida, já pensei diferente, mas hoje eu vejo que é trabalho sim, não importa o que nos digam... (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre).

A partir da fala da Narradora 1 transcrita acima, é possível perceber o esforço que essas mulheres fazem para ir contra uma cultura que sempre mostrou a prostituição como algo degradante.

Fazemos uso do corpo para o trabalho – trabalho braçal, trabalho intelectual, etc. –, pois é ele que nos permite produzir, porém, a meretriz, ao usar do corpo para atividades relacionadas ao sexo, foge ao que é determinado pela moral social como trabalho honesto, uma vez que o corpo da prostituta é usado para sentir/dar prazer. (FERNANDES, SOUZA, 2013, p. 6).

Considerar a prostituição um trabalho ou não vai além de se identificar com o que está fazendo, é enfrentar dogmas consolidados por anos na sociedade patriarcal capitalista. Outras ocupações não precisam provar que são honestos ou legítimos, diferente da prostituição.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nessa dissertação teve como objetivo compreender a relação das prostitutas com o feminismo. Sobretudo, interessou compreender a perspectiva das chamadas “prostitutas de luxo”. Tal recorte foi feito por entender que as prostitutas classificadas por essa categoria representam um perfil mais elitizado, que, por consequência, teria acesso a leituras e estudos sobre o feminismo. A investigação se concentrou nas entrevistas com as prostitutas das casas noturnas conhecidas de Porto Alegre.

A metodologia adotada ajudou bastante na relação com esse público, que por ser extremamente estigmatizado, acaba por não desejar aproximação, principalmente de pessoas advindas da academia. A fala da *Narradora 1* é especialmente elucidativa nesse sentido: “esse pessoal da faculdade vem aqui, nos enche de pergunta e depois nunca mais volta, nem para nos mostrar o trabalho” (Entrevista com a narradora 1 concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre.). Devido a essa desconfiança, levei bastante tempo para me tornar alguém em quem elas sentissem confiança para me contar suas histórias.

É importante ressaltar novamente que a questão dos nomes utilizados por essas mulheres no exercício do trabalho sexual tem diversos significados para elas. Durante a pesquisa de campo, elas sempre demonstravam muita preocupação na possível divulgação desses nomes. Por essa razão, e principalmente por respeito às regras éticas que prevalecem nas Ciências Sociais às pessoas analisadas, nessa pesquisa utilizei a nomenclatura “Narradora”, com o intuito de manter o anonimato das falas.

No primeiro capítulo, o foco foi abordar as teorias feministas. O resgate teórico sobre o feminismo e suas diferentes facetas teve como objetivo mostrar as teorias e dinâmicas do movimento feminista para que seja possível identificar minimamente o que as principais linhas do feminismo abordam. Também teve o objetivo de compreender o ponto de vista das próprias prostitutas sobre o feminismo. Foi possível compreender como o feminismo se constrói em diferentes épocas, com base em contribuições de diversas escritoras e como são interpretadas as suas diferentes ondas. Observou-se que, embora a opressão destinada às mulheres em todas as dimensões das suas vidas seja um ponto de encontro entre todas as abordagens

teóricas feministas, muitas teorias negam a visão da prostituição enquanto uma escolha profissional.

Para as teorias feministas, a autora mais importante do Século XX é Simone de Beauvoir. Em 1949 ela lançou o livro “*O Segundo Sexo*” que é considerado um marco na retomada do feminismo do Século XX, pois nesse período o movimento estava extremamente debilitado com os efeitos da II Guerra Mundial. A partir dessa obra, já nos anos 60 em meio a uma grande efervescência política e cultural em todo o mundo, surgem diversas perspectivas feministas, dentre as quais o feminismo marxista e o feminismo radical. Para além dessas abordagens, consideradas conservadoras quanto à prostituição, também vimos diferentes contribuições para a prostituição. Enquanto o feminismo radical e marxista é contra a regulamentação da prostituição, o feminismo liberal é a favor da sua regulamentação, no entanto não consegue acolher todas as demandas das prostitutas. A oposição de perspectivas consideradas tão centrais para o feminismo motiva as prostitutas a não se identificarem com essa face do feminismo como um todo.

Por sua vez, no segundo capítulo abordei a prostituição segundo o feminismo, segundo o Estado e segundo os movimentos de prostitutas. O objetivo foi apresentar um breve histórico da prostituição no Brasil e no mundo, bem como um panorama atual da prostituição no Brasil. Foi possível compreender como as prostitutas ativistas e movimentos sociais a favor da prostituição enxergam as suas próprias demandas, como sujeitas de direitos. Também vimos como o Estado trata a prostituição no Brasil e como se configura a prostituição na legislação brasileira; quais avanços tivemos, quais projetos de lei já foram elaborados e quais os modelos democráticos de prostituição discutidos internacionalmente. Essas diferentes contribuições e perspectivas são importantes para entendermos o reflexo delas nas Narradoras em suas histórias, e neste capítulo foi possível abordar uma grande gama de assuntos que englobam a prostituição no Brasil.

Ainda no segundo capítulo, foi destacada a atuação da autora e ativista Gabriela Leite, que tem um papel extremamente significativo para o movimento das prostitutas. Seu papel foi fundamental para o enfrentamento de diversos problemas vividos por essas mulheres diariamente. Gabriela sempre esteve à frente de tais demandas e, por respeito e consideração a sua trajetória, o último PL (Projeto de Lei) que visava à regulamentação da prostituição foi batizado com seu nome.

Por fim, no último capítulo, realizei análise das categorias que foram escolhidas a partir das próprias demandas das prostitutas e bibliografia analisada no primeiro capítulo. As categorias analisadas foram: *luxo e escolha*, *feminismo e acolhida*, *identidade putafeminista* e *prostituição e trabalho*.

Vimos que a associação de qualquer forma de prostituição com luxo é questionável, pois a grande maioria dessas mulheres têm uma vida de classe média baixa. Nenhuma delas falou que gasta em lanchas, que esbanja dinheiro com bolsas caríssimas ou que viaja para fora do país com frequência. Citaram pagar a faculdade dos filhos, comprar uma casa, carro, poder passar as férias em família, coisas que qualquer trabalhador classe média baixa iria desejar. Logo, as prostitutas de luxo entrevistadas para a presente pesquisa se aproximam mais de uma trabalhadora classe média em um emprego como assistente em uma empresa do que uma mulher que vive esbanjando dinheiro e vivendo uma vida realmente de luxo.

A questão da escolha foi bem destacada nas entrevistas. Entende-se que para as entrevistadas, a prostituição é uma escolha. Porém, conforme vimos, quais seriam as alternativas possíveis entre os trabalhos precários em uma sociedade capitalista? A escolha é moldada por valores já pré-definidos pela sociedade em que estamos inseridos. A visão de "ser alguém na vida" já é incorporada por cada um de nós ao longo da vida. Nesse sentido, a escolha pelo trabalho sexual também gira em torno do "ser alguém na vida" e também "dar uma vida melhor para os meus". Entre os trabalhos precários e que não necessitam de formação específica, a prostituição é a que melhor oferece retorno financeiro, de acordo com as mulheres entrevistadas na presente pesquisa.

Quando se trata de flexibilidade no trabalho, a prostituição também se destaca por não ter a necessidade de "bater ponto", isto é, pela flexibilidade de horários. Logo, para as Narradoras, a prostituição se apresentou como uma opção interessante entre as opções possíveis. As entrevistadas indicaram que é praticamente unânime dentro das casas noturnas a perspectiva de que prostituição é trabalho. Apenas uma narradora das seis falou que não considerava trabalho. No entanto, vimos que considerar ou não considerar a prostituição um trabalho é algo delicado, pois os preceitos morais, principalmente a moral religiosa, interferem diretamente na concepção de trabalho quando se trata da prostituição. Merece destaque o fato de que outras atividades profissionais não recebem o mesmo questionamento sobre sua

legitimidade enquanto ocupação. Por outro lado, a prostituição, até para quem a exerce, é questionada por ir contra valores enraizados na sociedade moderna.

Outra questão que faz as prostitutas questionarem se a atividade que elas estão exercendo é trabalho ou não é a falta de regulamentação da prostituição. Por mais que a atividade exista na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), a falta de direitos e negação do Estado acaba contribuindo com a marginalização da prostituição e a ideia de que prostituição não é trabalho.

Finalmente, cabe salientar que esse trabalho teve como objetivo abordar as perspectivas das prostitutas, dando voz para suas demandas e pautas, sob uma ótica de que as prostitutas são sujeitas de sua própria história. O debate da prostituição com as perspectivas das mulheres que exercem esse trabalho certamente irá contribuir para a diminuição do estigma que afeta diretamente essas mulheres no exercício da prostituição.

As análises das entrevistas com as mulheres que exercem a prostituição nas casas noturnas selecionadas para essa pesquisa revelam elementos que indicam que o feminismo vai além das linhas teóricas e das ideologias que aprendemos nos livros, nos grupos de estudo e até nos encontros feministas. O feminismo transcende a academia, bem como outros espaços de ativismo e militância e se recria. A prova disso é o Putafeminismo.

A pesquisa indica que algumas perspectivas feministas, tais como feminismo marxista e radical não oferecem um bom acolhimento para as mulheres que se prostituem. Essa recusa em acolher as prostitutas aumentam o estigma da prostituição e abrem espaço para reinventar um feminismo em que essas mulheres sintam-se acolhidas. Esse é um elemento de importante destaque nessa dissertação: o feminismo são vários, são diversos e é capaz de se reinventar para se encaixar nas diferentes realidades das mulheres.

O Putafeminismo evidencia tal afirmativa: prostitutas cansadas de não ter lugar de fala começaram a se organizar e pensar um feminismo em que suas lutas e vozes pudessem ter espaço, logo, criaram um feminismo para 'chamar de seu'. Como fala Monique em seu livro, um dos momentos que mais a marcaram no ativismo foi quando a arte escolhida para uma camiseta foi "tirando o nosso feminismo do armário". Essa frase demonstra que o feminismo não é um só, são muitos, são vários, e ele muda, ele se transforma. Por não se sentirem acolhidas pelos feminismos existentes, essas

mulheres ousaram ao criar o Putafeminismo, que nada mais é que o feminismo para as putas.

Ressalto que essa pesquisa teve início antes da pandemia do COVID, que vivemos até o presente momento. Devido a essa pandemia, muitos locais em que essas mulheres exerciam a prostituição acabaram sendo fechados. A pandemia colocou essas mulheres que já viviam em situação de marginalidade ainda mais à margem da sociedade, pois sem nenhuma garantia do Estado, essas mulheres estão se colocando em risco para conseguir sobreviver.

Portanto, fazer uma discussão sobre prostituição a partir de um viés feminista é questionar constantemente orientações morais e políticas inclusive de mulheres que se identificam com o feminismo. Além disso, trata-se de um debate que busca dar visibilidade a um grupo social marginalizado das mais diversas maneiras. Foi nesse sentido que a presente pesquisa buscou contribuir.



## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Mariana Luciano. **Regulamentar para quê(m)?** As representações sociais de prostitutas sobre a regulamentação da profissão. São Carlos: UFSCar, 2014.
- ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. **Para além da tensão entre moral e economia, reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2008.
- ÁLVAREZ, Ana I. G. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ALVAREZ, Sonia, *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v.11, n.2, p. 541-575, 2003.
- AMORÓS, Celia; COBO, Rosa. Feminismo e ilustración. *In:* AMORÓS, Celia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel (ed.) **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización: de la ilustración al segundo sexo**, Madrid: Minerva Ediciones, 2010, p. 91-144. v. 1.
- ANDREW, Barbara S. Beauvoir's place in philosophical thought. *In:* CARD, Claudia (ed.). **The Cambridge companion to Simone de Beauvoir.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ANGELO, Assis. Prostituição em debate: Depoimentos, análises, procura de soluções. **Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição.** As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua, de Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, 1996.
- ASCHER, Carol. **Simone Beauvoir: uma vida de liberdade.** Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1991.
- BARRETO, L.C., and MAYORGA, C. Gabriela Leite – histórias de uma puta feminista. *In:* **interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 287-307. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0016>.
- BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas da nossa história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte.** 2015, 261f. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BECKER, H. S. "Biographie et mosaïque scientifique". **Actes de la recherche en sciences sociales**, [s. l.], p. 62-63, 1999.
- BERTAUX, D. 1993 "El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades". **Proposiciones**, v. 29, n. 4, p. 1-23, 1980.

BLAIR, Cynthia M. **I've Gotto Make My Livin'**. Black Women's Sex Work in TurnoftheCentury Chicago. Chicago, 2010.

BORGES, M. F.; PETRILLI, L. A. T. Prostituição feminina: de deusas a profanas. **Revista Cereus**, [s. l.], v. 5, p. 112-127, 2013.

BRASIL, **Projeto de Lei nº 4.211, de 2012. Lei Gabriela Leite**. Legislação Federal. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F55813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+PL+4211/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=32BFF66F55813F2879DA1BD87681B56.node2?codteor=1019532&filename=Avulso+PL+4211/2012). Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Legislação Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.Htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.Htm). Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 46.981, de 08 de outubro de 1959**. Código Penal. Brasília, DF: Câmara Legislativa, 1959. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-46981-8-outubro-1959-386048-norma-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. **Manual do Multiplicador: Profissional do Sexo**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. **Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DSR e da AIDS / Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids**. Brasília, DF: [s. n.], 2002.

BRASIL. **PL 4211/2012**. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BUTLER, Cheryl Nelson. A Critical Race Feminist Perspective on Prostitution & Sex Trafficking in America. **Yale Journal of Law & Feminism**, [s. l.], v. 27, n. 3, 2015.

CAGNOLATI, Beatriz (comp.). **Simone de Beauvoir, las encrucijadas del otrosexo**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010.

CAMINHAS, Lorena. "Regulamentação da prostituição como condição para justiça: uma análise das demandas de prostitutas reunidas em associações". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), v. 1, p. 1-23, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: 2016. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st09-9/10220-regulamentacao-da-prostituicao-como-condicao-para-justica-uma-analise-das-demandas-de-prostitutas-reunidas-em-associacoes/file>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CARVALHO, M. SILVA, A. O trabalho na prostituição de luxo: análise dos sentidos produzidos por prostitutas em Belo Horizonte – MG. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, esp., p. 23-39, dez. 2017.

CHAPKIS, Wendy. **Live Sex Acts: women performing erotic labor**. New York: Routledge, 1997.

CZARNIAWSKA, B. **A narrative approach to organization studies**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

DAVIDA. Dia Internacional da Prostituta: Manifestações em ruas, boates e internet agitam o 2 de junho. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, jun. 2005.

DAVIDA. Esquinas do Brasil: Técnicos aprendem com prostitutas a enfrentar preconceitos e dão a volta por cima em projeto nacional de prevenção e cidadania. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, out. 2003a.

DAVIDA. Prostitutas se organizam em todo o país. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, p. 6-7, mar. 2002a.

DAVIDA. Quem somos nós: Pesquisa revela que a maioria das prostitutas tem de 20 a 29 anos, ganha até quatro salários mínimos e tenta esconder dos outros a profissão. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, p. 7, abr. 2002b.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MIGUEL, Ana A. De lateoría a lapráctica: tres documentos históricos en la lucha por los derechos de las mujeres. *In*: MILL, John Stuart. **Sobre el voto y laprostitución**. Guadalajara: Almud, Ediciones de Castilla la Mancha, 2011.

DE MIGUEL, Ana A.; PALOMO, Eva. Los inicios de la lucha feminista contra laprostitución: políticas de redefinición y políticas activistas en el sufragismo inglés. **Brocar**, [s. l.], v. 35, p. 315-334, 2011.

DEMPSEY, Madden Dempsey. How to argue about prostitution. **Criminal Law & Philosophy**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2012.

DOUGLAS, Carol Anne. **Love and politics: radical feminist and lesbian theories**. San Francisco: ismpress, 1990.

DWORKIN, Andrea. **Pornography: man possessing women**. 2. ed. Nova York: Plume, 1989.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda (1850-2000)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ENGEL, Magali Gouveia. “A cidade, as prostitutas e os médicos”. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v. 1, n. 3, maio/ago. 1986.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EVANS, Judith *et al.* **Feminism and political theory**. London, GBR: Sage Publications, 1986.

FARINHA, Marciana Gonçalves. **Adolescentes profissionais do sexo**. 1. ed. Campinas: Átomo, 2006.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARLOS, Paula Pinhal De. A Interdisciplinaridade nos Estudos de Gênero: análise das teses do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, [s. l.], v.10, n. 97, p. 80-94, 2006.

FERNANDES, Fernanda Surubi; SOUZA, Olimpia Maluf. **Corpo, trabalho e prazer: as práticas de prostituição em cadastros policiais**. Niterói, n. 34, p. 215-233, 1.sem. 2013.

FERREIRA, Bruna Aquino Ferreira. **Crítica de mídia feminista na Web: uma análise sobre os blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas**. [S. l.; s. n.], 2014.

FONSECA, Claudia. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 7-33, 1998.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? **Revista QG Feminista**, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FRASER, Nancy. **Justice interruptus: critical reflectionson the "post socialist" condition**. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 240, maio/ago. 2007.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

GARDNER, Catherine Villanueva. **Historical Dictionary of Feminist Philosophy**. Lanham: The Scarecrow Press, Inc., 2006.

GIOBBE Evelina. Confronting the Liberal Lies About Prostitution. The Sexual Liberals and the Attackon Feminism. Edited by Dorchen Leid holdtand Janice G. Raymond. 1990. KEMPADOO, K. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 25, p 55-78., jul./dez. 2005.

Goffman, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GONZÁLEZ, María J. H. Las sufragistas británicas y la conquista delespacio público: integración, recreación y subversión. **Arenal**, [s. l.], v. 16, n.1, ene./jun. 2009.

- GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. *In*: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Angela (org.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 297-312.
- GROPPPI, Angela. As raízes de um problema. *In*: BONACCHI, Gabriela; GROPPPI, Angela (org.). **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. p. 11-26.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em primeira mão**, [s. l.], v. 24, p.1-18, 1998.
- GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola. **A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. São Paulo: Vozes, 2003.
- HALLDENIUS, Lena. **Mary Wollstonecraft and feminist republicanism: independence, rights and the experience of unfreedom**. New York: Routledge, 2015.
- HARPER, Ida. **The history of woman suffrage**. [S. l.; s. n.], 2009. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/29878/29878-h/29878-h.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JEFFREYS, Sheila. **The idea of prostitution**. North Melbourne: Spinifex Press, 1997.
- KESLER, Kari. Is a feminist stance in support of prostitution possible? An exploration of current trends. **Sexualities**, [s. l.], v. 5, n. 2, 2002.
- LEGARDINIER, Claudine. Verbete: Prostituição I. *In*: HIRATA, H. *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora Unesp, 2009.
- LEITE, Gabriela. Caminho aberto para a puta cidadã. **Beijo da Rua**, p. 16 Rio de Janeiro, 2005.
- LEITE, Gabriela. **Encontro Nacional de Prostitutas**. Rio de Janeiro: Mimeografado, 1987.
- LEITE, Gabriela. Entrevista com Gabriela Leite. **Democracia Viva**, [s. l.], p. 42–57, 2006.
- LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

LEITE, Gabriela. Quem entende a gente? **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, p. 16, abr. 2002a.

LEITE, Gabriela. Sem vergonha de ser puta. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, mar. 2002b.

LEITE, J. L. **República do mangue**: Controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954 – 1974). São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2005.

LENZ, Flávio. Política, festa e angústia: Conferência Internacional de Aids teve de tudo, com vigorosa participação de profissionais do sexo. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, p. 3, 2004.

LENZ, Flávio. **Profissionais do sexo denunciam testagem obrigatória**: Mulheres, homens e trans de 25 países se reúnem no México antes da Conferência Internacional de Aids. Disponível em: <http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=806&num=1>. Acesso em: 4 mar. 2020.

LIMA, Tatiane M. M. **A prostituição feminina no Brasil: “da questão de polícia” à conquista de direitos**. 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

LLOSA, Mario V. Prólogo. *In*: TRISTÁN, Flora. **Peregrinaciones de una paria**. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, UNMSM, Fondo Editorial, 2003.

LOPES, Natânia. "Prostituição Sagrada" e a Prostituta como Objeto Preferencial de Conversão dos "Crentes". **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 34-46, jan. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872017000100034&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872017000100034&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0100-85872017v37n1cap02>.

LOPEZ, Aline. **Mundo Invisível**. <https://mundoinvisivel.org/> Acesso em Jun. 2019.

LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos (1899-1914)**. São Paulo: Unesp, 2011. v. 1.

MACCALI, N.; MINGHINI, L.; WALGER, C. S.; & ROGLIO, K. D. O Método História de Vida: desvendando a subjetividade do indivíduo no estudo das Organizações. **Administração: ensino e pesquisa**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 439-468, 2014. <https://doi.org/10.13058/raep.2014.v15n3.11>.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, v. 18, 2007. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222007000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012)

MACKINNON, Catharine. **A Prostitution and Civil Rights**. University of Michigan Law School. 1993.

MACKINNON, Catharine. Trafficking, Prostitution, and Inequality. **Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review**, v. 46, 2011.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARNEFFE, Peter de. **Liberalism and Prostitution**. Oxford, Oxford University Press, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Rogério Botelho de; & RIBEIRO, Miguel Angelo Campos. "Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro". **Boletim Goiano de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 57-79, jan./dez. 1995.

MENEGHEL, Stela. Histórias de Vida: notas e reflexões de pesquisa. **Athenea Digital**, [s .l.], n. 12: 115-129. Out. 2007.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura.

MINISTERIO DO TRABALHO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em: <http://cbo.maisemprego.mte.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em 15 de março de 2020

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Coimbra: Almedina, 2006.

MILLET, Kate. **Sexual politics**. Chicago: University of Illinois Press, 2000.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016.

MORALES, Maria. Rational freedom in John Stuart Mill's Feminism. *In*: URBINATI, Nadia; ZAKARAS, Alex (ed.), **J.S. Mill's political thought: a bicentennial reassessment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MORENA, Fernanda. Questões da prostituição segundo as prostitutas: Puta Dei, o Dia Internacional das Prostitutas, debate regulamentação da profissão na assembleia gaúcha. **Carta Capital**, jun. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/questoes-da-prostituicao-segundoas-prostitutas-7420.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MORGAN, Robin (ed.). **Sisterhood is powerful**. New York, EUA: Anchor Press, 1970.

MOTTA, Ivania Pocinho. A importância de ser Mary: análise e tradução do livro “**A vindication of the Rights of Woman**” de Mary Wollstonecraft. São Paulo: Annablume, 2009.

MUÇOUÇA, Renato de Almeida Oliveira; SANTOS dos Ribeiro Enoque. **O trabalho vai ao cabaré**: Indústria do sexo e sua regulamentação profissional. [S. l.; s. n.], 2012. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org/texto/gt8/o\\_trabalho.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt8/o_trabalho.pdf). Acesso em: 16 jun. 2017.

MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

NERI, Christiane Soares Carneiro. Feminismo na Idade Média: conhecendo a cidade das damas. **Revista Gênero & Direito**, [s. l.], v. 1, n. 1, 2013.

NÚÑEZ, Estuardo. Estudio Preliminar. *In*: TRISTÁN, Flora. **Paseos en Londres**. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, Biblioteca Digital Andina, 2009.

OKIN, Susan. John Stuart Mill's feminism: the subjection of women and the improvement of mankind. *In*: MORALES, MARIA H. (ed.). **Mill's the subjection of women**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

OLIVAR, José Miguel. **Devir puta**: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: UERJ/CLAM, 2013.

OLIVEIRA, Monica de Queiroz. **Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – O trabalho na vida nada fácil**. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, T.; GUIMARÃES, L.; FERREIRA, D. Mulher, Prostituta e Prostituição: da História ao Jardim do Éden. **Teoria e Prática em Administração**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 139-169, jan./jun. 2017.

OSBORNE, Raquel. **Las mujeres en la encrucijada de la sexualidad**: una aproximación desde el feminismo. Barcelona: LaSal: ediciones de lesdones, 1989.

OUTSHOORN, Joyce. Introduction: prostitution, women's movements and women's movements, democratic states and the globalization of sex commerce. Democratic politics. *In*: OUTSHOORN, Joyce (ed.). **The politics of prostitution**: Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p.1-20.

OUTSHOORN, Joyce. The politics of prostitution revisited: trends in policy and research. *In*: JÓNASDÓTTIR, Anna G; BRYSON, Valerie; JONES, Kathleen B. **Sexuality, gender and power**: intersectional and transnational perspectives. New York: Routledge, 2011. p.127-141.



OVERALL, Christine. **What's Wrong with Prostitution?** Evaluating Sex Work', Signs, 1992.

PARADIS, Clarisse; DE ROURE, Sarah. Origens históricas do feminismo socialista e as mulheres na Rússia revolucionária. **Revista Democracia Socialista**, São Paulo, n.1, 2013.

PARADIS, Clarrise. **Feminismo, liberdade e prostituição:** para além do dissenso democrático. 2017, 340f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017.

PATEMAN, CAROLE. Críticas feministas à dicotomia público/privado. *In:* MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria política feminista:** textos centrais. Vinhedo: Horizonte; Niterói: Eduff, 2013.

PATEMAN, Carole. **The Sexual Contract.** California: Stanford University Press, 1988.

PHETERSON, Gail. Verbete: Prostituição II. *In:* HIRATA, Helena et all. **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Unesp, 2009.

PISCITELLI, A. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas – novas questões conceituais. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 47, p. 132-162, 2016.

PISCITELLI, Adrina. Entre as “máfias” e a “ajuda”: A construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagú**, Campinas, n. 31, p. 29-63, jul./dez. 2008.

PISCITELLI, Adrina. **Feminismos e Prostituição no Brasil:** uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista. [S. l.; s. n.], 2011.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

PULEO, Alicia H. Loperpersonal es político: elsurgimientodel feminismo radical. *In:* AMORÓS, Celia; ÁLVAREZ, Ana de Miguel (ed.). **Teoría feminista:** de lallustración a laglobalización – Del feminismo liberal a laposmodernidad, Madrid: Minerva Ediciones, 2010. p. 35-68. v. 2.

QUEIROZ, M. I. P. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. **Ciência e Cultura**, v. 39, n. 3, p. 272-286, 1991.

RAGO, Margareth. A prostituição ontem e hoje. *In:* **Sexo e Violência:** Realidades antigas e questões contemporâneas. Grillo, J. G. C.; Garraffoni, R. S.; Funari, P. P. A. (org.). São Paulo: Annablume editora, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil:1890 - 1930. [S. l.]:Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930.* Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1991.

RAGO, Margareth. Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940). *In*: Parker, Richard; Barbosa, Regina Maria (org.). **Sexualidades Brasileiras**. Ed. RelumeDumará: ABIA: IMS/UERJ. Rio de Janeiro. 1996.

RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. É possível consentir no mercado do sexo? o difícil diálogo entre feministas e trabalhadoras do sexo. **REIA** – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, [s. l.], ano 2, v. 2, 2015.

RIBEIRO, Miguel Angelo Campos; MATTOS, Rogério Botelho de. “Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro”. **Território**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 59-76, jul./dez. 1996.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Prostituição de rua e turismo: a procura do prazer na cidade do Rio de Janeiro”. **Revista Território**, [s. l.], ano II, n. 3, jul./dez. 1997.

RIESSMAN, C. K. **Narrative analysis**. California: Sage, 2002.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, M. T. Prostituição e feminismo: uma aproximação ao debate contemporâneo. **Revista Fazendo Gênero**: Diásporas, diversidades, deslocamentos, [s. l.], v. 9, ago. 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1266610527\\_ARQUIVO\\_femismoeprostituicaofazendogenero.pdf](http://www.fg2010.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1266610527_ARQUIVO_femismoeprostituicaofazendogenero.pdf). Acesso em: 04 ago. 2020.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo**: administração de conflitos, discriminação e exclusão. Universidade de Brasília. 2004.

ROUSSEAU, G. S.; PORTER, Roy (org.). **Submundos do sexo no Iluminismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política dassexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SABINE, George H. **História das teorias políticas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964. v. 2.

SANTOS, dos Gabriel. **Regulamentação da prostituição no Brasil**: analisando o problema da prostituição como forma de dominação masculina e a necessidade de garantir direitos às prostitutas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito; 2016.

- SANTOS, J. V e SOUSA, S. M. G. **Exploração sexual de crianças e adolescentes**: pesquisas com documentos de domínio público. Goiânia: Canone Editorial, 2008.
- SARMENTO, Manuel J. **A vez e a voz dos professores**. Porto: Porto Editora, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. *In*: MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de textos filosóficos**. Curitiba: SEED, 2009.
- SATZ, Debra. Markets in Women's Sexual Labor. **Ethics**, v. 106, n. 1, 1995.
- SCAMBLER, Annette & SCAMBLER, Graham (ed.). **Rethinking prostitution: Purchasing Sex in the 1990s**. London; New York: Routledge, 1997.
- SCHWARZENBACH, Sibyl. Contractarians and feminists debate prostitution. *In*: SPECTOR, Jessica (ed.). **Prostitution and pornography: philosophical debate about the sex industry**. California: Stanford University Press, 2006, p.209-239.
- SILVA, Letícia Mendes. **O encontro entre a prostituição e o feminismo**: análise do debate feminista contemporâneo sobre a prostituição no Brasil. 2017. 58 f., il. Monografia (Graduação em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.
- SIMONS, Margareth. Introduction. *IN*: SIMONS, Margaret A. (ed.). **The philosophy of Simone de Beauvoir: critical essays**. Bloomington: Indiana University Press, 2006.
- SIMPSON, Matthew. **Rousseau's theory of freedom**. London; New York: Continuum, 2006.
- SINGER, André. Prefácio. *In*: MILL, John Stuart. **Capítulos sobre o socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SKINNER, Quentin. La libertad de las repúblicas: ¿un tercer concepto de libertad? **Isegoría**, [s. l.], n. 33, 2005, p.19-49.
- SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, Polacas... A prostituição no Rio de Janeiro no Século XIX**. São Paulo: Ática, 1992.
- SOBOTTKA, Emil A. Liberdade, reconhecimento e emancipação—raízes de uma teoria da justiça de Axel Honneth. **Sociologias**, [s. l.], ano 15, n. 33, p.142-168 mai/ago. 2013.

SOUSA, F.R. 2017. Putas que falam: reflexões sobre autonomia e protagonismo político de prostitutas. *In*: MUNDO DE MULHERES E SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., Florianópolis, 2017. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. p.1-9.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOFY (SEP). **Feminist Perspectives on Markets Sex**. [S. l.; s. n.]: 2007. Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-sex-markets/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

SULLIVAN, Bárbara. Rethinking prostitution *In*: CAINE, B. & PRINGLE, R. (ed.) **Transitions: News Australian feminisms**. Sidney: Allen & Unwin , 1995. p. 184-197.

SURFISTINHA, Bruna. **O Doce Veneno do Escorpião**. [S. l.], Panda Books, 2005.

TBÉBAUD, Françoise. La primera guerra mundial: ¿la era de lamujer o el triunfo de la diferencia sexual? *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **Historia de lasmujeresenOccidente, tomo 5, siglo XX**. Madrid: taurusminor, 1993.

TRAT, Josette. Friedrich Engels: da propriedade privada à sujeição das mulheres. *In*: CHABAUD-RYCHTER *et al.* **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. São Paulo: Unesp; Brasília: Editora Universidade Brasília, 2014.

TRINDADE, Eliane. “*Microempresárias do sexo*”. **Isto É**, São Paulo, n. 1464, 3, out. 1997.

TRISTÁN, Flora. **União Operária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

VINTEUIL, Frédérique. Marxismo e feminismo. **Marxismo e feminismo. Cadernos Democracia Socialista**, São Paulo: Aparte, 1989. v. 8.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WALDRON, Jeremy. Mill on liberty and on the Contagious Diseases Acts. *In*: URBINATI, Nadia; ZAKARAS, Alex (ed.). **J.S. Mill’s political thought: a bicentennial reassessment**. Cambridge University Press, 2007.

WIJERS, Marjan. **Delincuente, víctima, mal social o mujertrabajadora: perspectivas legales sobre laprostitución**. *In*: OSBORNE, RAQUEL (org.). **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico enelsiglo XXI**. Barcelona: EdicionsBellaterra, 2004. p. 209–221.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Maria or the wrongs of woman**. Project Gutenberg license. [S. l.; s. n.]: 2006. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/134/134-h/134-h.htm>. Acesso em: 29 jul. 2016.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

Filhos: ( ) Sim ( ) Não Quantos?

Qual a sua cor, etnia? ( ) Branco ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Amarelo

- 1- Como iniciou na prostituição?
- 2- O que fazia antes de se prostituir?
- 3- Sua família, amigos sabem que você é trabalhadora sexual?
- 4- Você considera a prostituição um trabalho como qualquer outro? Porque?
- 5 – Em quais lugares já exerceu o trabalho sexual?
- 6- Me fala um pouco sobre os pontos positivos desse trabalho.
- 7- Me fala um pouco sobre os pontos negativos desse trabalho.
- 8 – Você gostaria de fazer outra coisa que não fosse trabalho sexual? O Que?
- 9- Como é a relação com os clientes?
- 10- Você já sofreu algum tipo de violência nesse trabalho?
- 11- Você já se sentiu mal por exercer esse trabalho?
- 12- Qual a sua opinião sobre a regulamentação da prostituição, ou seja as pessoas que exercem esse trabalho terem acesso aos direitos trabalhistas, como aposentadoria por exemplo?
- 13- Você considera a existência de um cafetão/cafetina importante para você poder exercer seu trabalho?
- 14- O que você acha que precisaria mudar para você poder exercer esse trabalho em melhores condições? O que falta pra esse trabalho ser menos marginalizado?
- 15- O que você pensa sobre a famosa frase “prostituição é vida fácil”. Porque?
- 16- Você já sofreu algum preconceito por ser trabalhadora sexual?
- 17- Quantos salários mínimos mais ou menos você ganha por mês?
- 18- O que você já adquiriu ou pretende adquirir com o dinheiro que ganha?
- 19- Você diria que a sua família tem uma vida confortável? Porque?

### Roteiro de Entrevista 2

(Sugestões dependendo de como for a conversa)

- 1- Como era a sua vida antes da prostituição?
- 2- Por que a escolha pela prostituição?
- 3 – Como foi essa escolha?
- 4- Até quantos anos você se vê exercendo esse trabalho?

## APÊNDICE B – INFORMAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS

### **Narradora 1:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 30/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre.

### **Narradora 2:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 10/06/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre.

### **Narradora 3:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 05/07/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre

### **Narradora 4:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 16/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Gravataí

### **Narradora 5:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 09/08/2018. Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre

### **Narradora 6:**

Entrevista concedida à autora. Data da entrevista: 17/09/2018 Meio: pessoalmente. Cidade: Porto Alegre



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)